

Angelita Fialho Silveira

CAPITAL SOCIAL E EDUCAÇÃO
Perspectivas sobre Empoderamento da Juventude em Porto Alegre

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Marcello Baquero

Porto Alegre, abril de 2005.

Angelita Fialho Silveira

CAPITAL SOCIAL E EDUCAÇÃO
Perspectivas sobre Empoderamento da Juventude em Porto Alegre

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Marcello Baquero

Aprovada em 14 de abril de 2005.

Prof Dr. Marcello BaqueroOrientador

Profa. Dra. Jussara Reis Prá

.....
(Professora da UFRGS)

Prof. Dra. Sônia Ranincheski.

.....
(Professora da UNB)

Prof. Dra Rosane Kátia Nazzari.

.....
(Professora da UNIOESTE)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram para a realização deste estudo. Entre muitos, destaco algumas pessoas e instituições que foram particularmente decisivas para a sua consecução.

Ao meu orientador, professor Marcello Baquero, que me motivou a permanecer na Ciência Política e que me guiou na construção deste projeto.

À professora Jussara Prá, que me auxiliou humanamente na coleta de dados desta pesquisa.

Aos colegas do curso, Bianca, Salete e Romério, que me ajudaram na finalização deste estudo.

À minha família, que pacientemente proporcionou estabilidade para alcançar esta longa tarefa. Aos amigos Patrícia, Marcos e Simara, que solidariamente me acolheram em suas casas nos momentos mais difíceis.

E a CAPES, que me auxiliou financeiramente.

RESUMO

O estudo investiga o conceito de capital social na área da Ciência Política tendo como foco o contexto da educação. O objetivo é verificar se as instituições de ensino podem contribuir (ou não) para o empoderamento e a formação de capital social entre os jovens. Com base nos estudos de cultura e socialização política busca-se compreender o perfil juvenil nas escolas públicas e privadas do ensino médio e fundamental da cidade de Porto Alegre. A análise enfoca aspectos sociopolíticos da sociedade brasileira, contextualizando os dados obtidos na pesquisa empírica. A juventude é retratada aqui como uma categoria social e histórica, na qual os processos gerados pela globalização têm promovido comportamento político apático e cético dos jovens em relação às instituições políticas. Utiliza-se dados de pesquisas realizadas em 2001 e 2004 na cidade de Porto Alegre. Realiza-se uma análise longitudinal descritiva com o objetivo examinar variáveis como confiança, cooperação e participação. Os resultados do estudo apontam uma predisposição positiva dos jovens em relação ao capital social e ao empoderamento, apesar de as instituições de ensino terem falhado na promoção de uma cultura política participativa, cívica e solidária.

Palavras chave: Capital Social, Empoderamento, Educação e Juventude.

ABSTRACT

This dissertation studies the concept of social capital in the area of science politic having of the focus context education. The seeking to verify if the teaching institutions can contribute (or not) for the empowerment and the formation of SC among the young. Based upon the studies of political culture and socialization the study tries to draw the profile of the young students, both in private and public junior and high schools in Porto Alegre. The study begins with an analysis of the social-economic aspects of brazilian society, in order to understand the context in which the adolescents internalize political and cultural norms. We operacionalize young as a historical and social category upon which the processes generated by the globalization have produced a passive and alienated political behavior of young people towards political institutions. The data come from two surveys conducted in 2001 and 2004, in Porto Alegre-Brazil. A descriptive longitudinal analysis was conducted to analyze variables such as: trust, cooperation and participation. The results indicate a predisposition of the young in relation to SC and empowerment, in spite of failure of the teaching institutions in the promotion of a participant and civic political culture.

Key Words: Social Capital, Empowerment, Education and Young.

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

TABELAS

| | |
|--|------|
| I - Grau de confiança nas Instituições | p.78 |
|--|------|

FIGURAS

| | |
|---|------|
| I - Classe social | p.46 |
| II - Sustento Familiar | p.47 |
| III - Decisão nas questões familiares | p.48 |
| IV - Expectativas em relação ao futuro | p.49 |
| V - Oportunidades para o jovem | p.50 |
| VI - Situação econômica do país | p.51 |
| VII - Principal problema do país | p.52 |
| VIII - Interesse por política | p.54 |
| IX - Adesão à democracia | p.55 |
| X - Participação em trabalhos voluntários..... | p.61 |
| XI - Participação nas decisões escolares | p.64 |
| XII - Discussão de problemas escolares com os colegas | p.65 |
| XIII - Principal problema da educação | p.66 |
| XIV - Importância da participação política | p.75 |
| XV - Participação em atividades | p.76 |
| XVI - Confiança nos políticos | p.79 |
| XVII - Preservação de bens públicos | p.80 |
| XVIII - Participação em associações | p.87 |
| XIX - Cooperação entre as pessoas | p.89 |
| XX - Sugestões para a cooperação | p.90 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 8 |
| 1. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA | 11 |
| 1.1 <i>Objetivos do estudo</i> | 14 |
| 1.2 <i>Aspectos metodológicos.....</i> | 15 |
| 2. CAPITAL SOCIAL..... | 19 |
| 2.1 <i>Origens</i> | 22 |
| 2.2 <i>O uso do conceito de capital social em organizações.....</i> | 26 |
| 2.3 <i>Dimensões do capital social.....</i> | 28 |
| 2.4 <i>Confiança - indicador de capital social</i> | 31 |
| 2.5 <i>Criticas ao conceito de capital social</i> | 33 |
| 2.6 <i>A relevância do conceito para o tema de pesquisa</i> | 36 |
| 3. A JUVENTUDE COMO FOCO DE ANÁLISE..... | 40 |
| 3.1 A GLOBALIZAÇÃO E A JUVENTUDE | 42 |
| 3.1.1 <i>Quem são os jovens: perfil demográfico</i> | 45 |
| 3.1.2 <i>Estrutura familiar dos jovens</i> | 46 |
| 3.1.3 <i>Expectativa dos jovens em relação ao futuro</i> | 49 |
| 3.1.4 <i>Interesse por política e adesão à democracia.....</i> | 53 |
| 3.2 CAPITAL SOCIAL E EDUCAÇÃO | 58 |
| 3.2.1 <i>Engajamento cívico</i> | 59 |
| 3.2.2 <i>Trabalho voluntário.....</i> | 60 |
| 3.2.3 <i>Participação no contexto escolar</i> | 63 |
| 3.3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E JUVENTUDE..... | 71 |
| 3.3.1 Percepção dos jovens sobre a participação | 75 |
| 3.3.2 <i>Confiança dos jovens nos políticos e nas instituições.....</i> | 77 |
| 3.4 CAPITAL SOCIAL E EMPODERAMENTO..... | 82 |
| 3.4.1 <i>Associações e cooperação</i> | 84 |
| 3.4.2 <i>Predisposição dos jovens ao associativismo e a cooperação</i> | 87 |
| CONSIDERAÇÕES | 92 |
| BIBLIOGRAFIA | 98 |
| ANEXOS | 108 |

INTRODUÇÃO

Há nos últimos anos, na área da Ciência Política, um número crescente de pesquisas sobre atitudes e comportamentos com o objetivo de avaliar o engajamento político da juventude. Algumas delas centradas na premissa de que o civismo entre os jovens gera confiança institucional, interpessoal e valores de apoio à democracia; aspectos estes primordiais para a estabilidade e legitimidade do sistema democrático.¹

A concepção subjacente a estes estudos orienta-se pela matriz conceitual da Cultura Política, privilegiando a realidade dos indivíduos por meio da análise da formação de opinião, atitudes e comportamentos.² Nesse marco, emprega-se a noção de Capital Social na Ciência Política para defender que sociedades nas quais os cidadãos trabalham cooperativamente para o bem comum e confiam uns nos outros apresentam melhor desempenho político e econômico. E por conseqüência, propiciando a constituição de uma cultura cívica e participativa (Putnam,1996).

Dessa perspectiva, a defesa da necessidade de fomentar a participação da cidadania se associa ao conceito de empoderamento. Este termo tem sido utilizado em vários países e áreas do conhecimento, mas, no que se refere a essa discussão, a sua aplicabilidade tem-se concentrado em como desencadear maior envolvimento dos indivíduos em ações cooperativas, solidárias e políticas, capacitando-os para articularem em prol de interesses coletivos. O enfoque adotado nessa dissertação centra-se nos estudos do educador Paulo Freire, que preconiza o desenvolvimento de estratégias que possibilitam às pessoas sentirem-se na condição de sujeitos

1 Para uma leitura detalhada sobre participação e socialização política, ver os trabalhos de João Pedro Schmidt (2000) e Kátia Rosana Nazzari (2003).

2 Cf.: Almond e Verba, 1965.

de programas, projetos e políticas públicas, porém, não apenas na perspectiva da auto-emancipação pessoal e da autonomia individual, mas na dimensão do empoderamento ligado às classes sociais.³

Os estudos sobre Cultura Política e Juventude (Souza, 1983; Schmitd, 2000; Nazzari 2003) têm sugerido que a família e a escola são importantes agências de socialização na formação de atitudes e comportamentos cívicos entre os jovens. Isto sinaliza, portanto, a necessidade de compreender como a educação pode promover uma cultura política cívica entre os jovens.

Nesse sentido, além de avaliar o tipo de crenças, valores e atitudes dos jovens em relação às questões sociopolíticas, objetiva-se verificar se as escolas contribuem para a formação de uma cultura política participativa direcionada para ações de caráter coletivo, cooperativo e solidário. Logo, busca-se examinar as possibilidades de construção de Capital Social, via empoderamento, nas escolas públicas e privadas de Porto Alegre.

Analisar os aspectos da realidade juvenil em relação à constituição da Capital Social implica, na perspectiva da Ciência Política, examinar a influência e o exercício da cidadania e da participação política em relação aos atuais processos de construção democrática. É pertinente verificar a forma como os jovens percebem as instituições políticas, bem como as suas expectativas em relação ao futuro e as suas predisposições em relação à participação política.

De forma a viabilizar o desenvolvimento da dissertação, optou-se por estruturá-la em três módulos. No primeiro apresentam-se a formulação do problema, a exposição dos objetivos propostos e a exposição dos métodos e da técnica utilizada para a coleta e codificação de informações. No segundo módulo examina-se o aporte teórico que subsidia o estudo, discorrendo

3 O empoderamento preconizado por Paulo Freire apresenta como condição indispensável a construção de uma autonomia voltada para o social e para a luta no campo da coletividade. Neste sentido, o empoderamento vai além de uma combinação de habilidades pedagógicas, pois objetiva instaurar condições ideológicas e práticas sociais no desenvolvimento dos movimentos populares. Cf. Freire (1986).

sobre o conceito de Capital Social. No terceiro módulo discute-se alguns elementos teóricos que enfocam a realidade da juventude no contexto da globalização e referenciam-se os dados obtidos na pesquisa, analisando as atitudes e os comportamentos da juventude em relação as suas perspectivas, à democracia, a participação na esfera escolar, política e em atividades associativas. Finalizando, encaminha-se para as considerações referentes à leitura dos dados com vistas a compatibiliza-los com a proposta da dissertação e avançar no sentido de identificar novos estudos a serem delineados.

1. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

As discussões contemporâneas em relação à participação política implicam a análise do desempenho qualitativo e a capacidade de inclusão das “novas” democracias, em processo de consolidação. O relatório do PNUD (2004) sobre a América Latina, atribui que o apoio dos cidadãos à democracia é componente chave para a sua sustentabilidade.⁴ O referido relatório sustenta, também, que se os objetivos em termos de democracia eleitoral e de liberdades básicas foram obtidos na região, o mesmo não se verifica em relação à democracia social⁵, cidadã e participante.

Ao lado disso, um cenário pautado por altos índices de pobreza e de exclusão social vem comprometendo o apoio e a crença em relação ao sistema democrático e às instituições políticas, gerando uma crescente insatisfação com a administração da coisa pública. Isto se reflete na população juvenil, desencadeando sentimentos de apatia e desconfiança em relação à vida política (Sandoval, 2000). Tal realidade, na avaliação de Fernandez (2000) está relacionada à construção de imagens negativas em relação ao desempenho de seus representantes que não correspondem às expectativas da juventude, relegando-a a um papel marginalizado na sociedade.

Diante do exposto, estudiosos/as da ciência política têm se deparado com o desafio de encontrar mecanismos para reverter este quadro de atitudes hostis da juventude em relação às instituições políticas e aos governantes, assim como, para alterar o cenário de desinteresse e de

4 O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento realizou uma pesquisa, em maio de 2002, com o objetivo de conhecer e analisar os níveis de apoio à democracia entre os latino-americanos. Foram entrevistadas 18.463 pessoas de uma população de 400 milhões de habitantes.

5 A concepção de democracia social está relacionada à idéia de que é necessário abarcar um espaço substancialmente maior entre a sociedade frente às regras institucionais e formais do sistema político. Deste modo o cidadão deve alcançar seus direitos civis, sociais, econômicos e culturais de forma indivisível e articulada. No relatório do PNUD, esta concepção de democracia é denominada *democracia integral* (2004, p.24)

pouca participação política. Neste plano, a proposta desta dissertação situa-se neste desafio ao tentar verificar como podem ser promovidos valores positivos de apoio à democracia e estratégias de empoderamento entre os jovens, de tal forma que eles se envolvam com as questões políticas tornando-se jovens mais participativos e engajados.

Nessa perspectiva, o conceito de Capital Social torna-se cada vez mais um instrumento facilitador da organização social e como uma forma de estabelecer normas e reciprocidades, tanto numa dimensão interpessoal como estrutural, o que contribui para aumentar a eficiência da sociedade e facilitar as ações coordenadas e as formas alternativas de participação política (Putnam, 1988). Esse conceito estabelece uma ponte teórico-prática com os processos de participação e de inclusão da sociedade civil⁶ nos processos econômicos e políticos. Assim como na proposição e na elaboração de políticas públicas como forma de desenhar novas condições institucionais que promovam o desenvolvimento e a legitimidade da democracia.

Cabe ressaltar que o conceito de Capital Social apresenta-se de forma pertinente para esta discussão por ser um conceito que pode proporcionar novos mecanismos que potencializem a capacidade participativa da sociedade (BAQUERO, 2000). A construção deste conceito enquanto forma de participação nos processos de tomada de decisões e na resolução de demandas da sociedade, pode fornecer formas alternativas de empoderamento.

A participação, o engajamento cívico e os valores democráticos não são inatos aos indivíduos, mas socialmente construídos. Conseqüentemente, isto sugere a necessidade de conceber mecanismos que atuem no processo de empoderamento dos jovens, com o objetivo de construir uma sociedade civil forte e ativa na consolidação da democracia. Um espaço que pode oferecer mecanismos para a criação e promoção de Capital Social é o das instituições de ensino, pois a *educação enquanto práxis social tem como objetivo a formação de cidadãos* (Baquero e Gonçalves, 1988, p.178).

No contexto dessa reflexão, a educação pode ser sustentada por meio de projetos voltados para ao empoderamento e à construção de Capital Social entre os jovens, com o objetivo de reverter o ambiente de insatisfação, desconfiança e apatia que a juventude, atualmente vem apresentando em relação à vida política. De acordo com Caijiao e Arenas (2003, p 47):

Si en las escuelas y universidades se fomenta a convivencia y el respecto por las ideas ajenas, si se alienta la decisión racional, si se estimula la investigación científica, si se valora el talento, si se cultivan valores de honestidad, liderazgo y fortaleza de carácter seguramente hay un buen pronóstico para el país y para la creación de capital social. Si por el contrario se tolera la mediocridad, se acepta la solución violenta de los conflictos, si es complaciente con la trampa y el descuido en relación con los dineros públicos y se disestimula el esfuerzo de quienes quieren superarse seguramente la esperanza de un país mejor quedará frustrada.

Ao depositar expectativas na educação enquanto espaço de capacitação, de empoderamento e de formação de capital social cabe investigar: Qual a influência das instituições de ensino médio e fundamental de Porto Alegre no empoderamento e na construção de Capital Social entre os jovens? A presente pesquisa pretende, com base nos estudos da cultura e socialização política, investigar a relação do Capital Social e os jovens porto-alegrenses.

Do ponto de vista da Ciência Política, torna-se pertinente a realização deste estudo por examinar uma temática que enfatiza a importância da participação política da juventude para a estruturação de uma cultura política democrática e cidadã. Cabe destacar também, que as atitudes e comportamentos sinalizados entre os jovens podem sugerir indícios do atual funcionamento da democracia. Ao mesmo tempo, visa preencher as lacunas existentes nas pesquisas sobre Empoderamento e Capital Social no contexto da América Latina.

1.1 *Objetivos do estudo*

Buscando responder a problemática proposta foram analisados dados primários e secundários de pesquisas entre os jovens de Porto Alegre, alunos de escolas públicas e privadas, a partir da 7^a série do Ensino Fundamental ao 3^o ano do Ensino Médio (diurno e noturno).

O objetivo principal é verificar se as instituições de ensino têm contribuído para a construção de capital social e empoderamento entre os jovens.

Os objetivos específicos são:

- Avaliar as expectativas dos jovens em relação ao futuro e as suas percepções em relação ao contexto em que estão inseridos;
- Examinar o grau de interesse político e adesão à democracia;
- Comparar o grau de confiança interpessoal e institucional que os jovens apresentam em relação às esferas familiar e escolar como à política;
- Analisar as atitudes e comportamentos dos jovens em relação a sua participação no contexto político e escolar (atividades associativas, cooperativas, voluntárias e grêmios estudantis).

1.2 Aspectos metodológicos

O parâmetro metodológico que possibilita a investigação sobre a formação de atitudes e comportamentos da juventude está presente na matriz teórica dos estudos sobre socialização política. De acordo com estes estudos, durante os processos de desenvolvimento dos indivíduos elas adquirem orientações políticas e padrões de comportamento.⁷

É por meio da técnica *survey*⁸, com bases no levantamento de opiniões via questionários e na busca das opiniões dos grupos, que se constroem indicadores na estruturação dos fenômenos sociais. O exame da socialização política possibilita investigar a formação de orientação e atitudes políticas, tanto no plano individual como grupal, por meio das manifestações exteriores – opiniões, votos, ações – que podem ser coletados quantitativamente e qualitativamente, incluindo a esfera sócio-cultural e a esfera psicológico-cognitivo (Schmidt, 2000).

O universo desta pesquisa abrange o segmento populacional juvenil, logo o jovem é o elemento de investigação. Para tal foi construída uma amostra dentro deste universo, sobre a qual foram feitas inferências e descrições sobre o comportamento e as atitudes dos jovens porto-alegrenses pertencentes à faixa etária entre 13 e 19 anos de idade.

O caráter probabilístico desta amostra permite “selecionar um conjunto de elementos de uma população de tal forma que as descrições destes elementos represente com precisão a população total da qual foram selecionadas” (Babbie, p. 125, 1999).

Para a concretização deste estudo foi realizada uma amostra estratificada. As escolas para compor a amostra foram sorteadas a partir da Listagem da Secretaria de Educação,

⁷ Os estudos de socialização política surgiram nas décadas de 1950 e 1960 nos Estados Unidos. Entre seus precursores estão Herbert Hyman, David Easton, Jack Dennis, Robert Hess e outros. Cf. Schmidt, 2000.

⁸ Desenho de estudo que compreende a coleta de dados, podendo ser de natureza interseccional (dados coletados de uma amostra para descrever alguma população maior na mesma ocasião) e; de natureza longitudinal (dados coletados descritivos ou explicativos, que permitem a análise ao longo do tempo) Earl Babbie (1999, p.101).

utilizando-se um número randômico para dar início ao processo de sorteio das escolas. Após, em cada escola foi sorteada uma turma, a partir da 7ª série, para a realização das entrevistas. As turmas e o número de estudantes ficaram a critério de alguns fatores como disponibilidade de horários, colaboração de professores e da direção das instituições. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário com um total de noventa e sete questões, entre abertas e fechadas (Anexo A).

O processamento estatístico foi realizado por meio do software SPSS – *Statistical Package for Social Science*. Este aplicativo possibilitou a elaboração de um banco de dados e realização de distribuições de frequências, tabelas e Figuras.

A amostra de 2004 contemplou vinte escolas seguindo a distribuição do quadro abaixo:

| Escolas | N | % | n |
|----------------|----------|----------|----------|
| Públicas | 305 | 62 | 12 |
| Particular | 184 | 38 | 8 |
| Total | 489 | 100 | 20 |

$I=N/n$, onde o N = número total de escolas e n = amostra das escolas.

Cabe ressaltar que o cálculo da amostra de 2004 teve por base a realizada na pesquisa de 2001.⁹

| Escolas | N | % | n |
|----------------|----------|----------|----------|
| Estadual | 256 | 52 | 13 |
| Municipal | 47 | 9.5 | 2 |
| Particular | 184 | 37.5 | 9 |
| Federal | 2 | 0.5 | 1 |
| Total | 489 | 100 | 25 |

Fonte: NUPESAL, 2001

⁹ O instrumento utilizado para a coleta de dados foi elaborado a partir de um questionário que totalizou 51 questões (abertas e fechadas).

Segue a relação das escolas utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa em 2004 num quadro comparativo com as escolas que foram utilizadas em 2001.

LISTA DAS ESCOLAS

| Amostra/2001 | Nº Alunos | Amostra/2004 | Nº Alunos |
|-------------------------------|-----------|-------------------------------|-----------|
| 1. Tiradentes | 11 | 1. Irmão Pedro | 16 |
| 2. Rubem Berta | 43 | 2. Rubem Berta | 18 |
| 3. Benjamin Constant | 15 | 3. Afonso Guerreira Lima | 26 |
| 4. Ferreira Abreu | 18 | 4. Ferreira Abreu | 13 |
| 5. Gonçalves Dias | 20 | 5. Gonçalves Dias | 23 |
| 6. Luis Scheneider | 30 | 6. Luis Scheneider | 22 |
| 7. Roque Gonzáles | 24 | 7. Roque Gonzales | 30 |
| 8. Becker | 26 | 8. Costa e Silva | 17 |
| 9. Godói | 28 | 9. Godói | 30 |
| 10. Instituto Flores da Cunha | 22 | 10. Instituto Flores da Cunha | 25 |
| 11. Imigrantes | 9 | 11. Imigrantes | 12 |
| 12. Colégio Militar | 29 | 12. Colégio de Aplicação• | ----- |
| 13. Álvaro Alves | 15 | 13. Álvaro Alves | 15 |
| 14. Liberato Salzano | 26 | 14. Liberato Salzano | 30 |
| 15. Americano | 15 | 15. Leonardo da Vinci | 20 |
| 16. Santa Dorotéia | 27 | 16. St. Inês | 34 |
| 17. Dom Bosco | 31 | 17. Murialdo | 29 |
| 18. Rosário | 44 | 18. São Luis | 37 |
| 19. Luterana São Paulo | 22 | 19. Glória | 28 |
| 20. Navegantes | 15 | 20. Rondon | 21 |
| 21. Japão | 30 | | |
| Total | 500 | Total | 446 |

14 Escolas Públicas
7 Escolas Privadas
Total: 21 escolas

13 Escolas Públicas
6 Escolas Privadas
Total: 19 escolas

• Não foi concluída aplicação do questionário em função do recesso escolar.

Durante a realização da pesquisa, em 2004, algumas instituições foram substituídas por outras em vista da dificuldade de permissão para a aplicação do questionário entre os alunos. Neste sentido, buscou-se respeitar o perfil da amostra realizada em 2001, mantendo o critério de dependência administrativa destas instituições (pública e privada).

O período de realização das pesquisas foi em setembro e outubro de 2001, e junho e julho de 2004. Deste modo, com base nestes dois surveys, em diferentes ocasiões no tempo (desenho longitudinal) é realizada uma análise descritiva, onde a população é amostrada em diferentes ocasiões de tempo. Este tipo de estudo é caracterizado como um estudo de tendências.

Delimitados, a problemática, os objetivos e a exposição da metodologia, passa-se a referenciar o aporte teórico que norteia a elaboração desta pesquisa.

2. CAPITAL SOCIAL

Atualmente, o conceito de Capital Social inclui em seu debate instituições, atitudes, comportamentos, valores e formas de relações entre as pessoas e a sociedade. Apresenta-se como um conceito multidisciplinar, sendo utilizado nas mais diversas áreas do conhecimento. O seu alcance abrange tanto estudos sobre família e grupos sociais, quanto situações macros de sociedades mais complexas, que visam permitir o entendimento e o funcionamento das instituições políticas (Nazzari, 2003). Este conceito tem tido aplicabilidade na constituição de parcerias e redes de solidariedade; na construção de atitudes e valores de confiança, reciprocidade, identidade; e na constituição de normas, relações e instituições, visando o empoderamento e a constituição de políticas públicas.

Dada a ampla esfera de aplicabilidade e funcionalidade deste conceito, objetiva-se nesta discussão discorrer sobre, suas origens, seu histórico, características, dimensões e indicadores.

2.1. *Histórico do conceito*

Capital Social se refere às habilidades dos atores em assegurarem benefícios coletivos por meio de redes sociais ou outras estruturas, o que corresponde *às normas informais que podem promover a cooperação entre dois ou mais indivíduos, podendo estas normas ser frutos de reciprocidades ou de arranjos articulados* (Nazzari, 2003). O nascimento deste conceito se deve em grande parte às deficiências e limitações das abordagens tradicionais em explicar os processos de estagnação das democracias representativas (Baquero, 2000); o crescimento da pobreza e da exclusão social e os danos psicológicos gerados pela perda da auto-estima (Kliksberg, 1999).

Não há um consenso a respeito do alcance teórico deste conceito e de suas implicações técnicas e operativas, mas é possível concebê-lo em termos de relações e mobilizações sociais que visam obter resultados no plano social e econômico. Pode ser entendido como um estoque ou acumulação de confiança, expectativas e reciprocidades, fluxos de informações e relações de intercâmbios; seja a partir de relações primárias mais próximas (família), ou de relações com menores proximidades afetivas e emocionais (redes e associações); seja a partir de regras formais e instituições, de aspectos cognitivos associados à internalização das mesmas, como um recurso de alcance aos grupos pobres que permitem melhorar as condições de pobreza e precariedade (Novacowsky, 2003)

O Capital Social pode ser agrupado em três níveis: no nível individual, atuando no mercado e nas instituições sociais; no nível de pertencimento e de identificação dos indivíduos nas redes sociais, facilitando bens e recursos e; no nível comunitário coletivo, promovendo uma regulação da vida social. Enfim, convergências teóricas apontam para a idéia de algo que produz

benefícios econômicos, melhorias no bem-estar da população e maior coesão entre cidadãos e governos.¹⁰

Capital Social, pode ser visto como um mecanismo que possibilita a reversão da instabilidade democrática e dos processos gerados pelo sistema vigente de desenvolvimento econômico. Nos últimos anos, o conceito passou a ser investigado com o objetivo de construir formas estratégicas para atuar na resolução de determinadas demandas que o modelo de Estado não consegue mais atender. Logo, o Capital Social entrou na agenda política contemporânea, firmando o reconhecimento de uma nova lógica, que não se centraliza apenas na dinâmica da economia e nos processos de desenvolvimento, mas no *desenvolvimento humanamente sustentável*. A respeito dessa lógica, Valdivieso afirma:

E necessário a incorporação de conceitos como cooperação, confiança, amizade e identidade no processo de desenvolvimento. Portanto, surge na nova atualidade o conceito de capital social como um dos conceitos que podem ajudar a superar a encruzilhada que o mercado e a democracia por si sós não conseguem transcender (p.27, 2003).

Dessa perspectiva, o principal objetivo traçado pelos estudiosos de Capital Social é viabilizar a construção do bem comum percebido como um atributo da estrutura social (Nazzari, 2003; Schmidt, 2001) De acordo com Coleman (1994), o Capital Social é um atributo da estrutura social como forma de complementar o capital econômico (financiamento e infraestrutura) e o capital humano (educação e qualificação técnica). Numa outra linha de argumentação, Putnam (1988) aborda este conceito numa dimensão cultural, dando ênfase ao associativismo e as redes sociais.

10 Este conceito envolve tanto a análise macrossistêmica (questões dos Estados em relação aos cidadãos; conjunturas e seus impactos na sociedade, economia e a democracia) e a análise microssistêmica (questões de identidade e confiança nas estruturas sociais; cultura e socialização política, crenças e valores internalizados de confiança e cooperação). Cf.: Nazzari, 2003.

2.1 Origens

O primeiro estudo realizado sobre Capital Social tem suas raízes no trabalho de Lyda J. Hanifan¹¹ - supervisora escolar, que descreve a importância da aplicabilidade deste conceito em relação à participação local nos espaços comunitários e para o sucesso escolar. Os primeiros registros desta pesquisadora apontam que a fonte do Capital Social está no alcance dos benefícios individuais ou coletivos conquistados por meio de redes sociais (Woolcock e Narayan, 2000).

Em meados dos anos setenta, o conceito passa a ter conotação sociológica nas pesquisas de Pierre Bourdieu. Segundo este autor, Capital Social está relacionado às dimensões não materiais e simbólicas, sendo constituído por recursos ligados a redes de relações de reconhecimento, tanto no espaço físico, econômico como no social. O autor enfatiza as redes sociais enquanto mecanismos de acesso a recursos com o fim único de obter resultados econômicos (Bourdieu, 1980). Conseqüentemente, Capital Social é um meio para obter recursos econômicos.

(...) o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (Idem, p. 67).

Bourdieu propõe que os poderes, em todas as suas formas: cultural, social e econômico, são utilizados nas mais diversas relações na sociedade, apresentando uma distribuição social necessariamente desigual e gerando uma dependência em relação à apropriação de poderes em diferentes grupos. Isto significa que aquele que detém os recursos potenciais em uma sociedade,

¹¹ O seu trabalho intitulado de “The Rural School Community Center”, é datado em 1916.

ou que possui um reconhecimento social institucionalizado ou não, detém o poder. De acordo com esta perspectiva, o Capital Social se dá num sentido instrumental; estabelecendo relações sociais em que as pessoas consideram apenas os benefícios que obteriam posteriormente.

James Coleman (1988) por seu turno, defende a idéia de que o papel do Capital Social pode ser um elemento facilitador de ação entre os diferentes atores sociais, no âmbito utilitarista. Para o autor, este conceito é produtivo e é capaz de alcançar resultados que jamais seriam alcançados sem o seu uso, por isso, funciona como um redutor nos custos de transações. Afirma ser um capital diferente dos demais capitais, humano e físico, pois é derivado de estrutura de relações por meio de atores e entre atores sociais. É intangível, existe no espaço relacional, e não se apresenta como uma característica da pessoa, como no nível educativo ou das competências e dos desempenhos. Neste sentido, não são os indivíduos e nem os equipamentos de produção as bases que desenvolvem o Capital Social, mas sim os atores corporativos e as suas relações, citando, como exemplo, as trocas de informações que ocorrem no meio empresarial.

Com base no conceito da escolha racional, Coleman defende a importância de explicar o comportamento social e formular maneiras de como interligar os comportamentos individuais, organizacionais e sociais. Focaliza suas análises no nível micro-social (família e indivíduo) e busca compreender o Capital Social em termos funcionais, verificando todos os elementos das estruturas sociais que podem servir como recursos na conquista de metas. Cabe destacar que a funcionalidade deste conceito para Coleman, divide-se em: obrigações, expectativas e lealdades (reciprocidade); canais de informações (redução de custos) e normas e sanções (inibição de comportamentos negativos).

Outros autores têm examinado o conceito de Capital Social na dimensão cultural. (Inglehart, 1988, Huntington, 1994, Putnam, 1996). Em relação à Robert Putnam, ao tentar explicar os efeitos do Capital Social no desenvolvimento político e econômico, entre as regiões

italianas, avaliou que há uma relação causal entre a riqueza e o desenvolvimento econômico, entre as tradições cívicas e o Capital Social.¹²

Operacionalizando o conceito diferentemente de Bourdieu e Coleman, Putnam afirma que a confiança, normas e redes facilitam a colaboração para o bem comum. Neste sentido, os efeitos macro-sociais, em virtude das redes que compõem o Capital Social influenciam o desempenho econômico e institucional. Isto significa que normas de reciprocidades alimentam a confiança e incidem no desempenho político e econômico.

Outro aspecto a ser dimensionado é o papel que as redes de engajamento cívico apresentam atuando no fortalecimento das normas e na constituição de reciprocidades. Na visão de Putnam, a participação em associações é um indicador de Capital Social, na medida em que o ator social participa das associações ou organizações de um modo geral, promovendo o fortalecimento e o crescimento da reciprocidade e da confiança. Além disso, participar em associações ou organizações lança a idéia de objetivos comuns e da resolução de dilemas, o que pressupõe a noção da cooperação. Deste modo, quanto mais desenvolvida a participação entre os membros de uma sociedade, maior a probabilidade de seus cidadãos atuarem de forma cooperativa em busca do bem comum.

Para Putnam (1996), a cooperação sugere alguma forma de pressão e constrangimento, sendo, pois, uma forma de controle social que redefine uma ordem interna de participação nas ações coletivas. O que sugere no interior de uma comunidade para o sentimento de responsabilidade coletiva. Neste sentido o autor defende que as redes de engajamento cívico são elementos essenciais do Capital Social, na medida em que fortalecem as normas de reciprocidade,

12 Putnam, em 1993 realiza estudo sobre as diferenças do desempenho institucional entre as administrações regionais italianas por meio de uma pesquisa empírica. Este estudo está presente na sua obra *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*.

implicando sanções para aqueles que não atuam num sentido de retribuir um controle social com comportamentos cívicos.

Putnam afirma que o êxito ou o fracasso das instituições depende da virtude cívica dos cidadãos. Ao referenciar o trabalho de Putnam, Higgins (2004) aponta quatro indícios da virtude cívica. O primeiro está calcado na idéia de comunidade cívica de Tocqueville, na noção de que o interesse próprio deve estar inserido no contexto das necessidades públicas e, ao mesmo tempo, deve ser sensível ao interesse coletivo; o segundo indício deve prever a igualdade política entre os seus cidadãos, isto é, direitos e deveres iguais para todos; o terceiro baseia-se na busca do consenso e da tolerância para os conflitos nas discussões públicas; e o quarto refere-se à idéia de que as associações civis reforçam a eficácia e a estabilidade da democracia.

Quando Putnam examinou a virtude cívica nas regiões italianas utilizou alguns indicadores de civismo, tais como a vibração da vida associativa, por meio da pluralidade de formas associativas; o número de leitores de jornais, com o objetivo de verificar o nível de informação e o interesse dos cidadãos e; a participação em referendos, avaliando a importância do voto e o envolvimento dos cidadãos com as questões públicas.

No caso da América Latina, seguindo a linha de Putnam, Kliksberg (2000) tem examinado a influência dos valores como confiança, cooperação e identidade no processo de desenvolvimento econômico. Para Kliksberg, o Capital Social tem a função mediadora entre o desenvolvimento econômico e a esferas política e social. O seu enfoque principal está no papel que a cultura e os valores, considerados até então pela economia de maneira secundária, têm contribuído para o combater a pobreza e a exclusão social.

De acordo com o autor, algumas experiências concretas de Capital Social na América Latina¹³ têm obtido êxito nas suas propostas. Propõe examinar a presença de três pontos nestas experiências: Primeiro, foram realizadas estratégias de mobilização não tradicionais de capital econômico, ou seja, os grupos sociais cooperativamente agiam diretamente na busca de soluções, criando um clima de confiança. Segundo, foi adotado um desenho organizacional, porém, não tradicional; logo, centrada na participação organizada pela comunidade. Terceiro, foi constituído um modelo de gestão aberta e democrática, o que implicou a promoção de valores como solidariedade, cooperação e responsabilidade recíproca, assim como a "(...) superação das discriminações, erradicação da corrupção, atitude para o melhoramento do equilíbrio de uma região marcadamente pela desigualdade e para as atitudes democráticas" (Kliksberg, 2000, p. 52).

2.2 O uso do conceito de capital social em organizações

O conceito de Capital Social a partir da década de 1990 passou a estar presente em várias instituições. Esse crescimento ocorreu em função da sua amplitude e transitividade nas diversas áreas do conhecimento. Desta forma, alguns organismos, internacionais passaram a trabalhar com o conceito de Capital Social, sob uma perspectiva instrumental, ou seja, como este conceito permite compreender os diferentes índices de desenvolvimento entre as comunidades.¹⁴

O Banco Mundial, por meio da *Social Capital Initiative* (lançada pelo Departamento de Desenvolvimento Social do BM em 1998), passou a incluir em seus trabalhos a idéia de Capital Social. De acordo com este organismo, há quatro tipos de capital: o natural que são os recursos físicos; o que é gerado pelas pessoas (infraestrutura, bens de capital, capital financeiro e

13 É o caso da Villa El Salvador no Peru, as feiras de consumo familiar da Venezuela e o orçamento participativo em Porto Alegre

14 Cabe ressaltar que as organizações citadas foram escolhidas aleatoriamente com o objetivo apenas de ilustrar como o conceito vem sendo aplicado.

comercial), o capital humano (saúde e educação) e o Capital Social, que atualmente está em fase de delimitação da sua identidade e incluindo cada vez mais um amplo número de variáveis que até então estavam fora do convencional. As suas linhas de investigação fundamentam-se na perspectiva instrumental.

O Capital Social para FAO – Food Agriculture Organization of the United Nations - refere-se ao conjunto composto de coesão social, identificação comum a normas de governança, expressão cultural e comportamento social, os quais tornam a sociedade algo mais do que o somatório de indivíduos. Para esta organização, o seu objeto está centrado no desenvolvimento institucional e dos mecanismos de participação: os projetos têm por objeto o empoderamento, a participação nos processos de tomada de decisão e o fomento de redes sociais, sobretudo, cooperativas no meio rural. São trabalhadas metodologias de avaliação, de montagem e de gestão de projetos.

A CEPAL – Comissão Econômica para América Latina, trabalha o conceito num sentido de capacitar e mobilizar produtivamente em prol dos grupos sociais, recursos associativos por meio de redes sociais às quais têm acesso indivíduos desses grupos. Seu foco principal é pobreza urbana, políticas públicas, gênero e sustentabilidade ambiental rural.

Neste sentido, ao fazer parte do cenário mundial, configurando-se em um dos principais pontos da agenda internacional, o Capital Social surge como uma possibilidade de mudar o paradigma predominante da economia sobre o social. Nesta direção, Higgins (2004) afirma a existência de tendências da ciência econômica se aproximar dos fatos sociais, numa tentativa de se afastar do paradigma neo-clássico comandado pelos preços e mercados. No entanto, o autor argumenta que não são apenas os altos níveis de sociabilidade que promovem o desempenho econômico, mas a promoção de uma simetria social em relação à distribuição de poder político e a riqueza econômica.

2.3 Dimensões do capital social

Este conceito pode gerar relações horizontais e verticais. As relações do tipo horizontal estão presentes na família e entre membros de uma mesma comunidade, enquanto que, as relações verticais ocorrem entre as instituições governamentais e a comunidade. (Molinas, 2002). O Capital Social pode ser do tipo enredamento (bonding), que é a capacidade de coesão social dentro do grupo (intracomunidade), e do tipo ponte (bridging), este relacionado às ligações entre diferentes atores sociais (extra comunidade) (Baquero, 2002; Woolcok e Narayan, 2000; Gittel e Vidal, 1988). Estudos recentes têm incorporado outra dimensão de Capital Social materializado em redes (linking), que tem o objetivo de facilitar o acesso dos atores sociais ou comunidades às estruturas de poder (Bandeira, 2003).

Este conceito envolve ainda dois componentes, o estrutural (organizações, formais e informais, redes e associações, que viabilizam o desenvolvimento local, podendo ser por meio de redes horizontais que envolvem a coletividade na tomada de decisões) e o cognitivo, ligado aos aspectos subjetivos e intangíveis (crenças, valores - solidariedade, reciprocidade e confiança interpessoal, atitudes, normas e comportamentos) (Grootaert e Van Bastelaer, 2001).

Outrossim, Capital Social, tem sido identificado dentro de quatro abordagens (Woolcock e Narayan, 2000). A primeira abordagem é a perspectiva comunitária, estando presente nas associações, clubes e grupos cívicos. A base desta perspectiva centra-se na idéia de que aquelas comunidades que apresentam sentimentos e identidades homogêneas, buscam benefícios coletivos. Dependendo do tipo de orientação de ação destas comunidades, a formação de Capital Social pode ser negativa (Portes e Landolt, 1996).¹⁵

¹⁵ Os autores atentam para aquelas comunidades que podem gerar redes sociais isoladas, que trabalham apenas em prol de interesses individuais, sugerindo a formação de guetos, gangues e cartéis.

A segunda abordagem é a perspectiva de redes sociais; estão presentes nesta perspectiva as relações vertical e horizontal e as ligações do tipo bonding e bridging. Esta abordagem traz algumas questões chaves como: as trocas de informações, a descentralização e a criação de zonas de empreendimentos e de compartilhamentos. A idéia central desta abordagem é, primeiramente, as relações entre as pessoas e o papel fundamental da confiança interpessoal e, num segundo momento, o compartilhamento entre as comunidades por meio de mecanismos estruturais; neste caso as redes sociais.

A terceira abordagem é a perspectiva institucional, em que se apresenta de maneira diferente em relação às demais abordagens comunitária e de redes. O Capital Social é tratado como uma variável dependente, pois, a vitalidade das redes comunitárias e da sociedade civil é produto do meio institucional, político e legal, que tem por objetivo garantir e manter as liberdades política e civil, a transparência e a qualidade. Grande parte da capacidade dos grupos sociais atuarem de forma coletiva em relação aos seus interesses, depende de forma crucial da qualidade das instituições formais, assim como, da confiança nestas instituições. Para Evans (1995), isto denota coerência, credibilidade e competência, gerando melhor crescimento econômico e a fiscalização do bem público.

A quarta abordagem é a perspectiva sinérgica, que abrange tanto a perspectiva de redes como a institucional. Esta é uma abordagem de Capital Social que incorpora necessariamente a relação entre o Estado e os atores sociais, com o objetivo de encontrar condições para o desenvolvimento das relações entre e dentro da burocracia estatal, com a participação dos vários atores da sociedade civil (Woolcock e Narayan, 2000).

A idéia trazida, de acordo com esta perspectiva, é propor a inclusão socioeconômica e política da sociedade civil nos processos de proposição e elaboração de políticas públicas, no desenho de novas condições institucionais e na promoção de rendimentos e desenvolvimento.

Conseqüentemente, não se trata apenas de reconhecer o papel da sociedade civil no processo de desenvolvimento, mas também de fortalecer a dimensão pública (sócio-político) e não meramente estatal ou privativa (administrativo-empresarial). Cabe ressaltar que não significa desobrigar o Estado do seu papel de enfrentar os principais problemas sociais, pois, ele continua sendo o principal agente de promoção econômica e regulador de demandas na sociedade (Woolcock e Narayan, 2000).

A potencialidade deste conceito tem por objetivo aumentar a eficiência e a elaboração de políticas sociais, podendo se dar em três linhas de ação: 1) nas organizações cidadãs que acionam todos os níveis de governo; 2) no melhoramento do desenho institucional das organizações que comportam o estoque de Capital Social, estabelecendo políticas de fortalecimento de redes com o objetivo de melhorar os sistemas de controle, fomentando a participação dos cidadãos e incentivando as relações informais das comunidades, com vistas a diminuir as relações clientelísticas para promover a cooperação e; 3) na utilização efetiva de instrumentos chaves para gerências sociais, por meio de programas e projetos sociais que contemplem o exercício de planificação estratégica participativa, que inicia um processo de desenho e gestão sobre a base de uma visão compartilhada, que torne forte o sentido de identidade no grupo, potencializando, também, desta maneira, algumas dimensões do Capital Social cognitivo (Idem, 2000).

Outrossim, Capital Social é considerado um elemento positivo na economia e na política. Na esfera econômica atua na reabilitação de qualidades e no desenvolvimento da reputação de confiabilidade e honestidade das pessoas e das instituições, sendo um meio para gerar melhores rendimentos, portanto apresenta uma lógica utilitarista. Na esfera política opera como um mediador entre o Estado e o indivíduo, onde prevê a cooperação como um facilitador nas relações de interesse e na participação dos cidadãos nas associações, sugerindo uma forma de

combater o individualismo e a apatia, comportamentos tidos como limitadores da legitimidade da democracia.

De acordo com os autores Pagé e Chastenay (2003) existem três dimensões do Capital Social: a dimensão identidade, que seria um estimulador para a construção de grupos - clusters; a dimensão igualitária, em que a tônica é dada para as atitudes das pessoas no cenário público e; a dimensão participação, que vai justamente considerar a capacidade dos cidadãos se engajarem em associações voluntárias e cultivar a vida cívica, de modo a ampliar os benefícios sociais e materiais. A confiança aparece nesta dimensão com o intuito de potencializar a cooperação que gera por sua vez participação.

2.4 Confiança - indicador de capital social

Um dos indicadores mais utilizados de Capital Social é a confiança interpessoal (aspecto cognitivo). Este indicador é a base para outra dimensão do Capital Social (estrutural), a qual se realiza por meio do estabelecimento de redes sociais ou outros mecanismos de participação que possam acionar o Estado.

A participação em instâncias coletivas acelera os processos tanto na esfera social, como na esfera econômica e política, gerando retornos positivos para a democracia (Putnam, 1996). Na esfera associativista, promove o cooperativismo; na esfera econômica, promove melhores rendimentos e menores custos e na esfera política, promove a virtude cívica.¹⁶

De acordo com Cornejo (2003), o conceito de confiança tem sido o responsável pelo desenvolvimento econômico e explica, em grande parte o renascimento de algumas pequenas

¹⁶ Accanrini (2002) ao analisar os Pólos de desenvolvimento Integrado do nordeste afirmou, que com a utilização de capital social nestas regiões, pode proporcionar o uso mais racional do trabalho e das outras formas de capital (físico e humano). Neste sentido ele conceitua capital social como: a capacidade de uma sociedade identificar seus problemas e buscar equacionamentos e solução para os mesmos.

empresas ou conglomerados empresariais. A autora trabalha o conceito de confiança e Capital Social no campo da economia, sustentando a idéia de que quando ocorrem situações de risco nas transações econômicas, a confiança é um forte requisito como forma de reduzir custos de transações, abrindo espaço para a cooperação. Confiar, de acordo com a autora, significa:

(...) pensar que cuando ofrecemos a otra persona una oportunidad, ella no actuará de manera que nos ocasione un daño. Confiamos de las cuáles esperamos un buen comportamiento y desconfiamos de las que esperamos un mal comportamiento. (Cornejo, 2003, p.17).

Fukuyama (1995), embora próximo da perspectiva de Putnam, traz em sua discussão o aporte do neo-institucionalismo, cujo pressuposto está fundamentado em regras fundamentais para o comportamento racional econômico. O autor enfatiza apenas o cumprimento de regras e, por mais que existam normas e valores numa determinada situação, é a expectativa de um comportamento regulado por mecanismos formais, como contratos e sistemas legais que permitem o estabelecimento da confiança. Deste modo, a confiança está relacionada à organização dos negócios.

Para Inglehart (1988, 1997), a confiança interpessoal é requisito para a formação de associações voluntárias, e essencial para a ativação política dos cidadãos, pois, o desenvolvimento cultural cívico atua na estabilidade democrática. Na visão deste autor, a confiança é um conceito-chave nas teorias do Capital Social e da cultura cívica e se apresenta como um requisito importante nos padrões de atitudes e comportamentos das pessoas, o que fortalece práticas interativas e apoio ao regime democrático. No entanto, este autor percebe a dimensão cultural como uma variável dependente

Como já foi mencionado, Putnam (1996), afirma que a confiança tem papel fundamental na conceituação de Capital Social. Segundo o autor, o Capital Social diferencia-se dos demais

tipos (econômico, humano, físico) justamente pelo fato de que quando a variável confiança é acionada, além de gerar cooperação, gera ainda mais confiança. Por isso, o conceito de Capital Social é um bem público, enquanto os outros capitais são privados.

Na perspectiva de Baquero (2000), a confiança interpessoal é a base para a promoção do desenvolvimento de Capital Social, e torna-se necessária para constituir mecanismos estratégicos que viabilizem as ações coletivas. Por isso, tem-se num primeiro momento a dimensão cognitiva do conceito, e num segundo, a dimensão estrutural.

Na tentativa de aprofundar a discussão, torna-se pertinente examinar algumas das críticas ao conceito.

2.5 Críticas ao conceito de capital social

Embora o conceito de Capital Social tenha se instituído nas comunidades acadêmicas, na atuação de projetos de desenvolvimento socioeconômico e na formulação de políticas públicas, ainda, encontram-se críticas em relação a sua consistência teórica.

Entre estes apontamentos estão presentes os de autores que criticam o trabalho de Robert Putnam, são eles:

Levi (apud Kliksberg, 1999) o qualifica como um cientista “visionário comunitário romântico”, ao dimensionar as associações civis de forma alijada do Estado. Nesta linha de pensamento, o que o crítico quer resgatar é a necessidade de se travar em conjunto com a sociedade, ou por meio do Estado o favorecimento da criação de Capital Social.

Outros autores afirmam que o conceito de Capital Social é um conceito tautológico e circular. Dessa maneira, a crítica se desenrola sobre a defesa de Putnam de que o Capital Social produz cooperação e civismo, de modo que se houver civismo haverá Capital Social (Portes,

1998; Portes e Landholt, 1996; Durston, 1999). Neste sentido, Portes (1998) afirma que não há provas empíricas persuasivas de que o comportamento participativo de uma nação, em ausência de outros fatores, produza efeitos econômicos e sociais.

Além desta crítica, os autores atentam para a necessidade de dimensionar os efeitos contrários ao bem comum, produto do Capital Social comunitário e da reciprocidade interpessoal. Woolcock e Narayan (2000) também apontam suas críticas nesta direção, ou seja, de que redes isoladas (comunidades étnicas e religiosas) podem prejudicar o desenvolvimento social, gerando exclusões e discriminações

Dentre uma das críticas ao trabalho de Putnam, refere-se aquela de natureza determinista histórica, em que vincula e relaciona todas as condutas presentes na sociedade a fatores culturais.¹⁷ De acordo com Espinosa (2002), isto pode relegar às sociedades uma espécie de pessimismo histórico, isto é, a ausência de Capital Social condenaria cronicamente uma sociedade à instabilidade econômica e política.

Outros registros de críticas estão relacionados a aspectos de construção empírica, conceitual e epistemológica. Wall, Ferrazi e Schryner (Apud Bandeira, 2003), afirmam que este conceito precisa de maiores refinamentos antes de propor uma generalização acerca de seus fins e investigações. Nesta mesma linha, Serageldin (Apud Kliksberg, 1999) acredita ser necessário um acordo entre os estudiosos sobre como se pode promover e utilizar este conceito, bem como materializá-lo e investigá-lo empiricamente.

Destacam, ainda, as críticas que questionam o papel macro-estrutural do Capital Social. De acordo com Norbert Bröme (apud Bandeira, 2003), este conceito não dimensiona a realidade da globalização e da atual economia neoliberal no que diz respeito aos entraves do

¹⁷ Atualmente há um debate entre culturalistas (Putnam, 1996) e neo-institucionalistas (Evans, 1996). No entanto, (Baquero, 2001), afirma que ambas perspectivas são importantes para o desenvolvimento de capital social, isto é, tanto políticas como aspectos da cultura política.

desenvolvimento social, e mostra ser um conceito passível de discussão, ou seja, a questão é verificar se realmente Capital Social atua na diminuição de pobreza, desigualdade e exclusão social.

Finalizando, Michael Woolcock (2001) apresenta de forma sistemática uma série de críticas que costumeiramente têm sido realizadas por alguns autores, entre as quais a idéia de que este conceito se destaca mais pelo estilo do que pela substância.¹⁸ Dessa forma, o Capital Social seria uma moda passageira das Ciências Sociais, uma manifestação de imperialismo conceitual da teoria econômica, pois reforça e legitima as políticas do Consenso de Washington¹⁹, ignora as relações de poder e tem pouca relevância para outros contextos por se apresentar como um conceito ocidental.

Contudo, Woolcock rebate todas estas críticas, exceto a primeira, ao afirmar que os estudos realizados nesta área têm constituído numa base empírica suficientemente rigorosa e a formação de um núcleo coerente de teorização. Em vista disso, a crítica deste conceito de ser um modismo acadêmico, não tem sustentação. Ressalta, ainda, que a crítica que considera este conceito como sendo simples e intuitivo, pode ser vista de forma positiva, pois o fato deste conceito ser de fácil entendimento permite uma maior quantidade de pessoas envolvidas com o tema, e aumenta a sua influência em diversos contextos. Dessa forma, a crítica de que o Capital Social é um conceito imperialista e ocidental perde sentido, aliás, o autor argumenta que a

18 Para Fine (2003) Capital Social é uma forma de colonização de outras ciências sociais pela economia, cita, por exemplo, James Coleman que utiliza o conceito da escolha racional para reestruturar a teoria sociológica, ressalta ainda o autor que, ocorre atualmente uma busca demasiada por este conceito, neste sentido, tudo pode ser interpretado como ou através do capital social.

19 Doutrina formulado a partir de um documento original escrito por John Williamson, em 1990, segundo o qual ele propunha uma lista de dez políticas que deveriam ser adotadas pelas instituições internacionais sediadas em Washington (FMI e o banco Mundial) nas negociações com os países latino-americanos. Dentre algumas destas políticas destacam-se: os cortes do estado na área social; privatização; eliminação das barreiras de entrada e saída e liberalização do comércio e do fluxo de investimentos diretos. Cf.: Dupas, 1998.

amplitude de sua aplicabilidade tem promovido a interdisciplinaridade e a quebra de barreiras entre as abordagens metodológicas.

Woolcock (2001) advoga, também, a noção de que o Capital Social poderia legitimar as políticas associadas ao Consenso de Washington, pois, o que acabou ocorrendo foi justamente uma proposta de mudança do atual paradigma do desenvolvimento econômico. Paralelamente a isto, argumenta que a idéia trazida pelos críticos de que este conceito só ajudaria a manter as relações de poder, não tem sido constatada diante dos elementos e das estratégias que tem fornecido. Finalizando, revida a crítica que considera o Capital Social como um conceito ocidental e de pouca relevância para outros contextos, afirmando que tanto em países desenvolvidos como nos em desenvolvimento, têm-se encontrado pesquisas com igual sucesso.

Frente a estas críticas é pertinente destacar a relevância deste marco teórico para o tema de pesquisa.

2.6 A relevância do conceito para o tema de pesquisa

Mudanças ocorridas no cenário internacional, como o aumento acelerado da globalização e o avanço gradativo da implementação de políticas neoliberais, tem promovido no cotidiano dos jovens uma espécie de ruptura cultural, rompendo referenciais no campo da ética, da moral e dos valores.²⁰ Nesse contexto, a família e a escola, que sempre foram consideradas importantes agentes socializadores entre os jovens, merecem destaque pelo seu papel fundamental na transmissão de atitudes e comportamentos.

Nesse marco, as agências de socialização têm se preocupado com as novas exigências do mercado de trabalho geradas pelas mudanças na esfera da economia (Nazzari, 2003). Isto é

²⁰ A globalização causou nos países da América Latina um colapso do sistema cultural, gerando ruptura nas identidades coletivas tradicionais (Cruz, 1987 e Abad, 2002).

verificado pela redução de tempo para o lazer e a convivência na esfera privada (família), levando às pessoas a reduzirem em suas vidas o espaço para o diálogo e para a troca experiências cotidianas. Na esfera escolar, as instituições de ensino em função das capacidades técnicas exigidas pelo mercado de trabalho, têm enfatizado apenas o aspecto do capital humano na formação dos seus alunos. Em vista disso, tem-se sido valorizado nas relações humanas sentimentos de competitividade, individualidade e indiferença, o que inviabiliza o desenvolvimento de Capital Social.

Com base nos referenciais discutidos no plano teórico, entende-se que o conceito de Capital Social atua no fortalecimento da democracia e das instituições no desenvolvimento econômico e na participação política dos indivíduos. Tendo como pano de fundo o empoderamento dos jovens por meio da educação, o conceito de Capital Social aqui utilizado e fundamentalmente ancorado no pressuposto de Putnam, perfaz a proposta deste estudo, na medida em que percebe nos aspectos da organização social, das redes de confiança, normas e valores, o canal para a coordenação e a cooperação para bem comum.

No entanto, do ponto de vista crítico e contextual, a incursão feita em relação a esta linha teórica sugere destacar que os aspectos investigativos na realidade latino-americana merecem devida atenção. A ressalva é feita no sentido de destacar que a construção de Capital Social em países em desenvolvimento, deve receber apoio do Estado, pois este tem papel relevante na promoção econômica e na regulação de demandas sociais.

Isso significa ressaltar a perspectiva sinérgica, na qual enfatiza o papel da participação da sociedade civil na construção de redes sociais e na proposição de políticas públicas em

conjunto com o Estado para a elaboração de propostas institucionais que possibilitem a promoção do Capital Social (Woolkock e Narayan, 2000).²¹

Higgins (2004, p.63) afirma que o Estado pode empreender ações para fomentar Capital Social e para prevenir a diminuição do mesmo. A respeito disso destaca quatro pontos: primeiro, "não têm alavancas óbvias para criar Capital Social", neste sentido está se referindo ao forte papel que a cultura tem na construção de normas e valores; segundo, "a área em que estão mais capacitados para gerar capital social é a educação", portanto, se refere ao fato de que as escolas reforçam as regras e normas sociais; terceiro, "promovem indiretamente a criação de capital social pela eficiente provisão de bens públicos" e, "quarto, podem criar impacto negativo na criação de Capital Social quando suplantam atividades que são melhor desenvolvidas pelo setor privado ou pela sociedade civil", isto é, as vezes a cooperação pode estar ancorada em hábitos cotidianos que funcionam sem a intervenção do Estado.

Conseqüentemente, tendo a expectativa de que o conceito de Capital Social possa ser construído entre os jovens, por meio do empoderamento nas instituições de ensino, sob o pressuposto de que o processo de socialização política no ambiente escolar orienta a juventude para o desenvolvimento de uma maior cidadania e participação política, a aplicabilidade deste conceito torna-se pertinente. Um jovem empoderado e preocupado com o bem-estar da sociedade, pode contribuir para o fortalecimento do sistema democrático, via participação das questões públicas.

Feitas essas considerações acerca do Capital Social, associando-as ao processo de empoderamento e educação, busca-se no próximo módulo discutir a questão da juventude enquanto categoria analítica tendo como referência o contexto latino-americano. Na seqüência,

²¹ Skocpol (1985) afirma que o Estado pode encorajar atividades como, por exemplo, os programas locais de frente de trabalho. Para Knack e Keefer (1997) o governo pode atuar no desenvolvimento econômico, investindo em agências e grupos humanos.

objetiva-se analisar empiricamente as atitudes e comportamentos dos jovens de Porto Alegre em relação a sua participação no contexto escolar, na vida pública (instituições políticas, associações), bem como, suas perspectivas, crenças e valores.

3. A JUVENTUDE COMO FOCO DE ANÁLISE

A figura do adolescente, do jovem e do adulto é uma construção da sociedade moderna. É apenas com o surgimento da família burguesa que estas fases da vida passam a ser diferenciadas segundo critérios sociológicos (Ariés, 1978). Mesmo assim, ainda hoje é difícil definir a juventude como categoria, haja vista os diferentes critérios sejam físicos, psicológicos ou sociais, que utilizam instituições e estatutos para classificar o que é ser jovem.²²

A categoria juventude torna-se um objeto sistemático de investigações como um estrato social estável somente a partir dos anos de 1920. Contudo, inicialmente o jovem é tido como alguém que resiste à ação socializadora e apresenta desvio de condutas; posteriormente, no período que corresponde ao pós-guerra (1939-1945) é visto como agente de mobilização e de mudança social (Schmidt, 2000).

Derivam daí pelo menos três linhas de análise: a geracional, a classista e das culturas juvenis. Na primeira, apoiada na *teoria geracional*, a juventude faz parte de um conjunto social que partilha determinada fase de vida. Na versão classista, o jovem é contextualizado a partir das relações de classe. E na perspectiva de *culturas juvenis*, a juventude se expressa por um sistema de valores internalizados mediante cenários e situações distintas (Prá, 2004).

De acordo com esta linha de análise das *culturas juvenis*, Prá (2004, p.97) afirma que ao se focar a juventude como um objeto da Ciência Política, é necessário ver o jovem dentro de realidades distintas e não como universos homogêneos, pois “há muitas maneiras de ser jovem e

22 Por exemplo, no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) situa a adolescência na faixa dos 12 e 18 anos; já a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNDP) estipula como jovem quem tem entre 15 e 24 anos. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), os adolescentes compreendem a faixa etária dos 10 aos 17 anos e os jovens dos 18 aos 24 anos, “não obstante, estenda-se até os 30 anos em alguns países europeus” (Prá, 2004, p.88).

de viver a juventude e estas também se expressam em termos de classe social, raça/etnia, idade e gênero”. Nesta mesma direção, Sposito (2002), afirma que é elementar referir-se ao jovem sempre dentro de um espectro contínuo de mudanças, com base em diferentes possibilidades, expectativas e contextos, situando-o entre a transição do fim da infância e o início da vida adulta.

Os aspectos e dimensões de gênero, política, étnica e religião possibilitam a reconstrução constante deste objeto de análise (Granada, 2003). Nesta dissertação a juventude é retratada como uma categoria social e histórica exposta a determinados processos socioeconômicos, políticos ou culturais que interferem no seu dia-a-dia. Um dos principais processos que tem interferido no cotidiano dos jovens é o processo da globalização.

3.1 A GLOBALIZAÇÃO E A JUVENTUDE

Os rumos do atual processo de globalização em países como o Brasil e em outros da América Latina, têm gerado profundas mudanças de valores, crenças, formas de relacionamentos e manifestações diferenciadas de sociabilidade que incidem diretamente no cotidiano da juventude. Fruto da reconfiguração mundial e da imposição de novos cenários a povos, tribos, nações e sociedades que causam prejuízos cada vez maiores às populações dos países em desenvolvimento (Ianni, 1988).

A nova onda global reestrutura a produção de bens e o consumo e com as novas tecnologias passam a exigir maiores qualificações no mundo do conhecimento; coloca em xeque o papel do Estado e promove o surgimento de novas formas associativas, que extrapolam a noção de democracia representativa (Martins, 1994). Assim, os efeitos da globalização desencadeiam novas exigências na vida dos indivíduos e afetam, sobretudo a população juvenil.²³

Os padrões de consumo entre os jovens são redefinidos. Há um crescimento vertiginoso em relação às oportunidades e facilidades com o advento das novas tecnologias, mas ao mesmo tempo tem-se constituído um aumento assustador em relação às desigualdades de acessos e possibilidades. Outrossim, a promessa de inclusão social, pregada pelos defensores da globalização, que viam no desenvolvimento tecnológico uma oportunidade de modernização e de inclusão para os diferentes povos, não ocorreu na prática, pelo contrário, gerou e gera cada vez mais uma polarização socioeconômica entre as sociedades (Krauskopf, 2000).

²³ Segundo dados da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina (2001), as taxas de desemprego entre os jovens aumentaram de 8% em 1990 para 22% em 1999 e 36% em 2001.

Por esse ângulo, Inglehart (1997) explicita diferenças manifestadas por jovens decorrentes do nível de desenvolvimento atingido por cada país. Como exemplo, contrapõe a realidade dos jovens que vivem em nações desenvolvidas aos dos países em desenvolvimento, imputando aos primeiros comportamentos pautados por *valores materialistas* e, aos segundos, por valores *pós-materialistas*.²⁴ A perspectiva materialista leva à valorização de governos de liderança forte que priorizam o crescimento econômico motivado para o ganho individual e não social. Já na perspectiva pós-materialista a política é percebida como capacidade de auto-expressão e participação com ênfase na qualidade de vida e no bem-estar social.

Por conseguinte, uma nação orientada por valores materialistas tende a não reconhecer as demandas da juventude, logo, sugere uma conjuntura marcada pela exclusão socioeconômica. Portanto, como sugere Keil (2001 e 2004) a inclusão só é possível mediante a obtenção de um emprego assalariado, pois a idéia de cidadania, atualmente vincula-se à noção de consumo. Em suma, países que não oferecem condições de inclusão social há a ruptura dos laços sociais e a estruturação de uma sociedade marcada pela diminuição e perda da solidariedade.

A autora acrescenta que a exclusão está fundamentada em dois conceitos, no de *desqualificação social* e no de *desinceração social*. O primeiro como resultado da precarização profissional, fragiliza laços sociais (sentimentos de fracasso profissional, apatia) e pode gerar rupturas sociais, demandando a necessidade de recorrer à assistência social. O segundo, como consequência do primeiro, é afetado pelas relações de produção e de psicologização do mundo, predispondo os jovens a sentimentos de culpa, vergonha e isolamento (Keil, 2001).

²⁴Para este autor, os valores materialistas estariam relacionados às necessidades mais básicas: educação, moradia, trabalho e segurança, enquanto que, os valores pós-materialistas estariam vinculados a processos culturais e políticos mais próximos da cultura e da liberdade, portanto, há uma diferente percepção em relação à questão da sobrevivência.

Sem aprofundar a discussão sobre esse assunto é importante reter do exposto que, uma das decorrências do processo de globalização para os países em desenvolvimento reside na configuração de um tipo de sociedade cada vez mais marcada por conflitos de natureza social e política, o que leva a juventude a produzir uma cultura individualista reduzindo a capacidade cooperativa e participativa.

Os conflitos sociais ficam expostos quando se analisam indicadores estatísticos que refletem aspectos da realidade vivida pela juventude brasileira. Entre esses indicadores destacam-se os relativos à violência entre os jovens. Neste sentido, verifica-se que o maior número de vítimas de homicídios no Brasil está entre os 15 e os 25 anos de idade. De acordo com Azevedo (2003) tais ocorrências revelam falhas no diálogo entre a juventude e os mecanismos institucionais do Estado, aliás, um problema que vem desde a família e passa pelas demais instituições. Entretanto, o autor sugere que em alguns casos o comportamento violento pode ser interpretado como uma forma de protesto de populações excluídas socialmente que recorrem ao uso deste expediente para fazer valer seus direitos. Nesse sentido, interpreta tal postura como um meio e não um fim.

Os conflitos de ordem política estão relacionados ao sentimento de apatia. Para Baquero (1999), algumas das principais características a contribuir para esta situação são: desconfiança da população nas instituições e nos políticos; influência dos meios de comunicação como formadores de opinião, atuando nem sempre de forma ética; institucionalização de uma política informal em detrimento das instituições políticas; ceticismo das pessoas em relação ao governo e à capacidade dos governantes; institucionalização de uma cultura política individualista; e a crise econômica que acentua a exclusão social. Considerada a crise social e política que atualmente os jovens se deparam, qual a possibilidade do Capital Social ser gerado para e entre a juventude pela a educação?

Com vistas a responder este questionamento, passa-se a analisar empiricamente, via dados de pesquisa quantitativa, as orientações e comportamentos dos jovens das escolas públicas e privadas da cidade de Porto Alegre. O objetivo é descrever e examinar o estoque de Capital Social presente entre a juventude. Num primeiro momento, é feita uma análise descritiva do perfil dos jovens porto-alegrenses, com base nos dados obtidos da pesquisa de 2004. Após, são realizadas análises descritivas e comparativas, utilizando os dados da pesquisa de 2001 e 2004.

3.1.1 Quem são os jovens: perfil demográfico

Para uma melhor compreensão da realidade dos jovens de Porto Alegre, foram entrevistados no ano de 2004, 446 jovens estudantes da cidade de Porto Alegre. Deste total, 82% são porto-alegrenses e 18% são provenientes de outros municípios e Estados. Foram aplicados questionários em 19 escolas públicas e privadas. Desta amostra, 282 jovens (63%) estudam em escolas públicas e 164 (37%) em escolas privadas.

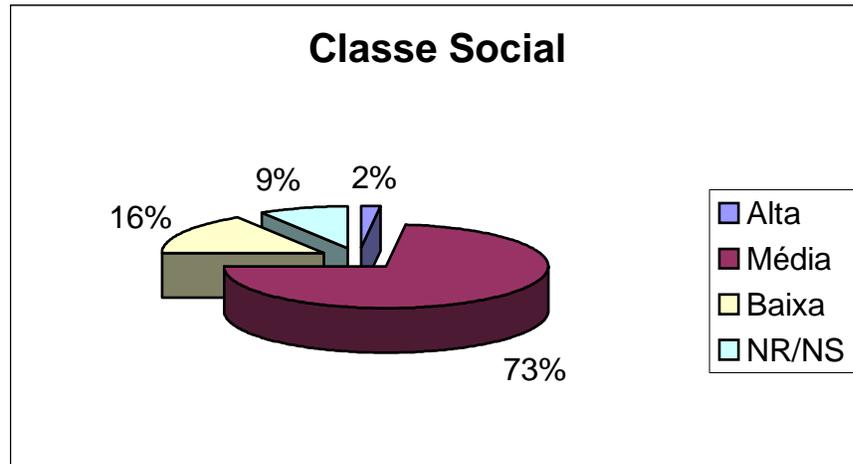
A distribuição, das séries do ensino médio a que pertencem os estudantes, é a seguinte: 28% pertencem à 1ª série, 12 % pertencem à 2ª série e 30% à 3ª série. No ensino fundamental 8% pertence à 7ª série e 22% a 8ª série. Desta distribuição, 89% dos estudantes realizam seus estudos no turno do dia e 14% durante a noite.

Quanto ao sexo, 51% dos estudantes que compõem a amostra são do sexo feminino e 49% do sexo masculino. A idade dos entrevistados situa-se entre a mínima de 12 anos com 1% e a máxima de 19 anos com 2%. A distribuição das outras idades corresponde a 48% de 13 até 15 anos e 46% de 16 até 18 anos.

No que se refere à situação social destes jovens o dados da Figura I indicam que, 2% se autodenominam como pertencentes à classe alta, 73 % classe média, 16 % classe baixa e 9% não

responderam e afirmaram não saber. Isto demonstra que os jovens desta amostra são oriundos predominantemente dos estratos médios

Figura I



Fonte: Pesquisa Capital Social e Juventude. NUPESAL e NIEM, 2004 (N=446).

Outro aspecto que torna pertinente examinar é o aspecto familiar destes jovens.

3.1.2 *Estrutura familiar dos jovens*

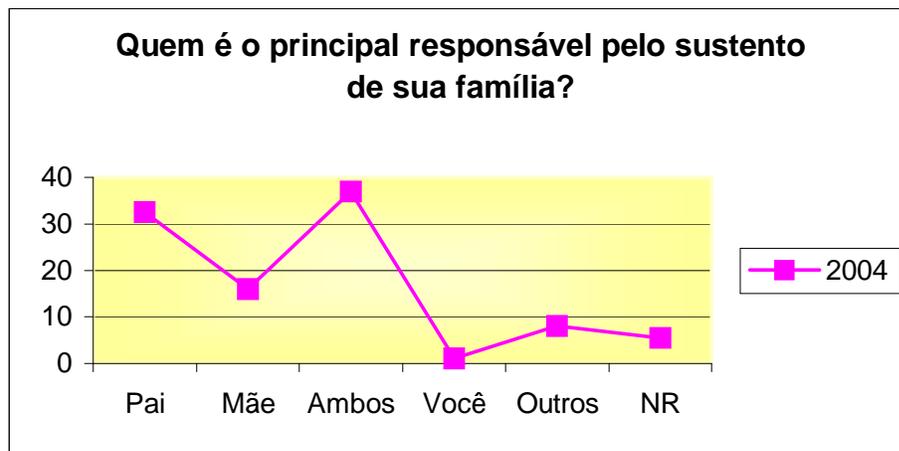
A família é a instituição que prepara o indivíduo para o mundo do trabalho e que oferece afeto e conforto (Adorno e Horkheimer, Apud Crochik, 1995). Por isso ela tem função primordial na transmissão da cultura e dos valores morais e éticos, potencializando os sentimentos de obrigação, de expectativa mútua e de confiabilidade nas relações sociais (Nazzari, 2003). Em outras palavras, a família é um canal que pode gerar Capital Social.

Deste modo, é importante verificar como se caracteriza a família destes jovens. De acordo com os dados desta pesquisa, 62% dos casos o jovem mora com o pai e a mãe. Um número expressivo 24% mora somente com a mãe e apenas 3% reside com o pai. Moram com parentes, amigos e sozinho 9%, enquanto que 2% não responderam. Estes dados revelam uma

sociedade onde os jovens na sua grande maioria residem ainda com os pais, pertencendo à típica família nuclear. Entretanto, há um expressivo número de jovens que moram com a mãe, quando comparado com o pai, isto está relacionado ao fato de que a guarda dos filhos é tradicionalmente dada as mães e não sendo portanto, uma questão de opção ou de escolha por parte dos jovens na hora de decidir com quem vai residir.

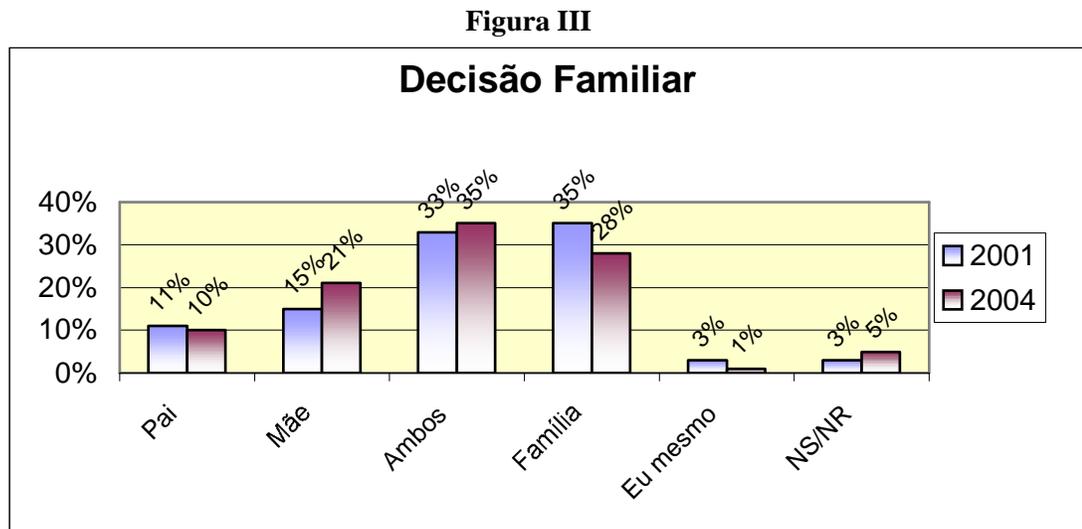
A questão da renda familiar é um outro aspecto a ser considerado nesta análise, permitindo examinar o principal mantenedor da família.

Figura II



Fonte: Pesquisa Capital Social e Juventude. NUPESAL e NIEM, 2004 (N=446).

De acordo com os dados da Figura II, o pai colabora no sustento da família com 33%, a mãe com 16%, ambos com 37%, outros 8%, eu mesmo 1% e não responderam ou não sabem 5%. Nota-se que ambos (pai e mãe) são os principais mantenedores da família, o que evidencia uma crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, colocando em questão as antigas relações de poder e autoridade antes exercida apenas pela figura paterna. O ingresso da mulher no mercado de trabalho permite uma maior influência nas decisões do orçamento familiar e conseqüentemente um maior status junto aos demais membros da família. Deste modo, é pertinente verificar quem comumente toma as decisões mais importantes na família.



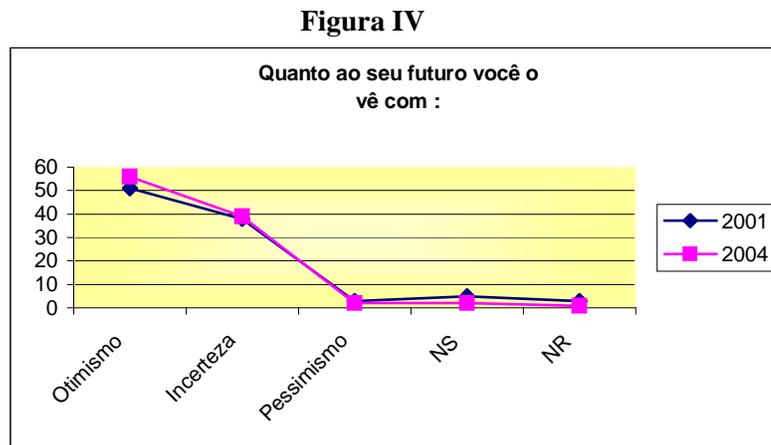
Fonte: Pesquisa Capital Social e Juventude. NUPESAL e NIEM, 2001 (N=500) e 2004 (N=446).

Comparando os dados de 2001 e 2004, a Figura III indica que no último ano, tanto o pai quanto a mãe representam o poder no grupo familiar. Em 35% dos casos, a autoridade é exercida pelo pai e a mãe, 10% pelo pai e 21% pela mãe. Comparativamente, há uma redução nos percentuais do poder de decisão do conjunto familiar como um todo, apresentando uma queda de 7% quando comparado a 2001. Outrossim, observa-se uma maior preponderância das mães nas questões familiares com um aumento de 6% em relação a 2001. Destaca-se com isto que, quando os jovens são alheios às estruturas do poder de decisão familiar, estes podem vir a ter no futuro um comportamento apático e de alienação em relação às estruturas políticas.

Outro ponto interessante é compreender a postura e a percepção que estes jovens têm relação ao seu cotidiano, o que pode nos fornecer importantes subsídios para a análise e compreensão de alguns fenômenos sociais. Neste sentido, o próximo tópico tem como objetivo analisar as atitudes e comportamentos destes jovens em relação ao contexto social em que estão inseridos.

3.1.3 Expectativa dos jovens em relação ao futuro

As avaliações sobre as expectativas de vida dos jovens e as suas perspectivas em relação ao futuro podem contribuir para examinar os estoques de Capital Social de uma sociedade. Quando os cidadãos depositam confiança em suas instituições, participam e são engajados, prevêm a existência de uma sociedade com qualidade de vida e bem estar socioeconômico. A pesquisa procurou examinar as perspectivas que os jovens apresentam em relação ao futuro.



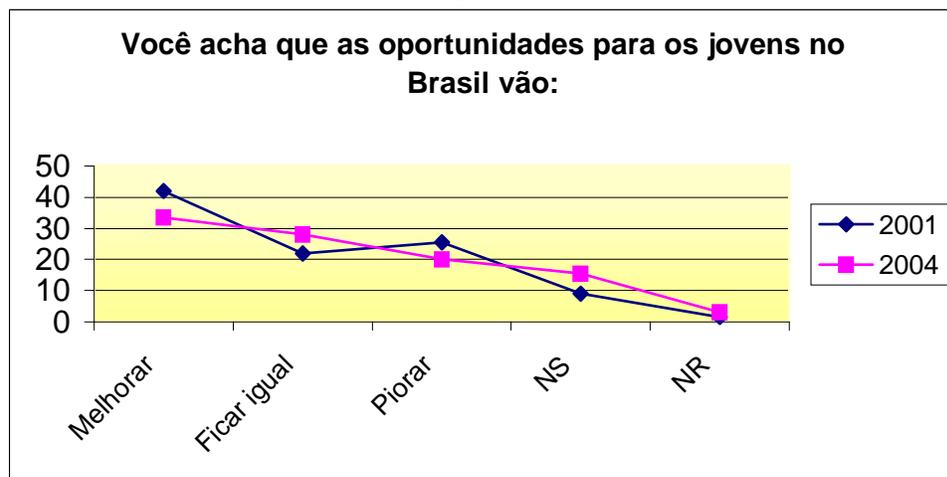
Fonte: Pesquisa Capital Social e Juventude. NUPESAL e NIEM, 2001 (N=500) e 2004 (N=446).

Conforme Figura IV, em 2001 e em 2004, 50% e 56% respectivamente dos jovens percebem o seu futuro de maneira otimista, 38% e 39% apresentam incerteza em relação às suas vidas e 3% e 2% o vêem de forma pessimista. Em vista disso, os dados indicam uma predisposição positiva em relação ao futuro; entretanto, quando as categorias “incerteza” e “pessimismo” são somadas, alcança-se um índice de 40%. Esta porcentagem sugere que os sentimentos de insegurança, incerteza, medo e dúvida vivenciados no cotidiano dos jovens podem estar presentes na escolha de seus projetos de vida.

De acordo com Abad (2002), as novas transformações da relação capital e trabalho são responsáveis por estes sentimentos de pessimismo e incerteza. Ressalta, ainda, que *as inseguranças em relação ao futuro* são fruto do atual contexto econômico que desestruturou o processo linear de fases da vida do jovem (família, educação e trabalho), conduzindo-o para um processo indeterminado, descontínuo e incerto. Desse modo, a juventude passou a apresentar uma série de características como: individualismo; ausência de responsabilidades com terceiros; rápido amadurecimento e emancipação mental e física e; restrições econômicas que representam aspectos negativos para formação de Capital Social, pois a juventude apresenta características que se opõem ao espírito da cooperação e da coletividade.

Estando a expectativa de vida dos jovens condicionada à realidade na qual estão inseridos, é pertinente avaliar qual a leitura que os jovens estão fazendo da realidade em que vivem. Desta forma foram feitos três questionamentos em relação ao contexto. O primeiro questionamento investiga a maneira como eles percebem as oportunidades oferecidas para os jovens no Brasil.

Figura V

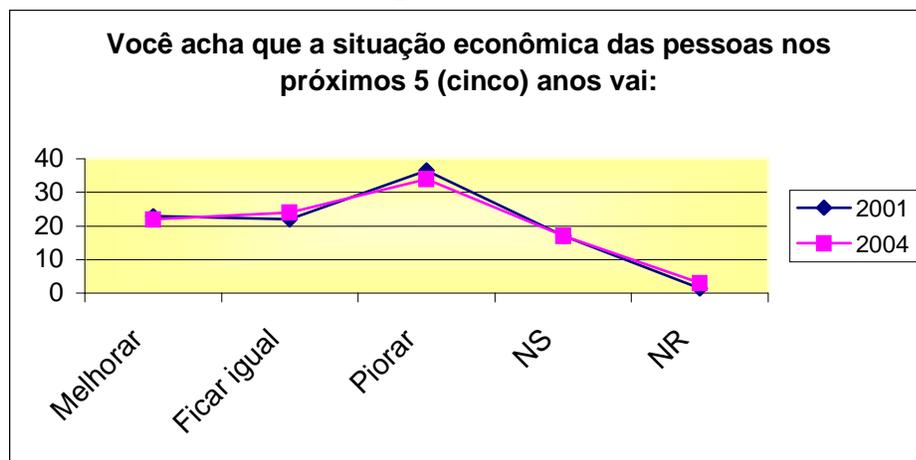


Fonte: Pesquisa Capital Social e Juventude. NUPESAL e NIEM, 2001 (N=500) e 2004 (N=446)

Os dados da Figura V revelam que em 2001, 42% e em 2004, 33% acham que as oportunidades para os jovens vão melhorar, 22% e 28% vão ficar iguais, 25% e 20% vão piorar e 11% e 19% NS/NR. Cabe ressaltar que o percentual desta questão caiu 9% de 2001 para 2004. Um motivo para este índice estar mais elevado no ano de 2001, pode ser explicado em função da questão conjuntural das eleições presidenciais no ano de 2002, podendo despertar um sentimento generalizado de perspectivas e de mudanças na realidade do país.

Com base na verificação da percepção negativa que os jovens depositaram em relação às expectativas e oportunidades no Brasil, buscou-se examinar como eles percebem a situação econômica do país. Os dados da Figura VI, indicam que em 2001, 36% e em 2004, 35% acreditam que vai piorar nos próximos cinco anos, 22% e 23% vai ficar igual, 23% e 22% vai melhorar e 19% e 20% não sabem ou não responderam

Figura VI

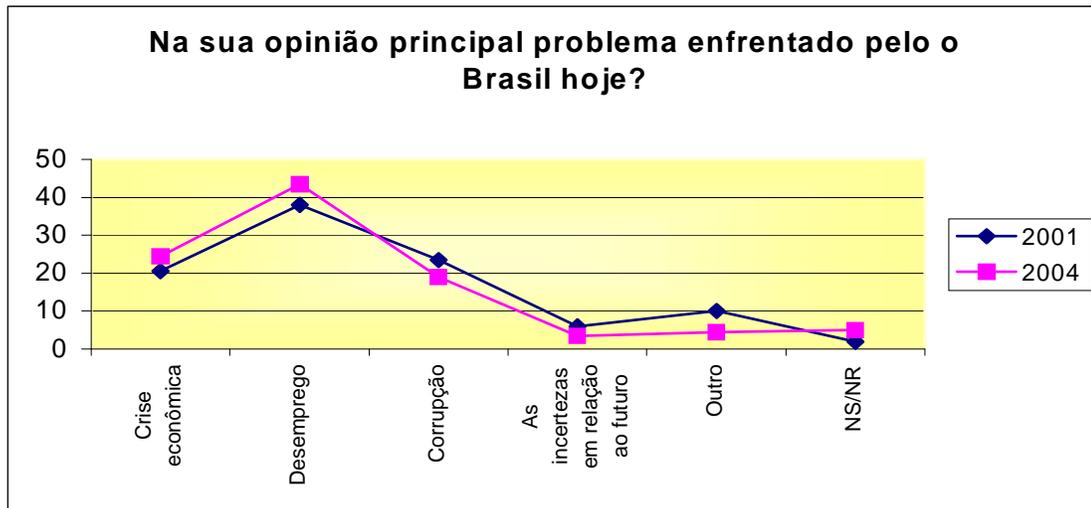


Fonte: Pesquisa Capital Social e Juventude. NUPESAL e NIEM, 2001 (N=500) e 2004 (N=446)

Comparativamente as respostas de 2001 e 2004 dos jovens apresentaram pouca alteração. Isto assinala que em se tratando da economia os jovens demonstraram visões claras dos problemas sociais. Verifica-se que o contexto tem interferido nas suas escolhas, nos seus projetos

e nas suas crenças em relação ao futuro, bem como nas suas oportunidades. Em vista disso, o terceiro questionamento indaga sobre os motivos que poderiam estar impactando a situação econômica das pessoas.

Figura VII



Fonte: Pesquisa Capital Social e Juventude. NUPESAL e NIEM, 2001 (N=500) e 2004 (N=446) .

No que concerne a Figura VII, 38% em 2001 e 43% em 2004, apontaram como principal problema o desemprego, 21% e 24% a crise econômica, 23% e 20% a corrupção, 6% e 4% e as incertezas em relação ao futuro, 10% e 5% outros e 2% e 5% não sabem ou não responderam. Estes dados sugerem a presença de comportamentos materialistas (Inglehart, 1997), onde o desemprego tem sido a preocupação principal destes jovens. Esta situação pode contribuir negativamente sobre a expectativa que as pessoas depositam nas instituições políticas e em seus representantes, pois a população espera de seus governantes, competência administrativa para promover o bem estar e a resolução de problemas na área social e econômica.

No que compete à construção e o exercício da cidadania destes jovens, isto pode ser extremamente comprometedor para a vida democrática. Para Schmidt (2000), o grau de satisfação dos jovens e as suas expectativas em relação ao futuro estão associados à dinâmica

política. Assim, o distanciamento da juventude em relação às instituições, as autoridades políticas e a pouca disposição para participar ativamente das decisões públicas, está relacionado ao não suprimento de suas necessidades básicas.

Conseqüentemente, o afastamento dos jovens da esfera política se encaminha para a necessidade de incorporar no cotidiano desta população a noção de redes de compromisso cívico, normas de confiança mútua como o associativismo e o cooperativismo. Para Putnam (1996), estes são fatores fundamentais para interação e comunicação entre os atores sociais na produção de melhores formas de resolução dos dilemas da ação coletiva.

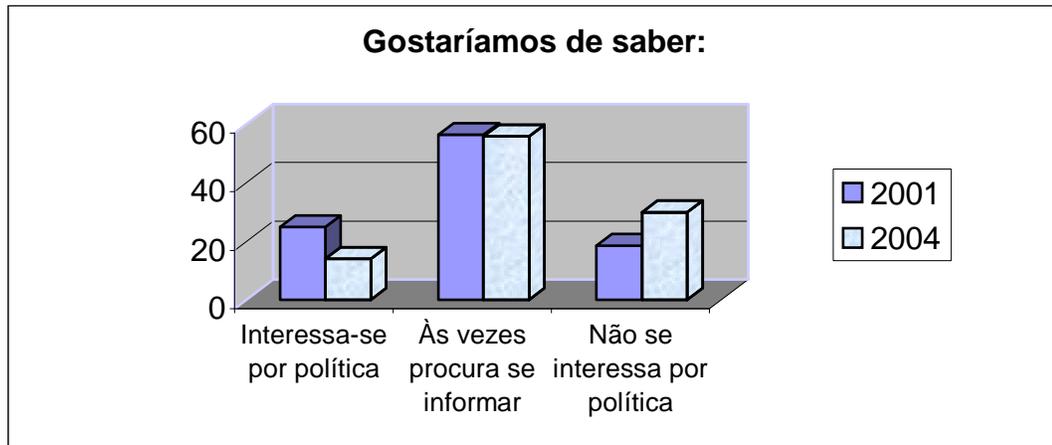
A respeito disso Baquero (2001) assinala a importância de proporcionar entre os jovens melhores expectativas em relação futuro, por meio da incorporação de recursos econômicos ou parcerias mais amplas, que vise à transformação do Capital Social numa dimensão permanente na formação da juventude. Este tipo de proposta que busca integrar Estado, sociedade e mercado e as dimensões sociais, política e cultural, pode apresentar-se como uma alternativa de reverter a lógica econômica excludente trazida pela globalização.

Tendo em vista a relação que se estabelece entre as expectativas dos jovens com a esfera pública, é pertinente examinar o grau de interesse que a juventude apresenta em relação à política, bem como a sua adesão ao sistema democrático.

3.1.4. Interesse por política e adesão à democracia.

O interesse e o grau de importância que os jovens dão para as questões relacionadas à vida pública permite verificar as crenças e valores depositados nas ações políticas praticadas no cotidiano. O interesse dos jovens pela política é indicador de Capital Social entre os jovens, pois incentiva a participação nas comunidades e nos assuntos relacionados à vida coletiva.

Figura VIII



Fonte: Pesquisa Capital Social e Juventude. NUPESAL e NIEM, 2001 (N=500) e 2004 (N=446).

Os dados indicam que, 25% em 2001 e 14% em 2004 há um interesse por parte dos jovens em relação à política, 56%, ambos os anos, costumam às vezes se informar e 19% e 30% não se interessam. Conforme os dados, verifica-se que o percentual de interesse por política caiu em 9%. Um dos motivos, já descrito anteriormente, para esta queda pode estar no fato de que em 2001 havia muitas expectativas em torno da eleição presidencial de 2002, ao passo que o índice de 2004, vem marcado por um momento de desapontamento com o governo federal.

Russel Neuman (1986), na teoria dos três públicos assegura que a maior parte da população que compõe o *público de massa*, cerca de 75% do total da população, atribui pouca atenção aos assuntos políticos e aceitam o fato de terem o direito de votar; 20% compreende os *apolíticos*, ou seja, indivíduos desinteressados com a política, que se informam pouco e não sentem o dever de votar. O restante da população, 5%, é composto pelos *ativistas políticos* que são os que apresentam altos níveis de envolvimento.

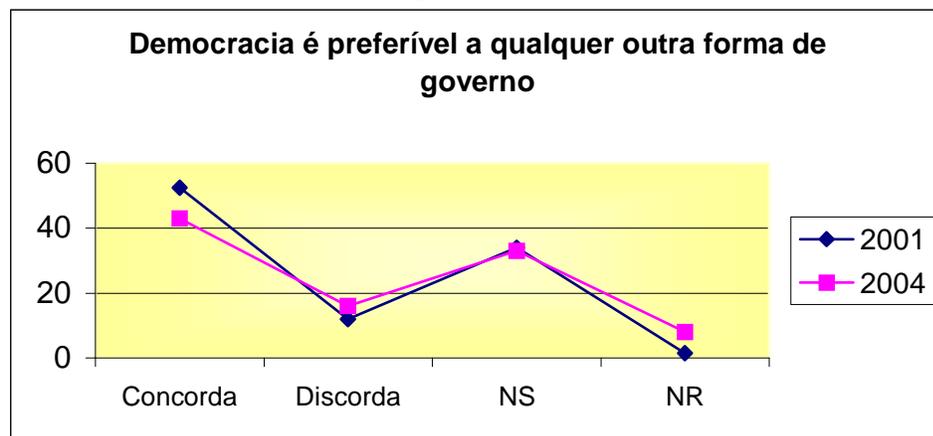
De acordo com esta reflexão e com base nos dados apresentados, sugere-se que a maioria dos jovens, de certa maneira, envolve-se eventualmente nos acontecimentos políticos, acompanha a política a uma certa distância e quando votam se apóiam na opinião daqueles que

consideram mais bem informados. Pode-se falar de uma juventude descrente, descontente e insatisfeita com a democracia, mas não necessariamente uma juventude "apolítica" e alienada, o que não advoga a favor da idéia de que o desinteresse da juventude não traz implicações negativas para democracia. A respeito disso, Porto (1996) aponta para a necessidade de se firmar bases de apoio à democracia, pois;

(...) a democracia brasileira não conta com uma base de legitimidade que assegure a sua estabilidade e consolidação. A crise de confiança na política e suas instituições, a não separação entre percepções negativas sobre o desempenho e a essência mesma da democracia, enquanto regime político, são alguns dos fatores a demonstrar esta ausência. Uma das tarefas colocadas à democracia brasileira é, portanto, a busca de bases legítimas e mais estáveis aos valores e instituições democráticas. (Idem, p.60)

Desta forma, investigar como os jovens se posicionam em relação à política, permite verificar se o sistema democrático possui uma base de apoio por parte dos jovens. Assim, busca-se mostrar como as atitudes da juventude têm se configurado em relação à democracia.

Figura IX



Fonte: Pesquisa Capital Social e Juventude. NUPESAL e NIEM, 2001 (N=500) e 2004 (N=446).

De acordo com os dados da Figura IX, 52% em 2001 e 43% em 2004, concordam que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, 12% e 16% discordam desta

afirmação, 34% e 33% não sabem e 2% e 8% não responderam. O percentual de 2001 revela que mais da metade da população apresenta convicções democráticas. Em 2004, este percentual diminuiu 9%. O que chama atenção são os percentuais somados das categorias "discordo desta afirmação", "não sabe" e "não respondeu" que totaliza 48% e 57% respectivamente. Como compreender estes percentuais que colocam em dúvida o regime democrático como preferível a qualquer outro tipo de governo?

Paulo Krischke (2003) afirma que o estrato de pessoas que não opta pelo regime democrático é um público difícil de ser compreendido, pois é constituído por pessoas heterogêneas em termos de posições e conteúdos atitudinais. Assim, sugere não verificar somente a influência das variáveis estruturais, (renda, escolaridade, ocupação e urbanização) sobre as atitudes políticas, mas analisar como a influência destas variáveis acontece de forma "diversificada, ao combinar-se com opções de vida, e condições histórico-culturais, que os jovens enfrentam no seu cotidiano" (Idem, p.23).²⁵ O autor critica o famoso "tripé da participação política", o qual sempre foi visto e aceito em função de uma falsa "ampliação das oportunidades de inclusão social" promovida pela *suposta* "modernização da sociedade" (Idem, p.5). Desta forma, é relevante considerar a cultura política dos países quando forem realizadas investigações desta natureza.²⁶

Pesquisas realizadas na América Latina têm revelado uma cultura política ambígua e contraditória onde se tem convivido com uma relação dicotômica entre autoritarismo e democracia. Neste cenário presencia-se um descompasso em termos de consolidação democrática

25 Na pesquisa desenvolvida por João Pedro Schmidt (2000), ao cruzar as variáveis sexo, situação econômica e localização geográfica com interesse por política, constatou que estas variáveis não apresentam grandes correlações.

26 O "tripé da participação política, de acordo com Moisés (1995): renda, escolaridade e ocupação tem relação positiva no apoio à democracia".

e institucionalização de uma base normativa de crenças e valores em relação à democracia (Baquero, 2004).

Para o caso brasileiro, Schmidt (2000, p. 184) registra a presença de uma cultura híbrida e dualista, onde se mesclam elementos de tradição orientados para a mudança, "cultura esta marcada pela presença tanto de elementos democráticos, como autoritários, de descrença e de apatia". Em vista disto, torna-se pertinente verificar qual o papel que a educação pode desempenhar como agente socializador de Capital Social entre os jovens.

3.2 CAPITAL SOCIAL E EDUCAÇÃO

A socialização política tem papel fundamental na estruturação de atitudes e comportamentos entre os jovens. Conhecimentos e informações, confiança interpessoal, reciprocidade, cooperação e interesses coletivos são importantes valores do Capital Social, os quais podem ser ampliados e transmitidos no cotidiano da juventude por meio da educação escolar (Rothstein, 2001).²⁷

A escola é a primeira agência formal de socialização em que, estando vinculada a uma estruturação curricular, oferece determinados conhecimentos, hábitos e atitudes que podem *reforçar atitudes e comportamentos ou provocar uma modificação no sentido de ressocializar o indivíduo* (Souza, 1983, P.87). De acordo com David Easton e Jack Dennis (1969) a estruturação das atitudes dos jovens inicia-se nos primeiros anos escolares; todavia, emergem no início da adolescência aos 13 ou 14 anos, e se prolonga até os 20 ou 21 anos.²⁸ Esta fase em que se encontra o indivíduo é extremamente importante, visto que neste período ocorre a internalização de valores e crenças, por meio da socialização, determinando atitudes e comportamentos em relação à política.

Para Schmidt (2000), a escola pode realizar a transmissão intencional de atitudes políticas de forma sistemática, por meio de conhecimentos vinculados ao mundo político trabalhados e discutidos em sala de aula, e a transmissão não intencional, por meio de relações

27 Este autor, ao analisar o capital social na Suécia, aponta que um dos principais responsáveis pela presença de índices positivos deste conceito entre os suecos é a criação e a manutenção de círculos de estudos, que funcionam desenvolvendo atividades e discussões sobre vários temas e áreas.

28 Estes autores afirmam que é necessário realizar não apenas uma teoria geral sobre a socialização e ou uma teoria de socialização política, mas uma teoria política da socialização política, em que haveria três tipos de tais teorias: Alocativa, relacionada à esfera partidária; Análise da estabilidade e sistêmica, que vincula a socialização à manutenção do sistema e; Teoria sistêmica, com baseada na teoria de Easton - inputs e output. (Schmidt, 2000).

entre colegas, professores e funcionários. Da mesma forma, pelo método escolar, pode incidir na transmissão de valores, sendo um importante difusor de conhecimentos políticos.²⁹

Uma proposta estratégica e alternativa presente entre os defensores da socialização é a noção de engajamento cívico. Em vista disso, o próximo tópico tem o objetivo de discutir como o engajamento cívico pode atuar na constituição de Capital Social entre os jovens.

3.2.1 *Engajamento cívico*

O desenvolvimento da cidadania³⁰ ou competência cívica, por meio da transmissão de conhecimentos, da internalização de valores tais como virtude, obrigação e a predisposição de habilidades para o bem comum da sociedade, são componentes chave do engajamento cívico.

O engajamento cívico dos jovens nas escolas poderia se dar por meio do serviço comunitário voluntário, de conhecimentos curriculares e pelo desenvolvimento de habilidades cívicas visando a atuação dos jovens em esferas fora da escola (Campbell, 2003). Os indivíduos em sociedades democráticas devem possuir níveis relativamente elevados de “competência cívica”, o que inclui conhecimentos sobre o funcionamento do sistema político e atuação de seus representantes, as habilidades cívicas e as percepções de influência e eficácia política (Finkel; Sabatini e Bevis, 2002). Os indivíduos também devem apoiar valores como: tolerância política, apoio às liberdades políticas, confiança institucional e interpessoal. Estes fatores são considerados essenciais aos governos democráticos.

29 O método escolar pode ser um meio de socialização política. Deste modo, métodos participativos favorecem a capacidade do grupo atuar de forma crítica. Métodos centrados favorecem a autonomia, mas promovem individualismo.

30 O conceito de cidadania é empregado aqui no sentido que lhe foi atribuído por Marshall em sua obra *Cidadania, classe social e status* (1967), o qual envolve três elementos: o civil (liberdade individual, direito de igualdade); o político (participar no exercício do poder político) e; o social (acesso ao bem estar econômico e segurança).

Na visão de Campbell (2003), a escola pode contribuir para o engajamento cívico de três formas. A primeira direciona a educação cívica para os conhecimentos políticos, onde durante as aulas devem ser transmitidas questões sobre o funcionamento das instituições políticas aos “futuros eleitores”. Assim, os alunos, entendendo as particularidades do funcionamento das instituições políticas poderiam atuar e participar mais nos processos políticos. A segunda, visa estimular um discurso voltado para uma política consensual, tolerante e de respeito aos direitos humanos. E a terceira privilegia nas aulas e nas atividades escolares discussões relacionadas à resolução de problemas e às estratégias de ação nas comunidades mais próximas dos alunos, enfatizando o serviço comunitário voluntário. Deste modo, ao promover trabalhos desta natureza, a escola pode gerar sentimentos de confiança, cooperação e civismo entre os alunos.

Diante disso, cabe examinar como os jovens das escolas de Porto Alegre se comportam em relação ao trabalho voluntário.

3.2.2 Trabalho voluntário

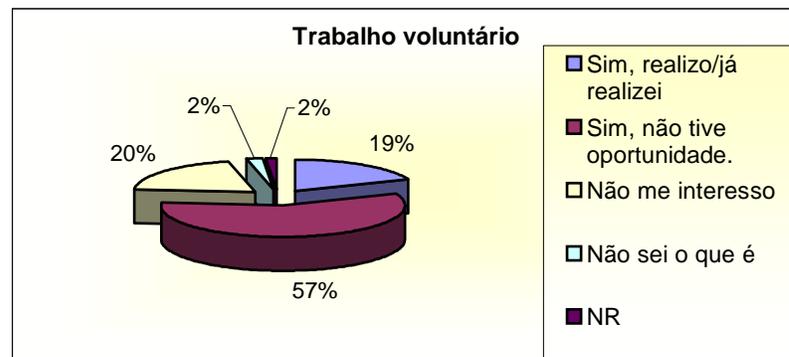
O fortalecimento de todas as formas de voluntariado, principalmente as que expressam a cultura popular e a vida cotidiana das escolas, da comunidade e da juventude, cujas condições de vida oferecem maior índice de vulnerabilidade, tem estado presente na constituição de políticas públicas que visam combater a exclusão socioeconômica. Nesta direção, Milú Vilela (2003) afirma que a educação é a área propícia para o desenvolvimento do trabalho voluntário escolar, apresentando-se como a melhor forma de combater o círculo de dependência, imobilismo e passividade política entre os jovens.

O conceito de voluntariado educativo vem sendo utilizado para definir a aplicação do voluntariado no ambiente escolar. Desta forma, o voluntariado educativo complementa o trabalho

do professor em sala de aula com elementos que enriquecem o tratamento de temas transversais e o uso da metodologia de projetos. A preocupação fundamental deste tipo de voluntariado não é centrada no serviço a ser prestado pelo aluno, mas sim na formação desse jovem, tanto pelo desempenho de sua atividade voluntária quanto pelo desenvolvimento articulado dos saberes escolares.

Este tipo de proposta coloca os jovens como protagonistas das ações e não como destinatários, apostando num trabalho em que todos podem realizar ações construtivas na sociedade, independente da idade ou da condição socioeconômica. Neste sentido, o voluntariado educativo pode ser visto como forma de participação democrática e transformadora da realidade, capaz de superar o ativismo meramente assistencialista ou compensatório presente nas políticas públicas. Portanto, remete a uma nova concepção das políticas públicas direcionadas à juventude, sendo protagonizadas não somente pelo Estado, mas pelo conjunto de atores institucionais, sociais e governamentais, devendo ser orientadas não apenas setores e grupos, mas aos diferentes grupos de jovens da sociedade. Desta forma, procurou-se examinar qual a predisposição do jovem em relação ao trabalho voluntário.

Figura X



Fonte: Pesquisa sobre Juventude e Capital Social no RS, NUPESAL / NIEM 2004 (N=446).

De acordo com os dados da Figura acima, 19% realizam ou já realizaram algum trabalho voluntário, 20% não se interessam, 2% afirmaram não saber o que é, 2% não responderam e 57% já pensaram em realizar, porém nunca tiveram oportunidade. Isto evidencia uma predisposição entre os jovens para o exercício da cidadania, pois 57% dos jovens demonstram ter alguma predisposição a participar de atividades voluntárias; no entanto, efetivamente nunca participaram, aliás, apontam como motivo para a não participação a falta de oportunidade. Conseqüentemente, isto demonstra a existência de um tipo de cultura que não tem o hábito de realizar trabalhos voluntários.

Na análise sobre os jovens estudantes das escolas dos Estados Unidos, Campbell (2003) afirmou que há maior predisposição entre os alunos das escolas religiosas a se envolverem em associações voluntárias.³¹ O motivo deste comportamento se deve, em parte, à estrutura curricular oferecida por estas instituições, pois elas incluem nos seus currículos o trabalho voluntário como atividade de classe.

Todavia, nos países da América Latina, a noção do trabalho voluntário configura-se de maneira singular. No caso do Brasil, ele deve ser entendido como uma ferramenta-chave para a consolidação da democracia e uma forma de participação política.³² Por conseguinte, isto inclui uma proposta de educação voltada para a noção de inclusão social. Há uma exigência natural no contexto social dos países da América Latina de que as instituições de ensino se apresentem não apenas como simples depositários do saber, mas como canais de acesso crítico aos conhecimentos e informações, com o objetivo de propor cada vez mais para os indivíduos formas alternativas de interferir na realidade (Arroyo 2001, Jiménez, 2001).

31 Pesquisa realizada pela a National Household Education Survey, 1996, sobre o grau de engajamento dos estudantes nas escolas os Estado Unidos.

32 A educação popular é um exemplo de trabalho voltado para a realidade latino-americana. Este tipo de educação foi um movimento iniciado nos anos de 1960 pelo o educados Paulo Freire. Cf. Paludo (2001).

Nesta direção, Paulo Freire (1970) ressalta que a educação brasileira tem sido domesticadora e não tem conduzido à participação nem ao questionamento das estruturas. Desta forma, torna-se pertinente examinar como o ambiente escolar tem contribuído em relação à participação.

3.2.3 *Participação no contexto escolar*

Gillespie e Patrick (Apud Sousa, 1983, p. 96) afirmam que a "escola pode ser vista como um sistema de recursos e padrões de comportamento capaz de constituir uma matriz de atitudes e de orientações políticas definidas pelos padrões de atividades lá desenvolvidas". O ambiente escolar fornece importantes ferramentas sobre o tipo de cultura política que se forma entre os jovens e indica se está se constituindo ou não uma cultura participativa.

Uma das instâncias dentro das escolas que pode canalizar a participação dos jovens é o grêmio estudantil, cuja organização é prevista legalmente enquanto entidade representativa dos estudantes, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais.³³ Buscando examinar o comportamento dos jovens no ambiente escolar, foi questionado se eles costumam participar do grêmio estudantil.

De acordo com os dados constatou-se que, em 2001 62% e em 2004 63% dos jovens declararam não participar de atividades desenvolvidas pelo grêmio estudantil. Dentre os que informaram participar às vezes, tem-se 30% e 28% respectivamente, e 8% e 9% entre os que disseram participar. Os dados dos anos examinados servem para demonstrar que não há um comportamento participativo entre os jovens.

Deste modo, a escola pode estar falhando enquanto proposta de formação de Capital

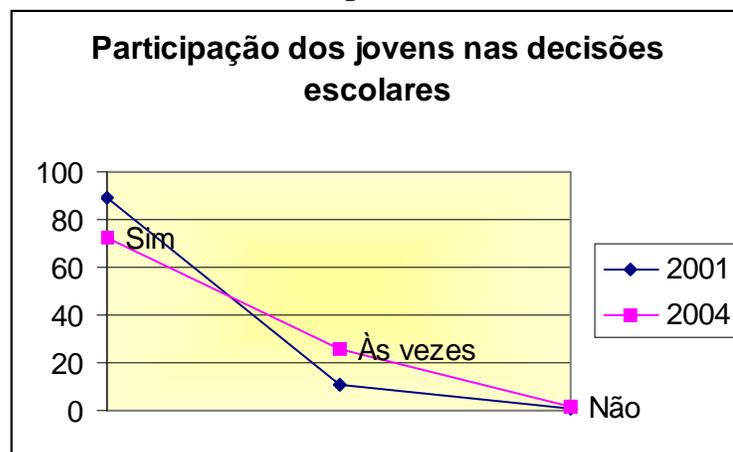
33 Lei Federal nº 7.398, de 1985.

Social, pois, o grêmio estudantil, visto como um mecanismo de participação e de espaço de discussões, tem pouca atenção por parte dos jovens. Souza (1983) ressalta que os jovens, muitas vezes, desconhecem o grêmio estudantil como órgão de representação e defesa de seus interesses, mas entendem que os alunos, em geral, devem participar dele. Como entender isto?

De acordo com os estudos de socialização política, o conceito de eficácia política tem contribuído para tentar entender o comportamento dos indivíduos. Eficácia política indica a crença e/ou o sentimento que os indivíduos possuem sobre o seu espaço político, no qual com base nos seus conhecimentos e competências, sentem-se hábeis ou não para interferir na realidade. Assim, o comportamento dos jovens pode estar vinculado ao sentimento de eficácia política dentro do contexto escolar.

Com objetivo de examinar o sentimento de autoconfiança e capacidade dos jovens de influenciar o ambiente escolar, foi indagado se acham que deveriam participar mais das decisões escolares.

Figura XI



Fonte: Pesquisa Capital Social e Juventude. NUPESAL e NIEM, 2001 (N=500) e 2004 (N=446).

De acordo com as respostas da Figura XI, 88% em 2001 e 73% em 2004 acreditam que os jovens deveriam participar mais das decisões escolares, 1% e 2% que não deveriam participar,

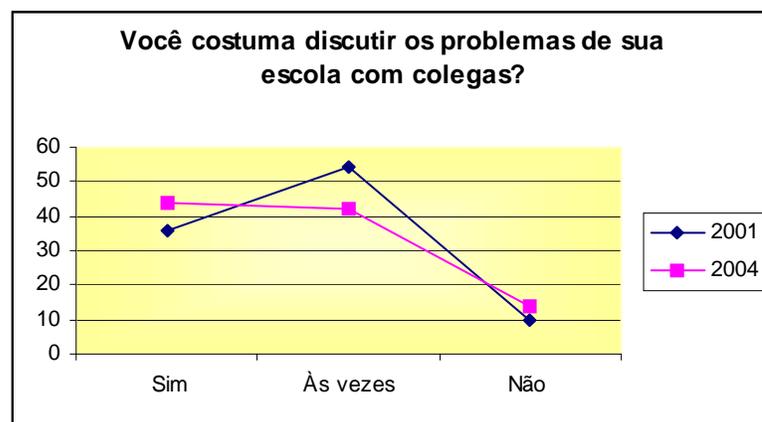
11% e 25 % acreditam que só deveriam participar às vezes. Os resultados sugerem que os jovens apresentam uma atitude positiva, embora um pouco mais tímida no ano de 2004, de eficácia política, visto que há um número pouco expressivo entre os que acham que não deveriam participar das decisões escolares. Nota-se uma predisposição para a participação, mas que não é constatada na prática. Logo, há uma incongruência entre a atitude e o comportamento dos jovens.

Souza (1983) afirma que há entre a juventude a presença de uma cultura política prismática;

(...) onde as estruturas formais não operam segundo os modelos tradicionais, mas funcionam de maneira insólita. Os indivíduos apresentam discrepância entre crenças, atitudes e comportamentos: as crenças e atitudes são democráticas e supõem a participação política, mas os comportamentos são autoritários e apáticos ou alienados (Idem, p. 250).

Outro aspecto importante na investigação sobre o comportamento dos jovens é o grau de comunicação e o debate promovido no contexto escolar. De acordo com Bordenave (1994), um dos princípios fundamentais para promover a participação é a manutenção dos fluxos de comunicação dentro das instituições. Deste modo, interessou perguntar aos jovens se eles costumam discutir problemas da escola com os colegas, com o objetivo de verificar se a escola tem promovido espaço e tempo para o debate.

Figura XII

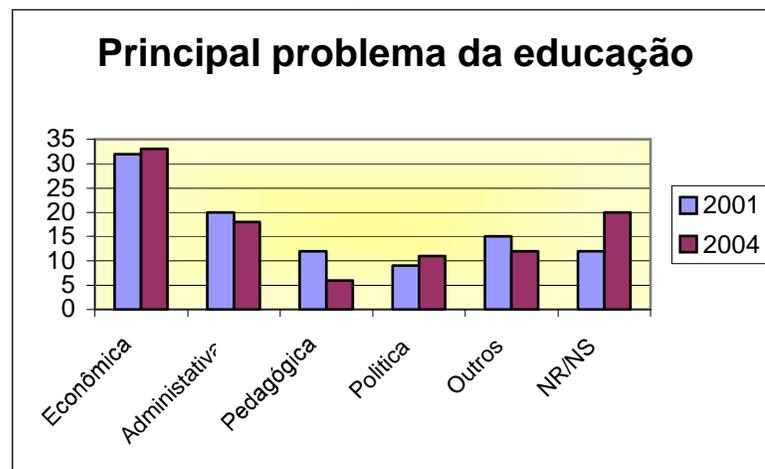


Fonte: Pesquisa Capital Social e Juventude. NUPESAL e NIEM, 2001 (N=500) e 2004 (N=446).

De acordo com os dados da Figura XII, em 2001 36% e em 2004 44% dos jovens afirmam que costumam discutir os problemas da escola, 54% e 42% discutem às vezes e 10% e 14% não costumam discutir. Por conseguinte, estes resultados indicam que há uma inclinação para o debate, contudo, não há indícios de que isto ocorra de maneira sistemática, pois a categoria "às vezes", sugere apenas uma tendência para dialogar de maneira ocasional. Isto evidencia a falta de um espaço formal nas escolas que promova um fluxo de informações que estimule a comunicação e a discussão sobre o contexto escolar.

O contexto escolar pode apresentar grande significado na constituição de saberes e aprendizagens dos jovens. Para Brunner (1993, p. 20), "o contexto é o conjunto de condições mais gerais que marcam a orientação básica de uma sociedade, por meio de um sistema político, da organização e funcionamento de sua economia e idéias, crenças e valores predominantes na cultura". Neste sentido, é pertinente uma educação que abra espaço para a discussão, mapeando significados com a realidade do cotidiano escolar da juventude. Desta forma, buscou-se verificar a percepção dos jovens sobre os problemas da educação escolar.

Figura XIII



Fonte: Pesquisa Capital Social e Juventude. NUPESAL e NIEM, 2001 (N=500) e 2004 (N=446).

De acordo com os dados da Figura XIII, a maioria dos jovens apontou como o principal problema na educação questões de ordem econômica (32% em 2001 e 33%, em 2004), isto é, faltam investimentos e salários dignos para os professores. Já, 20% e 18% alegaram que são os fatores de ordem administrativa (má administração da direção escolar); enquanto que 12% e 6% são de natureza pedagógica (escassos materiais didáticos e incompetência dos professores); outros 9% e 11% são de ordem política (falta de interesse e de investimento por parte dos políticos); 15% e 12% apontaram outros fatores (violência, drogas, irresponsabilidade dos alunos) enquanto 12% e 20% não responderam ou não sabem.

Esses resultados ressaltam que ao contrário dos países desenvolvidos, onde a preocupação é de natureza pós-materialista (Inglehart, 1997), no Brasil a dimensão material é a mais preocupante. De acordo com Lagos (2001) a instabilidade democrática na América Latina é resultado das questões materiais não resolvidas pelas instituições políticas. Nesse sentido, os fatores de ordem econômica, apontados pelos jovens além de gerar atitudes de desconfiança e insatisfação com os serviços prestados pelas instituições de ensino, podem gerar a instabilidade no regime democrático.

No entanto, torna-se relevante enfatizar, que embora o comportamento apresentado pelos jovens no contexto escolar indique uma cultura política de pouca participação, de pouco espaço para discussão e de um ambiente estruturalmente defasado em termos financeiros, a educação é considerada a melhor área para o governo gerar capital social (Higgins, 2004). Nesta direção, Valdivieso (2003) tem sugerido que por meio de uma *educação cidadã*, pode-se estimular o Capital Social. Segundo este autor, a “educação cidadã” é “una actividad educacional o de capacitación que tiene por finalidad fomentar el despliegue de ciudadanos con competencias para integrarse en sus comunidades y ordenes socio-económicos y participar activamente en el régimen político democrático” (Idem, p.22).

Por conseguinte, este tipo de educação traz uma série de propósitos como: estimular a capacidade de discernimento dos cidadãos nas esferas política, econômica e social; cultivar competências cognitivas, procedimentais e associativas nas pessoas, para que elas sejam protagonistas em suas relações sociais, com o Estado e o Mercado, o que indica para o fortalecimento do capital social. Em suma, a educação cidadã, aspira à participação política, à vida democrática e a autonomia dos indivíduos.

Para que se efetive este tipo de aprendizagem no contexto escolar, é necessária a presença de uma metodologia fundamentada no paradigma construtivista, pois, o conhecimento deve ser adquirido simultaneamente com a prática intelectual. Em outras palavras, busca-se a reflexão e a ação. Conseqüentemente, é uma didática que visa promover uma orientação política, que possa servir de apoio para o cidadão intervir e atuar na sociedade (Valdivieso, 2003). O autor sugere algumas maneiras de se promover esta didática, por exemplo:

(...) para entender bien las dimensiones centrales de un problema político (polity, policy y politics), consiste en preparar una demanda ciudadana, en relación con un tema importante para la comunidad local (municipio) y trabajar sobre la base de una planificación didáctica que incluya una fase de información en el grupo, otra en la misma municipalidad (en función del tema de interés), otra de análisis grupal, de elaboración de propuesta, consulta a expertos (representantes del Estado, de la empresa, de organizaciones de la sociedad civil, en fin, expertos en relación al tema de interés), votación, y finalmente presentación de la propuesta a las autoridades municipales (Idem, 2003,p. 23).

O objetivo com deste tipo de didática é compreender a complexidade dos problemas que ocorrem no cotidiano dos indivíduos como forma de motivá-los a superar as dificuldades locais.

Ao tratar da superação dos problemas sociais, as dinâmicas abordadas nesta discussão têm como foco a realização de atividades educacionais voltadas para a cultura dos grupos, demandando num primeiro momento a relação teoria e prática e, num segundo momento, a

concepção de que o conhecimento não pode ser isolado dos interesses e normas dos valores locais. Isto, portanto, vai ao encontro da perspectiva de Paulo Freire (1997), em que defende uma postura crítica em relação à realidade ao propor que a educação representa tanto uma luta por significado quanto uma luta em torno das relações de poder.

A educação, para este autor, o poder e a política têm expressão fundamental no processo de alfabetização, pois é nela que ocorre a produção de significados, desejos, linguagens e valores. No entanto, ressalta a necessidade de um comprometimento *apaixonado* por parte dos educadores em tornar o político mais pedagógico, isto é, transformar a reflexão em ação crítica.

Cabe ressaltar que Gramsci, na primeira metade do século XX, já observava a necessidade de dotar a educação de um significado ideológico e politizador.³⁴ Segundo este autor, caberia aos “novos intelectuais” buscar a consciência política nas classes oprimidas, objetivando a luta coletiva, em que deveria ouvir o povo e sistematizar um conhecimento baseado na cultura e nas reivindicações da população. Portanto, este intelectual estaria engajado na transformação da sociedade, tendo como pano de fundo a alfabetização.

Nesta mesma linha de argumentação, Paulo Freire vincula-se a tradição de uma alfabetização crítica ao depositar na figura do professor o possível questionador das estruturas e do status quo. No entanto, adverte que: “Não dá para dizer que a educação crie cidadania de quem quer que seja. Mas sem a educação é difícil construir a cidadania. A cidadania se cria com uma presença ativa, crítica, decidida, de todos nós com relação à coisa pública” (1995,p.74). Dentro desta perspectiva, a alfabetização não é tratada apenas como uma habilidade técnica que promove a liberdade no plano individual ao adquirir conhecimentos e direitos, mas como um projeto social que vise intensificar a possibilidade humana por meio de lutas coletivas.

Nesta direção, reverter atitudes e comportamentos da juventude como individualidade,

34 Cf. Giroux (1990).

desconfiança, descrença e apatia, não é tarefa fácil. Em primeiro lugar, porque construir cidadania não implica exclusivamente transmitir conhecimentos e; segundo, porque a matriz cultural de um povo leva tempo para ser transformada (Espinoza, 2002).

Como observam alguns autores sobre a crise da democracia da América Latina O'Donnell (1994) e Sanchez-Parga, (2004), destacam que é necessário reconhecer um novo papel para os processos de participação política entre os cidadãos. Ressaltam, também, a importância de incorporar alguns fatores subjetivos nas análises do comportamento político do cidadão, tais como a confiança, a ética e a solidariedade.

Tendo como referência esta discussão, a próxima seção busca compreender como a participação política tem se configurado atualmente entre os jovens.

3.3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E JUVENTUDE

Aos olhos dos jovens, a política e as instituições perdem cada vez mais a credibilidade. Os argumentos que eles utilizam para explicar esta realidade trazem à tona o tipo de ação dos próprios políticos, as promessas de campanha não cumpridas, a imunidade e a corrupção financeira. Um dos jovens diz: político rouba, rouba e não acontece nada; se um faminto rouba vai preso. O mundo político é sujo entrar nele é só para se sujar. A política junto com os políticos serve para manipular o povo, afirma uma jovem. A perda da credibilidade tanto política quanto institucional produz a ruptura dos laços que unem os jovens ao fazer político, isto é, aos referenciais que podem influenciar a produção de uma subjetividade política crítica capaz de lutar pela emancipação e pela democracia. Ivete Manetzeder Keil, 2004, p. 31.

As discussões acerca da participação política têm estado cada vez mais presentes entre os estudiosos que problematizam a importância do cidadão na construção da democracia (Martins, 1994). No curso desta discussão, se encontram os teóricos que defendem uma menor incidência do cidadão nas esferas de participação e os que acreditam na necessidade de um maior envolvimento da população na vida política.

Entre os que defendem uma menor incidência do cidadão na esfera pública estão os teóricos da democracia *representativa* (Lamounier, 1991; Bobbio, 2000). De acordo com esta perspectiva o processo eleitoral é o canal máximo de participação. Neste sentido, os cidadãos são relegados a um papel secundário em relação ao processo de participação política. Já os teóricos que defendem uma maior incidência dos cidadãos nos processos de participação política com as noções de democracia *participativa* (Pateman, 1992); *deliberativa* (Habermas, 1987); *radical*, (Mouffe, 1999); e *reflexiva* (Gidens, 1997), acreditam num sistema democrático em que os cidadãos possam atuar fiscalizando e deliberando por meio de uma maior ação do indivíduo junto ao Estado.

A participação política pode variar de acordo com o contexto e a conjuntura pelo qual um sistema político encontra-se. Cada sociedade teve ou tem um método de promover, instigar e favorecer a participação dos cidadãos. Os canais pelos quais as pessoas participam podem variar de uma sociedade para outra, o que demonstra não existir uma definição universal de participação política.

Em seu artigo sobre a participação política na América Latina, Baquero (1981), afirma a necessidade e a importância de se reconceituar participação política de acordo com os parâmetros e características dos processos políticos de cada país. Além do mais, neste artigo, o autor chama atenção para o fato de que o conceito de participação política pode ter vários significados e interpretações e apresenta um quadro de indicadores que contempla desde ações restritas até ações mais abrangentes de participação.

Estes atos dos cidadãos, segundo o autor, se concretizam em dois estilos de participação. O primeiro, denominando estilo convencional, que inclui atividades políticas universalmente aceitas, tais como votar em eleições ou pertencer a partidos políticos; por conseguinte, atividades diretamente relacionadas ao comportamento eleitoral. O segundo estilo, denominado não-convencional, inclui atividades não aprovadas pelo regime então vigente no poder, por serem consideradas além das normas estabelecidas e aceitáveis de uma sociedade, por exemplo, protestos, passeatas, invasões de prédios públicos e uso de violência.

O autor ressalta, ainda, a importância de ampliar o conceito de participação política, incorporando modos de atuar que eram tradicionalmente reconhecidos como não convencionais, isto significa incorporar aquelas ações tidas como não aceitas pelo regime vigente no poder. Portanto, converge para a idéia de que é necessário ampliar a participação política, como destaca que é fundamental encontrar “caminhos mais efetivos para que as demandas das massas sejam atendidas, porque, ao que parece, os governos nestes países têm, quase sempre, independente de

ideologia ou tipo de regime, reprimindo, controlado ou limitado a participação política efetiva” (Baquero, 1981,p.34).

Esse argumento é reforçado por Janice Tirelli de Ponte de Souza (2002) que aborda os conceitos de participação política institucional e não-institucional, distinguindo, em seus estudos, os jovens contestadores institucionalizados e contestadores independentes. Os jovens contestadores institucionalizados são aqueles filiados aos partidos políticos, articulados por uma estrutura decisória e vertical. Já os jovens contestadores independentes são aqueles que não estão vinculados a siglas partidárias e se apresentam como grupos de *ação direta*, tendo como princípio a diversidade, a descentralização com base em uma conexão de vários pontos entre si e a interdependência.

No desenvolvimento de seus estudos, a autora focaliza alguns movimentos culturais e artísticos³⁵ realizados entre os jovens como reivindicatórios, coletivos e apresentam demandas sociopolíticas. Deveriam, portanto, serem considerados e reconhecidos como um ato de participação política; entretanto, a Ciência Política Tradicional não os reconhece como tal, pois leva em consideração apenas o aspecto formal e institucional como, por exemplo, a participação em partidos políticos e o voto, que ainda permanecem como os principais mecanismos de participação política, se não os únicos (Idem, 2002).

Neste sentido, as ações desenvolvidas por alguns jovens presentes nestes movimentos, evidenciam que, não são restritas ao espaço do institucional, do parlamentar ou dos aparelhos políticos. Elas podem ocorrer no mundo cotidiano do trabalho e do lazer. Conforme a autora, são ações guiadas por valores éticos que colocam em questão a legitimidade dos sistemas governamentais da sociedade e do próprio papel da política. A respeito disso afirma que:

35 Em seu estudo a autora cita como um movimento cultural e político na área da música, o Movimento Hip-Hop.

(...) há uma insurgência juvenil contra o instituído, questionador do valor da política moderna (...). Há uma tendência crescente ao descrédito institucional e na incapacidade da democracia representativa no interior das instituições que só afirmam sua incapacidade de convencimento (Souza, 2002, p.32).

Com base nessas reflexões, é pertinente localizar nesta discussão a importância do caráter participativo dos mais variados fenômenos, bem como, incluir as novas ações da juventude que contestam tanto as instituições como as antigas práticas do sistema político. Para Pippa Norris (2003) a desilusão com as instituições políticas da democracia representativa tem levado os jovens a se envolverem em novos movimentos, que se apresentam como uma alternativa informal de mobilização política. A autora cita como exemplo as atividades voluntárias, Ong's, cooperativas, e as ações diretas, como boicotes, redes na internet, passeatas e protestos. Dessa forma, frente às novas ações que tem se configurado, evidencia-se a necessidade de ampliar o conceito de participação política, objetivando trazer a juventude para o centro do debate.

Nesta direção, Keil (2004) argumenta que o comportamento do jovem está relacionado ao contexto em que se encontra. Também, argumenta que o jovem dos anos 60 e 70, por viver em um contexto marcado por fortes sentimentos libertários e desenvolvimentistas, apresentava um comportamento reformador e via na participação uma proposta de mudança estrutural do sistema. O jovem dos anos 90, inserido num contexto onde o capitalismo avançou em todas as esferas, inclusive a social, apresenta um comportamento consumista e sem grandes ideologias e percebe a participação política de forma desinteressada, manifestando-se propenso a realizar atividades voluntárias e desvinculadas de partidos políticos.

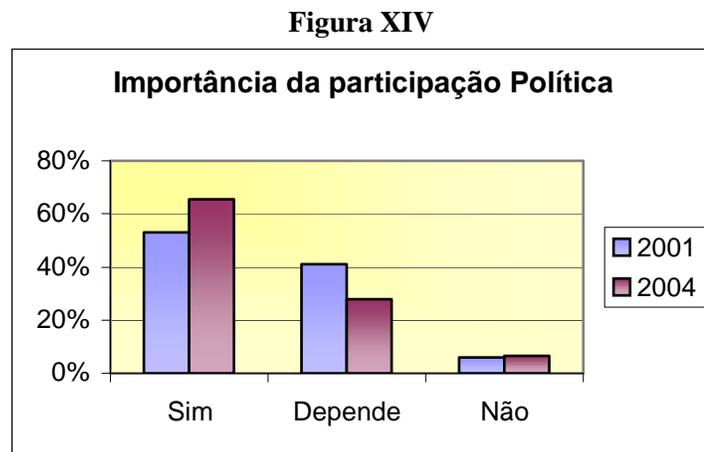
Em relação a isto, Souza (2003, p. 3) afirma que "os jovens estão gestando novos modos de organização da vida cotidiana de negação institucional e novas formas sociais contra-institucionais de enfrentamento contra a ordem". De acordo com esta autora, novos contextos têm

sugerido ações entre a juventude que conduzem a novas formas e espaços de participação. Além do mais, argumenta que este novo cenário pode promover a renovação da sociedade e a inclusão de novos sujeitos na esfera pública.

Estudos sobre Capital Social na área da Ciência Política defendem o argumento de que as sociedades apresentam melhor funcionamento e rendimento quando os cidadãos confiam uns nos outros e trabalham cooperativamente em prol do bem comum. Esses estudos destacam que indicadores de opinião pública como participação, envolvimento das pessoas nas organizações sociais e a confiança entre os membros de uma comunidade, demonstram o potencial e a capacidade de atuação dos cidadãos na esfera pública (Putnam, 1996). Portanto, o próximo tópico busca examinar as atitudes e comportamentos da juventude em relação à participação política.

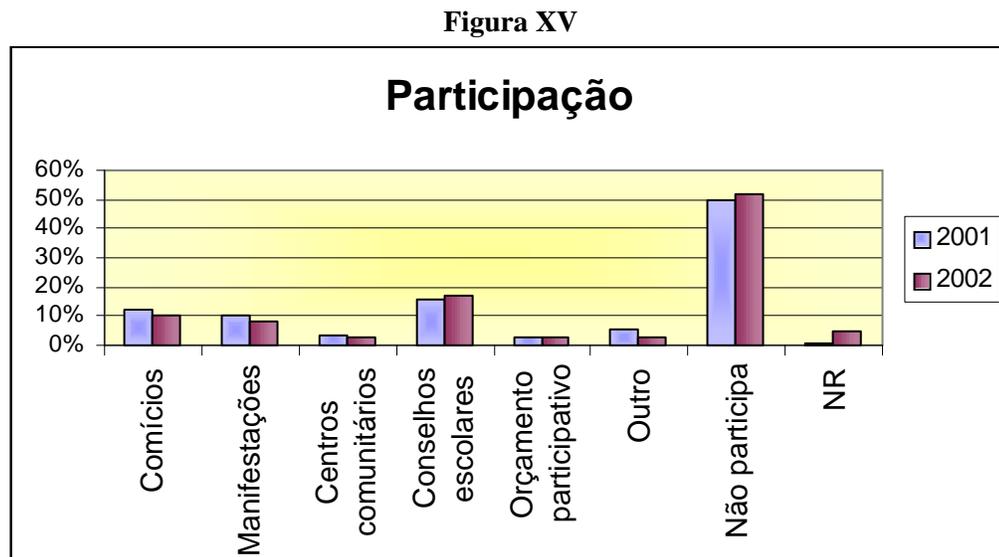
3.3.1 Percepção dos jovens sobre a participação

Num primeiro momento foi questionado aos jovens se eles acreditam que é importante a sua participação na política. De acordo com os dados da Figura XIV, 53% em de 2001 e 65% em 2004 consideram ser importante, 41% e 28% depende e 6% e 7% não acham importante a participação dos jovens na política.



Fonte: Pesquisa Capital Social e Juventude. NUPESAL e NIEM, 2001 (N=500) e 2004 (N=446).

Cabe destacar que, quando somadas as categorias “sim” e “depende”, atinge-se uma predisposição significativamente positiva em relação à participação, mantendo, praticamente, o mesmo índice nos anos de 2001 e 2004, ou seja, 94% e 93% respectivamente. Com base na predisposição positiva conferida, tornou pertinente investigar entre os jovens quais atividades políticas eles costumam participar.



Fonte: Pesquisa Capital Social e Juventude. NUPESAL e NIEM, 2001 (N=500) e 2004 (N=446).

Os dados mostram que mais da metade dos jovens não participam de nenhuma atividade. Mesmo que encontremos alguma expressão voltada para o contexto mais próximo de suas realidades, como é o caso dos conselhos escolares, o índice ainda assim apresenta-se muito baixo (16% em 2001 e 17% em 2004). Outro aspecto a ser considerado é o baixo percentual de participação em comícios (12% e 10%), indicando pouco envolvimento dos jovens com a política. O mesmo apontamento serve para as manifestações (10% e 8%), considerada como uma forma alternativa de participação. O que explica este comportamento do jovem?

A participação dos jovens tem relação direta com a confiança depositada nas instituições políticas. O jovem quando não se sente representado e não têm suas expectativas

atendidas, passa a decodificar a participação política como algo negativo (Sandoval, 2000). O fato das instituições não reconhecerem as necessidades e demandas dos jovens, promove uma cultura de desinstitucionalização do Estado e gera sentimentos de desconfiança e descrédito da juventude em relação aos seus representantes e mecanismos de participação. Os jovens, neste caso, ao não conceberem as instituições como um canal mediador de suas reivindicações, não vêm sentido em participar da vida política e apresentam um comportamento de ceticismo e indiferença.

Portanto, o próximo passo é verificar os níveis de confiança que os jovens têm depositado nas instituições.

3.3.2 Confiança dos jovens nos políticos e nas instituições

Os níveis de confiança interpessoal e institucional de uma população constituem um elemento relevante na detecção dos índices de capital social de uma sociedade (Putnam, 1996). Entende-se por confiança interpessoal a confiança depositada nas pessoas que fazem parte do seu cotidiano (relações entre familiares, amigos, vizinhos e professores). Este tipo de confiança está relacionado a normas e valores que predisõem os indivíduos à cooperação. A confiança institucional, refere-se a credibilidade que os cidadãos depositam nas instituições políticas, econômicas e sociais. Este tipo de confiança prevê a constituição de regras e procedimentos que possam facilitar a constituição de organizações que conduzam à ação coletiva (Krishna, 2002).

No seu estudo sobre as regiões italianas, Putnam, 1996, verificou que nas regiões onde as pessoas apresentam um maior grau de confiança interpessoal e institucional tem-se maiores estoques de Capital Social. Da mesma forma, esta dissertação procurou examinar o grau de confiança que os jovens depositam nas instituições.

Tabela I
Grau de confiança (%)

| | | Confio sempre | | Às vezes | | Não Confio | |
|----------------|--------------------|----------------------|----|-----------------|----|-------------------|----|
| | | 2001 – 2004 | | 2001 - 2004 | | 2001 - 2004 | |
| Esfera Pública | Senadores | 1 | 2 | 42 | 45 | 57 | 53 |
| | Dep. Federais | 1 | 3 | 43 | 44 | 56 | 53 |
| | Gov. Federal | 5 | 16 | 31 | 40 | 64 | 44 |
| | Gov. Est. | 11 | 12 | 39 | 37 | 50 | 51 |
| | Gov. Munic | 23 | 10 | 37 | 37 | 40 | 53 |
| | Dep. Estaduais | 5 | 5 | 48 | 44 | 44 | 51 |
| Esfera Privada | Vereadores | 4 | 6 | 48 | 40 | 48 | 54 |
| | Partidos políticos | 4 | 7 | 49 | 43 | 47 | 50 |
| | Padres-irmãos | 35 | 20 | 40 | 44 | 25 | 36 |
| | Direção Escola | 27 | 27 | 52 | 47 | 20 | 27 |
| | Professores | 40 | 34 | 51 | 50 | 9 | 16 |
| | Colegas | 28 | 23 | 60 | 61 | 12 | 16 |
| | Pessoas | 8 | 10 | 72 | 64 | 20 | 26 |

Fonte: Pesquisa Capital Social e Juventude. NUPESAL e NIEM, 2001 (N=500) e 2004 (N=446).

Os dados da tabela I mostram que os jovens na sua grande maioria não confiam nos políticos. Em quase todos os níveis do poder público (senadores, deputados federais, governo federal e estadual), os índices chegam, ou ultrapassam 50% de desconfiança. Contudo, em 2004 nota-se uma melhora em termos de confiança em relação ao atual presidente da república quando comparado ao anterior. É interessante observar que em relação à administração municipal, deputados estaduais, vereadores e partidos políticos, os índices de desconfiança de 2004 em relação a 2001 aumentaram.

A incapacidade dos políticos e dos partidos de não desencadearem entre os jovens sentimentos de confiança pode ser conseqüência de um Estado que tem uma estrutura linear, hierárquica e vertical que despreza a sociedade civil ao pervertendo a idéia essencial da democracia de identificação com seus eleitores. Conforme a avaliação de Hentschel (2002, p.45): “Partidos políticos que no lo toman en cuenta y no asumen responsabilidad frente a los jóvenes, no son sólo inútiles sino gravemente dañinos para la democracia. Si se rompe esta cadena de generaciones la democracia envejece y muere”.

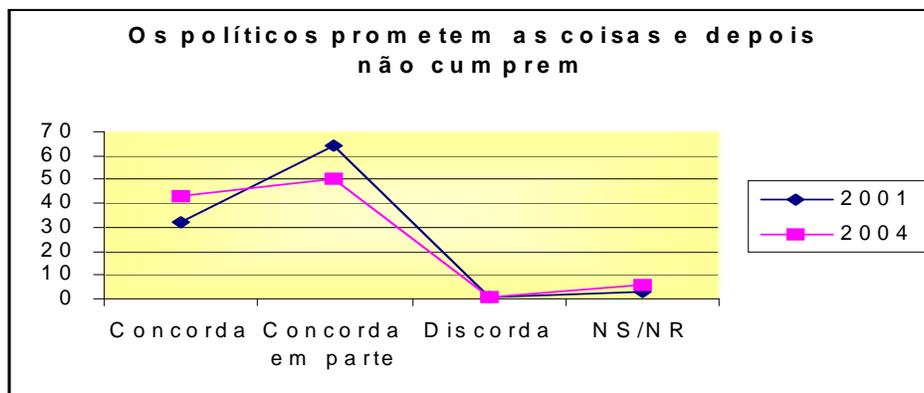
Retomando a questão da confiança, em relação à esfera privada (padres, professores,

colegas e pessoas) os dados mostram que os jovens de certa forma estão mais propensos a confiarem, ou seja, mais da metade responderam confiar “às vezes”. No entanto, há que se considerar que os índices em relação a esta categoria podem indicar uma cultura de pouca cooperação e de valores individualistas, pois nem sempre as pessoas confiam umas nas outras, e assim, não apresentam valores que caracterizam um comportamento de participar e se envolver em atividades coletivas.

Conseqüentemente, com base nos índices da confiança depositada por parte dos jovens, na esfera pública e privada, os dados permitem sugerir que atualmente tem-se presenciando uma ruptura do contrato social, bem como a desinstitucionalização do Estado (O’Donnell, 1994).³⁶ A convivência com a perda dos direitos mínimos humanos (qualidade de vida, bem estar e segurança), a indiferença dos governantes e a diminuição dos valores éticos e morais da política tem impactado negativamente o comportamento dos jovens, criando uma situação de descrença com o mundo da política e a configuração de valores mínimos de cidadania.

A situação de descrença foi verificada quando se solicitou a opinião dos jovens em relação à afirmação: “Os políticos prometem as coisas e depois não cumprem”.

Figura XVI



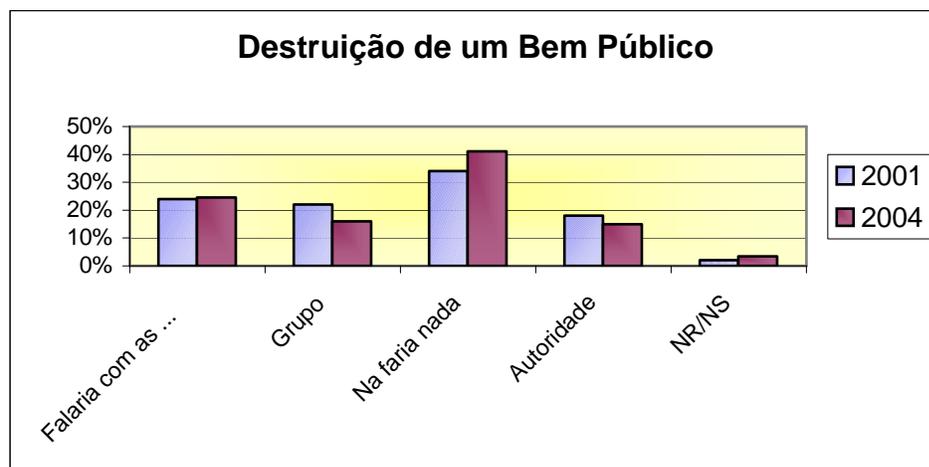
Fonte: Pesquisa Capital Social e Juventude. NUPESAL e NIEM, 2001 (N=500) e 2004 (N=446).

³⁶ Para este autor, atualmente, vem se instaurando na América latina uma Democracia Delegativa, onde os eleitos fazem prevalecer a sua vontade particular em detrimento da comunidade que o elegeu.

De acordo com os dados da Figura XVI, 32% em 2001 e 43% em 2004 dos jovens, concordam com esta afirmação, 65% e 50% concordam em parte, 0,5% e 1% discordam e 3% e 6%, não responderam ou não sabem. Levando-se em conta o baixo índice dos que discordam desta afirmação, constata-se, de forma evidente, a descrença que a juventude apresenta em relação aos políticos.

Outro aspecto a ser dimensionado neste contexto de desinstitucionalização do Estado é a questão dos valores cívicos e as atitudes de cidadania entre os jovens. Para Putnam (1996, p. 101): Numa comunidade cívica, a cidadania se caracteriza primeiramente pela participação nos negócios públicos.³⁷ Neste sentido, afirma que a cidadania implica direitos e deveres iguais para todos os indivíduos, o que requer ao mesmo tempo inclusão social e engajamento por parte dos indivíduos nas questões públicas. Com base nesta reflexão, buscou-se examinar que tipos de comportamento os jovens apresentam frente a uma situação de destruição de um bem público

Figura XVII



Fonte: Pesquisa Capital Social e Juventude. NUPESAL e NIEM, 2001 (N=500) e 2004 (N=446).

De acordo com os dados da Figura XVII, constata-se que, 34% em 2001 e 41% em

³⁷ O autor se refere ao conceito de Michael Walzer, onde dentre os principais sinais de virtude cívica está o interesse do cidadão pelas questões públicas.

2004, diante da destruição de um bem público os jovens não fariam nada, enquanto que, 22% e 16% responderam que formariam grupos como tentativa de reverter esta situação, agindo num plano mais conscientizador. O restante, 24% e 25% tentariam falar com as pessoas que estão fazendo isso, 18% e 15%, chamariam a polícia ou alguma autoridade e 2% e 3% não responderam ou não sabem.

Tem-se, pois, uma situação em que mais de um 1/3 da população jovem não se envolveria na defesa de um bem público, o que pode comprometer o processo de construção e exercício da cidadania. O descaso para com o bem público, desta maneira, pode ser interpretado como um sintoma de desinteresse e insatisfação por parte dos jovens em vista do nível de qualidade de vida que a sociedade atualmente tem lhe oferecido.

Os valores de cidadania e civismo perpassam pelas oportunidades de inclusão que a sociedade oferece aos indivíduos. Alguns autores (Baquero, 2004; Prá, 2001) têm defendido a idéia de que é necessário promover uma maior inclusão das populações que estão à margem dos processos de tomada decisão e participação. No entanto, os estudiosos que defendem a importância de uma maior participação dos jovens na política, deparam-se com a seguinte problemática: como desencadear entre os jovens um maior interesse e envolvimento com a política?

Neste sentido, um conceito, que atualmente tem surgido como proposta de reversão deste contexto de exclusão social e de pouco engajamento com a vida pública é o conceito de empoderamento. Na próxima seção buscar-se-á discutir este conceito.

3.4 CAPITAL SOCIAL E EMPODERAMENTO

O que temos de fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação.

Paulo Freire, 1970, p.101.

O termo empoderamento refere-se a um processo que visa fortalecer a autoconfiança de grupos populacionais desfavorecidos, com o propósito de capacitar indivíduos para a articulação de interesses individuais e comunitários na busca do bem comum. Assim, busca dotar os indivíduos de autonomia e de capacidade de intervenção na realidade de modo a lhes permitir uma vida autodeterminada e auto-responsável nos processos de participação, discussão e decisão. O surgimento deste conceito coincide com a eclosão dos movimentos sociais (estudantis, de negros, das mulheres etc.) do final da década de 1960 e, principalmente, na década de 1970 (Friedmann,1992).

Relacionar a noção de empoderamento à proposta de construção de capital social na juventude, sugere a necessidade de realizar práticas de intervenção na realidade como forma de reverter o sentimento de apatia e o comportamento de repúdio em relação à vida política. Portanto, requer a promoção de processos de socialização política, objetivando possibilitar aos jovens noções sobre direitos, cidadania e engajamento cívico em atividades coletivas e solidárias. A respeito disso, Putnam (1996) afirma que a participação das pessoas em atividades associativas tem peso significativo no desenvolvimento de normas de reciprocidade e, da confiança interpessoal e institucional. Conseqüentemente, empoderar os jovens não significa apenas trazê-los para a esfera da participação ou possibilitar o seu acesso a discussões, mas questionar como as estruturas de poder se configuram no seu cotidiano.

A idéia de empoderar ganha destaque nesta dissertação mediante o interesse de proporcionar às pessoas a reflexão e ação de suas práticas cotidianas como proposta de intervenção na realidade, por meio de um processo intencional e conscientizador no âmbito educacional. Na proposta de Paulo Freire (1970) os processos de ensino e aprendizagem são o espaço desencadeador de estratégias de empoderamento dos indivíduos. Um dos recursos utilizados por Freire na educação para desencadear esses processos é a formação de temas geradores.³⁸ Recurso que se apóia em metodologias participativas que compreendem o debate e o diálogo.

O diálogo é para o autor o encontro dos *homens mediatizados pelo mundo*, pois é na práxis da ação e da reflexão do cotidiano que se desvela o poder. Neste sentido, a dialogicidade é o “encontro dos homens para a pronúncia do mundo, é uma condição para a sua real humanização” (Idem, 1970, p. 160). No entanto, Freire adverte que isto só pode ser concretizado se houver um conhecimento construído e discutido localmente entre os envolvidos. Sob este ponto de vista, o empoderamento visa transformar os atores sociais excluídos em sujeitos ativos.

A concretização do processo de empoderamento na visão de Prá (2001), pode dar-se mediante a reflexão de situações cotidianas, por meio de experiências pessoais, pela reconstrução de histórias de vida, e pela adoção de técnicas interativas e cooperativas. Para Sem (Apud Iorio, 2002), o empoderamento pode ser promovido por ONG's, movimentos sociais, governos e por agências multilaterais, ressaltando, porém, que para algumas agências multilaterais, como por exemplo, o Banco Mundial, a noção de empoderamento fica restrita apenas ao aspecto instrumental, ou seja, não propõe mudanças estruturais nas relações de poder, pois, não questiona a forma como o poder é distribuído na sociedade.

³⁸ Processo pelo qual o professor cria condições para promover o processo de conhecimento a partir de uma relação entre sujeitos (cultura, cotidiano e os condicionamentos macrossociais) e a educação. Cf. Paludo (2001)

Com base nestas reflexões, o ato de empoderar pode ser visto como fator determinante no desenvolvimento de Capital Social, no que se refere à constituição de projetos coletivos no conjunto de uma comunidade ou instituição e no despertar do senso de responsabilidade, de solidariedade e de cooperação. Pinto (2003, p.247) advoga a respeito que o empoderamento é

(...) um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder - psicológico, sócio-cultural, político e econômico - que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania.

Este conceito, atualmente, tem sido reconhecido tanto pela sua capacidade de promover valores cooperativos e cidadãos engajados, como, na sua atuação na constituição de organizações da sociedade civil (Valdivieso, 2003) e mecanismos de auto-afirmação das populações socialmente excluídas (Krauskopf, 2000). Em vista disso, torna-se relevante compreender como este conceito vem ganhando destaque na promoção de atividades associativas e de valores cooperativos entre os indivíduos. Na próxima seção examina-se o papel que as associações e a cooperação desempenham na promoção do empoderamento.

3.4.1 Associações e cooperação

As associações são vistas como elemento de construção cívica, como fator de ampliação dos valores democráticos e como componente básico na geração de Capital Social e na constituição de normas e valores de natureza cooperativa (Putnam, 1996, Valdivieso, 2003). Um contexto que apresenta valores de cooperação e coletividade, indica a presença de um terreno fértil para o empoderamento.

Valdivieso (2003) ressalta que as associações e organizações da sociedade têm se sobressaído positivamente nos processos de desenvolvimento, em relação ao Estado, às instituições e ao mercado.³⁹ Algumas destas associações, segundo o autor, têm sido utilizadas no combate à pobreza nos países da América Latina.

Nesta direção, Kingsley, Mcneely e Gibson (1997) têm proposto o uso do Capital Social no combate à pobreza e a exclusão social nas comunidades diferentemente das abordagens assistencialistas. Para estes autores, a concepção de “construção comunitária”, a qual apresenta-se como um enfoque alternativo de superação da pobreza, dos sentimentos de dependência, de baixas perspectivas e de desmotivação, teria uma abordagem centrada na perspectiva de emancipação da comunidade e não na idéia de dependência da população em projetos de cunho assistencial. Assim, esta proposta tem por objetivo desenvolver a confiança entre os indivíduos afim de que desenhem e executem projetos em seus próprios bairros. A estratégia apontada por estes autores é criar um sentido de comunidade entre os vizinhos, por meio de atividades e projetos que os envolvam cotidianamente, tanto em ações individuais, como coletivas, desenvolvendo sentimentos e laços de confiança.

O que diferencia esta abordagem dos demais trabalhos tradicionais e assistencialistas, é o fato de que a participação comunitária é fator fundamental na constituição das associações. Neste sentido, estes autores estão referindo-se ao papel de facilitador que os agentes externos (Ong's, parcerias, iniciativas privadas) desempenham, passando para a comunidade a responsabilidade do funcionamento e coordenação das atividades. Estes autores ressaltam, também, uma série de princípios que devem ser trilhados durante a realização destas atividades, tais como: focalizar iniciativas no âmbito local; apoiar-se em habilidades e conhecimentos dos indivíduos mais próximos; abordar temáticas que envolvam o cotidiano e conectá-los com a

39 O autor refere-se à perspectiva sinérgica de capital social.

dimensão macro; adaptar os projetos a um número de pessoas para possibilitar a confiança interpessoal; estabelecer vínculos de colaboração com a sociedade e; vencer as barreiras institucionais e burocráticas.

Das colocações feitas até aqui cabe ressaltar que, este tipo de abordagem entre as comunidades de propor formas alternativas de reverter situações negativas, tanto no âmbito econômico, como no social, acaba despertando nas pessoas capacidades associativa e cooperativa. Por conseguinte, resgata a proposta trazida pelos conceitos de empoderamento e Capital Social.

Uma outra abordagem que resgata as propostas da discussão sobre empoderamento e Capital Social, é o conceito de *resiliencia*. Para alguns autores (Melillo, Estamatti e Cuestas, 2001) este conceito significa "la capacidad del ser humano para hacer frente a las adversidades de la vida, superarlas y ser transformado positivamente por ellas" (Idem, p.84).

A sua aplicabilidade no contexto latino-americano tem direcionado seus estudos para as populações comunitárias. Conseqüentemente, seu foco passa a ser o das ações coletivas e não das individuais. Para Ojeda (2001), *resiliencia comunitária* é a capacidade que uma população de uma determinada localidade tem de mobilizar positivamente suas capacidades solidárias frente ao limites e situações adversas na sociedade.

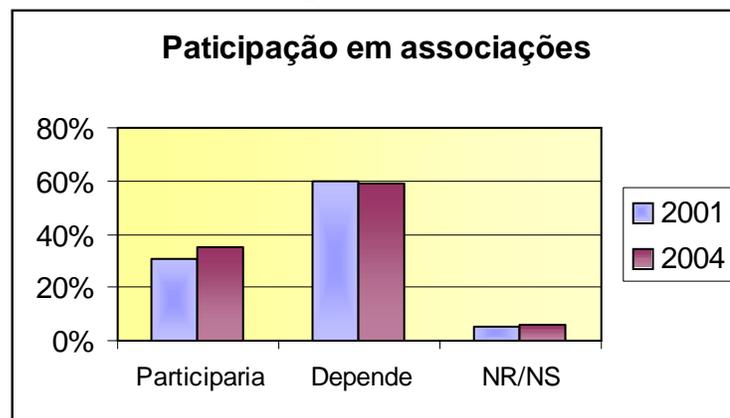
Para este autor, as populações que conseguem responder positivamente a situações adversas, apresentam uma série de características como: Auto-estima local (orgulho da localidade em que vivem); Identidade cultural; Humor social (ajuda a enfrentar os problemas com criatividade) e; Honestidade Estatal (consciência coletiva que condena a corrupção). Em contrapartida, as populações que tem dificuldades de reverter situações adversas, apresentam características como: Malinchismo (admiração a tudo que se refere ao que é de fora da região ou do país); fatalismo (atitudes passivas); autoritarismo e corrupção.(Idem, 2001).

Enfim, cabe ressaltar que a proposta de *resiliência comunitária* ou coletiva é uma ferramenta que pode auxiliar tanto no entendimento das atitudes dos indivíduos, como na elaboração de desenhos de intervenção na realidade. Este conceito, ao canalizar no comportamento das pessoas possibilidades de transformação da realidade, remete à proposta inicial de Capital Social e empoderamento que é de promover, por meio de valores cívicos, a construção de uma sociedade participante e ativa nos processos decisórios.

3.4.2 Predisposição dos jovens ao associativismo e a cooperação

Dado o exposto e tendo em vista o propósito desta dissertação, mostra-se oportuno enfocar o envolvimento da juventude em atividades associativas e a cooperativas. Para tal fim, procurou-se buscar elementos para examinar o empoderamento entre os jovens, ou seja, se o seu comportamento demonstra articulação para o bem comum. Deste modo procurou-se aferir entre os jovens o que fariam caso fossem convidados a participar de alguma atividade associativa.

Figura XVIII



Fonte: Pesquisa Capital Social e Juventude. NUPESAL e NIEM, 2001 (N=500) e 2004 (N=446).

De acordo com os dados apresentados na Figura XVIII, 31% em 2001 e 35% em 2004 afirmaram que participariam; 65% e 59% participariam dependendo do tipo de atividade proposta, 4% e 6% não responderam ou não sabem.

Num primeiro momento, os dados sugerem uma predisposição positiva para as atividades associativas, contudo, mais da metade dos entrevistados responderam que apenas participariam dependendo do tipo de atividade que fosse realizada. Neste sentido, eles ressaltaram que só se engajariam em atividades que lhes trouxessem algum retorno pessoal ou implicações positivas diretas em suas vidas. Isto evidencia a presença de uma cultura política que enfatiza um modelo de desenvolvimento econômico direcionado para a acumulação (tecnocrata, neoliberal, individualista e meritocrática) e não para uma cultura que acredita na transformação e na participação coletiva (Brunner, 1987).

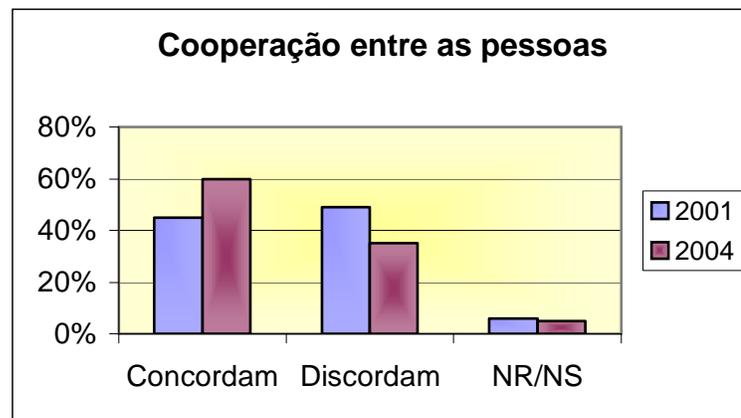
Disso se pode inferir que comportamentos dessa natureza comprometem o processo de construção de Capital Social entre os indivíduos, denotando a presença de uma "cultura de desmobilização e do disciplinamento das massas; das táticas adaptativas e das estratégias de mobilidade individual; do temor ou do mero conformismo; do distanciamento a respeito da política e o esfriamento das ideologias" (Idem, p. 11). Logo, de uma cultura política desmobilizada, caracterizada pelo individualismo e pelo imobilismo, o que compromete a noção de cooperação entre os indivíduos. Nazzari (2003), esclarece esse ponto referindo-se à cooperação como um componente básico para a constituição de reciprocidade e o engajamento em associações.

Note-se que o conceito de *co-operação* é originário da teoria de Piaget, servindo para representar as trocas sociais entre indivíduos, cujo objetivo é compartilhar de comum acordo para alcançar uma meta (Laborde, 1996). As interações presentes no cotidiano das pessoas podem gerar sentimentos de coletividade e de reciprocidade. Putnam (1996) assinala esse aspecto ao

analisar o comportamento cívico em comunidades no Norte da Itália, explicitando que estas, em função do desenvolvimento de atividades cooperativas e associativas, apresentam maiores níveis de Capital Social. Isso equivale dizer que quanto maiores os índices de cooperação entre os indivíduos, maiores serão as chances de se ter uma sociedade com altos índices de Capital Social.

Em vista disso, interessou perguntar aos jovens a sua opinião sobre a seguinte sentença: “Algumas pessoas afirmam que atualmente não há motivação para os jovens participarem de atividades com outras pessoas”.

Figura XIX



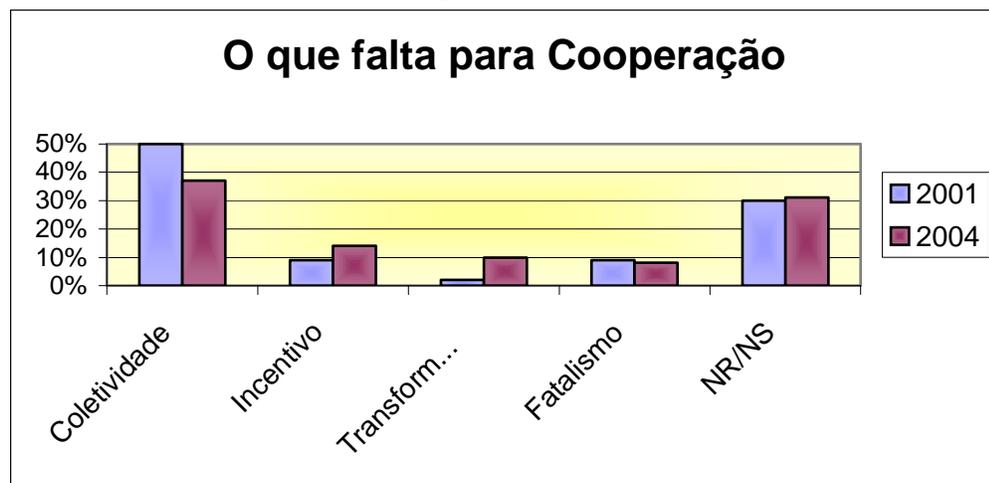
Fonte: Pesquisa Capital Social e Juventude. NUPESAL e NIEM, 2001 (N=500) e 2004 (N=446).

De acordo com os dados da Figura XIX, 45% em 2001 e 60% em 2004 concordam, 49% e 35% discordam e 6% e 5% não responderam ou não sabem. Os jovens de 2004 têm-se mostrado mais pessimistas que os jovens de 2001, pois houve um aumento de 15% para os que consideram que não há motivação para os jovens participarem de atividades com outras pessoas.

Isto pode ser reflexo da opinião pública negativa que tem sido criada em relação a populações juvenis. Em relação a isto, Miguel Abad (2002, p. 153), afirma que os meios de comunicação "menosprecian su valor presente em tanto jóvenes, donde muchas veces son percibidos más como um problema social vinculado a conductas de marginalidad cultural, apatía

política, consumo de drogas, vagancia y prosmicuidd sexual". Portanto, o autor, afirma que a transmissão de notícias e imagens negativas pode incidir na vida destes jovens quando eles passam a internalizar tais valores aceitando este cenário como algo normal e comum em suas vidas, o que significa assumirem que não apresentam atitudes de cooperação. Diante destas constatações, interessou perguntar aos jovens o que deveria ser feito para que eles cooperassem entre si.

Figura XX



Fonte: Pesquisa Capital Social e Juventude. NUPESAL e NIEM, 2001 (N=500) e 2004 (N=446).

De acordo com os dados da Figura XX, verifica-se que 50% em 2001 e 37% em 2004, indicam que deve ter mais sensibilização para estimular a cooperação entre eles (solidariedade) e; enquanto para 9% e 14% devem ser mais incentivadas ações dessa natureza (estruturas, mecanismos e locais de ações). O fato de mencionarem estes fatores como os principais responsáveis para resgatar ou criar um espírito de coletividade entre eles, sugere a necessidade de concretizar metodologias que capacitem e estimulem a construção de hábitos cooperativos e de atividades em grupos. Aliás, hábitos e atividades que podem ser alcançadas por meio de práticas

de empoderamento e pela construção de organizações e associações.⁴⁰ Portanto, estes dados podem sugerir que as instituições socializadoras estão falhando na construção de alternativas de aprendizagens cooperativas entre os jovens.

Ainda em relação aos dados da Figura XX, chama atenção o fato de que a orientação transformadora (conscientização e ideologia) foi um dos fatores menos citados pelos respondentes da pesquisa com 2% e 10% respectivamente. Tal fato pode significar que os jovens sentem falta de um sistema de idéias que oriente suas ações, ou seja, sentem a falta de uma ideologia que orientem as suas causas. Logo, se vê reforçada a idéia de que a juventude pode estar carecendo de um direcionamento em termos de significados e valores que incentive a sua participação em atividades cooperativas.

Interessante notar o índice elevado dos que "não responderam" ou "não souberam responder", 30% e 31% e as respostas de natureza pessimista e fatalista com 9% e 8%. Isto marca um processo de baixa expectativa e esperanças nas atividades que são fundadas na dimensão da cooperação, sugerindo a noção de que os jovens pouco refletem sobre este tipo de atividade.

Desse modo, os dados permitem afirmar que não há presença de uma cultura de empoderamento entre os jovens, pois, falta uma prática de cooperação e envolvimento em atividades associativas. Mesmo encontrando-se predisposições entre os jovens para se engajarem em atividades coletivas, verifica-se que faltam maneiras de se vislumbrar e realizar tais práticas. Portanto, estes dados confirmam a vigência de um padrão de cultura entre os jovens estudantes de Porto Alegre com baixos índices de participação na vida coletiva e de ações de natureza cooperativa diminuindo as possibilidades de armazenar capital social.

40 Atividades coletivas no ambiente escolar contribuem para a interação entre os alunos, conseqüentemente, para a cooperação, o respeito mútuo e a reciprocidade das trocas sociais e a livre expressão. Cf. Laborde (1996).

CONSIDERAÇÕES

Neste estudo analisou-se o conceito de Capital Social na área da Ciência Política tendo como foco o contexto da escola. O objetivo foi verificar o grau de influência das instituições de ensino médio e fundamental de Porto Alegre na promoção de Capital Social e empoderamento entre os jovens.

O conceito de Capital Social no campo da Ciência Política defende a premissa de que a confiança, a cooperação e a participação geram melhores resultados para a democracia. As práticas de relações cooperativas, redes sociais e algumas instituições socializadoras como a escola e a família, têm se constituído em algumas fontes de capital social. Cabe ressaltar que tais práticas são consideradas propostas alternativas frente aos atuais processos de exclusão socioeconômica e política que algumas populações têm sofrido em decorrência dos processos globalizantes da economia.

A perspectiva culturalista do Capital Social parte do pressuposto de que a participação em associações fortalece o espírito democrático, promovendo o crescimento da reciprocidade e da confiança entre os cidadãos. Desta forma, a busca de mecanismos que estimulem relações sociais de confiança e de solidariedade na constituição de normas e valores cooperativos vai ao encontro da necessidade de se promover uma maior cidadania entre as populações, especialmente as latino-americanas.

A configuração do sistema democrático na América Latina ocorreu de maneira contraditória, assegurando direitos e liberdades básicas e reproduzindo uma prática socialmente excludente. Do ponto de vista da cultura política, isto implica na constituição de atitudes e comportamentos de distanciamento dos cidadãos em relação à política e na reprodução de uma

cultura de descrença nas instituições e nos representantes políticos. Logo, os jovens gradativamente vêm desenvolvendo sentimentos de apatia em relação ao sistema democrático.

Conseqüentemente, a proposta de Capital Social visa construir cidadania entre os jovens para desencadear processos participativos em atividades cooperativas, voluntárias e coletivas. Tal proposta, via sinergia entre o Estado e os atores sociais, possibilita a efetivação de instrumentos de coordenação e atuação em programas e projetos sociais, assim como facilita o exercício da participação da juventude.

Desta forma, as instituições de ensino, enquanto agências socializadoras, são catalisadoras no processo de constituição de valores e atitudes que estimulem práticas no campo cognitivo do Capital Social. As propostas de engajamento cívico e de trabalhos voluntários acenam possibilidades de construção de Capital Social nos processos educativos, assim como, a idéia da educação cidadã contribui para a questão do empoderamento dos jovens.

Nesta direção, o educador Paulo Freire, por meio de sua metodologia de ensino, ao propor a tarefa de conduzir os processos de questionamento do poder, subsidiou a linha teórica do conceito de empoderamento nesta dissertação. A idéia de questionar o poder e não apenas a concepção de "dar poder" reflete a necessidade de rever os processos educacionais e, conseqüentemente, o papel das instituições de ensino na socialização dos jovens. Em vista disso, considerou-se relevante examinar como as instituições de ensino têm atuado enquanto agência socializadora na transmissão de atitudes e comportamentos que favoreçam o desenvolvimento de Capital Social e empoderamento.

Nesse sentido, realizou-se uma análise longitudinal a partir de pesquisas quantitativas entre os jovens estudantes das escolas públicas e privadas de Porto Alegre, com o objetivo de avaliar as expectativas dos jovens em relação ao futuro e as suas percepções em relação ao contexto em que estão inseridos. Os dados apontaram a presença de sentimentos de incerteza e

pessimismo no que se refere à questão econômica do país e às oportunidades de inserção e de inclusão social. Também, examinou-se o grau de interesse político e a adesão à democracia. Foi constatada, ainda, a existência de um interesse relativo aos assuntos políticos, mas no que se refere à adesão a democracia foi revelada uma atitude nada promissora, o que caracteriza um apoio difuso ao molde da democracia formal. Os jovens manifestam que as instituições não têm correspondido às suas expectativas, o que reforça um comportamento de ceticismo e de apatia. A desilusão dos jovens em relação às instituições políticas reflete o grau de participação destes jovens em relação à esfera política.

De acordo com os dados, constatou-se que os jovens porto-alegrenses apresentam altos índices de desconfiança em relação à quase todos os níveis do poder público, ao passo que na esfera privada, eles estão mais propensos a confiar. Isto evidencia a presença de uma sociedade onde prevalece um clima de descrédito em relação à vida política, assim como a presença de valores individualistas e de desinstitucionalização do Estado. Embora haja uma predisposição positiva para a participação, constatou-se um baixo grau de envolvimento destes jovens na esfera política e nas atividades associativas, cooperativas, voluntárias e grêmios estudantis.

O acompanhamento da política a uma certa distância e seu envolvimento esporádico em algumas atividades sugere a existência de uma juventude não necessariamente alienada, mas apática, típica de uma cultura política híbrida e dualista, em que se mesclam atitudes entre valores autoritários e princípios democráticos, entre o descompasso da consolidação democrática e a construção de uma base normativa de apoio à democracia.

Neste contexto, a cristalização de novos movimentos sociopolíticos tem desencadeado a necessidade de rever a noção de participação política. Recentes estudos apontam mudanças nas experiências do ativismo político, que têm incorporado novas formas de expressão política, mobilização e engajamento, tanto por meio de ações diretas (boicotes, redes na internet, passeatas

e protestos) como por meio de agências e organizações que viabilizam as expressões e demandas políticas deste segmento.

Conseqüentemente, a juventude apresenta um potencial, mas que necessita ser viabilizado por meio de práticas socializadoras que questione a realidade social, com a finalidade de promover atitudes e comportamentos direcionados para o bem comum e a cidadania, assim como, valores que resgatem preceitos da democracia, buscando reverter o quadro de desinstitucionalização do Estado atualmente presente do sistema democrático latino-americano.

Os dados relativos à predisposição de participação em atividades associativas e da capacidade de cooperação da juventude evidenciaram atitudes de natureza individualista, o que não permite o desenvolvimento de reciprocidades e mobilização. No entanto, estes jovens apontaram a necessidade de atividades que estimulem o senso de coletividade e a capacidade de cooperação entre eles. Portanto, o empoderamento pode acenar possibilidades para reverter este quadro ao apresentar-se como uma estratégia de promoção de Capital Social

No que se refere às Instituições de Ensino, os jovens apontaram a importância de participar nas decisões escolares, mas na prática não utilizam um dos principais mecanismos para interferir nesta realidade - o grêmio estudantil. Ao mesmo tempo, a escola, enquanto agência de socialização formal (conteúdos, engajamento cívico) e informal (relações no ambiente escolar), não tem desempenhado esta função. Isto foi constatado quando os jovens, na sua grande maioria, afirmaram que não têm o hábito de discutir sistematicamente os problemas relacionados ao contexto no qual estão inseridos. O mesmo comportamento é verificado em relação às atividades voluntárias, em que a juventude apresenta uma predisposição positiva para participar, mas que, segundo eles, não costuma realizar atividades desse caráter, por falta de oportunidades.

O contexto no qual os jovens estão inseridos permite compreender as crenças e valores que influenciam na realidade escolar. Dentre os principais problemas apontados pelos jovens em

relação à educação sobressaíram-se às questões de ordem econômica e administrativa, o que ressalta mais uma vez a dimensão materialista presente na juventude dos países em desenvolvimento.

O conjunto de dados examinados permitiu afirmar que é baixo o estoque de Capital Social existente entre os jovens porto-alegrenses, caracterizando uma cultura política de descontentamento com as instituições políticas e com seus representantes, o que é perigoso para a estabilidade democrática. Depreende-se também que os jovens apresentam um potencial a ser desenvolvido e instigado, o que implica a necessidade de desenvolver mecanismos de empoderamento político com vistas a gerar hábitos democráticos na sociedade.

Cabe ressaltar que o esforço empreendido aqui pode ser visto como uma tentativa de propor, por meio do empoderamento, uma alternativa para promover e desenvolver normas e valores de natureza cooperativa e solidária com o objetivo de desenvolver capital social entre os jovens, prevendo um maior envolvimento nas ações políticas e sociais. Trata-se, então, de se vislumbrar uma sociedade democrática, em que o empoderamento vinculado ao campo educacional, deve oferecer aprendizados fundamentais na formação e capacitação dos jovens com o objetivo de fortalecer práticas democráticas.

Para finalizar e sintetizar a idéia pretendida com esta dissertação, Maria Vitória Benevides (1996), observa que para se desenvolver uma educação voltada para democracia, antes de tudo, é pertinente promover tanto a formação intelectual como a informação baseada na moral e ética da realidade de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, formando a juventude racional e emocionalmente.

No decorrer da dissertação surgiram alguns temas que, no futuro, podem ser objeto de estudo. Sugere-se, portanto, a realização de pesquisas que:

- a) visem a construção de indicadores de Capital Social no contexto da América Latina;

b) investiguem os canais educacionais informais a fim de verificar a viabilidade da criação de estratégias de empoderamento;

c) examinem as novas formas de expressão política entre os jovens, com o objetivo de compreender como eles podem contribuir para a promoção de Capital Social.

d) elaborarem investigações de cunho qualitativo no contexto escolar para alcançar uma maior compreensão dos comportamentos e atitudes dos jovens;

e) realizem análises comparativas entre os jovens dos países da América Latina, objetivando localizar os comportamentos de participação política no processo democrático desta realidade.

f) desenvolvam práticas de pesquisa-ação, pesquisa participativa e metodologias de história de vida, visando compreender como os processos de internalização de valores entre os jovens podem ser direcionados positivamente para atividades coletivas.

BIBLIOGRAFIA

ABAD, Miguel. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. Última Década. Viena del Mar: CIPDA, n. 16, Marzo 2002.

ABRAMO, H. Cenas Juvenis: Punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, 1994.

ACCARINI, José H. Pólos de Desenvolvimento Integrado do Nordeste Brasileiro e Capital Social. In.: Revista Econômica do nordeste, fortaleza, v. 33, n.1 , 2002.

ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney. The civic culture, Stanford little Brown, 1965.

ARIES, P. história Social da criança e da família. Rio de janeiro: Guanabara, 1978.

ARROYO, Miguel G. Política de conhecimento e desafios contemporâneos à escola básica – entre o global e o local. In.: Baquero, Rute e Broilo, Cecília. (Orgs.). Pesquisando e gestando outra escola: desafios contemporâneos. Ed. Unisinos. São Leopoldo, 2001.

AZEVEDO, Rodrigo. Escola, desemprego e violência. In: Revista IHU On-line, São Leopoldo, n. 3, novembro 2003.

BABBIE, Earl. Métodos de Pesquisas de Survey. Ed. UFMG, 1999.

BANDEIRA, Pedro S. O Capital Social e a atuação dos conselhos regionais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

BAQUERO, Marcello. Um caminho alternativo no empoderamento dos jovens: capital social e cultura política no Brasil. In: BAQUERO, Marcello (Org.) Democracia, juventude e capital social no Brasil. Editora da Universidade da UFRGS, Porto Alegre, 2004

_____. Cultura Política e Capital Social. Uma análise da situação brasileira. In.: Fucks, Mario e Perssinotto, Renato. Democracia. Teoria e prática. Rio de janeiro, 2002.

_____. Alcances e limites do capital social na construção democrática. In: Baquero, Marcelo (org.). Reinventando a sociedade na América Latina. Editora da Universidade/UFRGS e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Porto Alegre, Distrito Federal, 2001.

_____. A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

_____. Desafios da democracia na América Latina. Debate sobre cultura política. In: Baquero, Marcello (Org.). Editora da Universidade - UFRGS, Porto Alegre, 1999.

_____. Participação política na América latina: problemas de conceituação. In.: Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 53, julho 1981

BAQUERO, Ruth & GONÇALES, Maria Augusta. A educação e Cidadania: processos sócio-cognitivos e argumentação. In: BAQUERO, Marcello (org.). A construção da democracia na América Latina. Canoas/POA: Ed. Universidade/ UFRGS/ Centro Educacional La Salle de Ensillo Superior, 1998.

BENEVIDES, Maria V. M. Educação para a democracia. Lua Nova, n. 38, 1996.

BOBBIO, Norberto. O Futuro da democracia, São Paulo, Paz e Terra, 2000.

BORDENAVE, Juan Diaz. O que é participação. Editora Brasiliense, São Paulo ,1994.

BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. 1º ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Le Capital Social: Notes Provisoires. In.: Actes de la Recherche em Sciences Sociales. n n. 31, 1980.

BRUNNER, José Joaquin e SUNKEL, Guilherme. Conocimiento, Sociedad y Política. FLACSO, Santiago, 1993.

BRUNNER, José Joaquin. América Latina entre la cultura autoritaria y la cultura democrática: legados y desafíos. In.: Revista Paraguaya de Sociología, ano 24, no. 70, 1987.

CAJIAO, Francisco R. y ARENAS, Wendy. Educación, Desarrollo y Construcción de la Solidaridad. Capital Humano y Capital Social en la Región Andina. In.: Claves para una agenda integral de desarrollo. Caracas, Venezuela, 2003.

CAMPBELL, David. Bowling together. In. www.educationnext.org. Acesso em maio de 2003.

COLEMAN, James S. Foundations of Social Theory - The belknap Press of Harvard University Press - Cambridge, Londres, 1990.

_____. Social capital and creation of human capital. In.: American Journal of sociology, 1988, n.94.

COHEN, Don & PRUSAK, Laurence. In Good Company: How Social Capital Makes Organizations Work J. Harvard Business School Press (2001).

CORNEJO, Célia. Capital social y competitividade. IN.: Claves para una agenda integral de desarrollo. Caracas, Venezuela, 2003.

CROCHIK, José leon. A (im)possibilidade da psicologia política. In.: AZEVEDO, Maria A. E NENIN, Maria S. Stefano (Orgs.). Psicologia e política. Editora Cortez, São Paulo, 1995.

DURSTON, J. Que es capital social comunitario? Políticas sociales, Santiago de Chile, n. 38, 2000. In.: <http://www.cpal.cl>. Acesso em julho de 2003.

DUPAS, Gilberto. A lógica econômica global e a revisão do Welfare State: A urgência de um novo pacto. In: PEREIRA, Bresser, Wilhelm, Jorge, SOLA, Lourdes. Sociedade e Estado em transformação. São Paulo: UNESP/ENAP, 1998.

EASTON, David e DENNIS, Jack. Children in political system: origins of political legitimacy. New York. Mac Graw-Hill, 1969.

EVANS, Peter. Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy. In: World development, Vol.24, n.6, 1996.

ESPINOSA, Nelson A. Cultura y Política en América Latina. In.: Espacio Abierto, v.11, n.2, Maracaibo, 2002.

FERNANDEZ, Gabriela M. Notas sobre la participación política de los jóvenes chilenos. In.: Balardini, Sergio (Coord.). La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

FINE, Ben. Neither the Washington Nor the Post- Washington Consensus: An Introduction. <http://www.globalpolicy.org>. Acesso em maio de 2003.

FINKEL, S., SABATINI C. e BEVIS, G. Civic Education, Civil Society, and Political Mistrust in a Developing Democracy: The Case of the Dominican Republic. 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

_____. A constituição de uma nova cultura política. In: VILAS-BOAS, R. e TELLES, V.S. Poder local, participação popular, construção da cidadania. São Paulo, Instituto Cajamar, Instituto Polis, FASE e IBASE, 1995.

_____. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.

FRIEDMANN, John. Empowerment: the politics of alternative development, 1992

FUKUYAMA, F. Trust: The Social Virtues and the Creation of Prosperity. New York, The Free Press, 1995.

GIDDENS, Antony. The consequences of modernity. Stanford. Stanford University Press, 1990.

GIROUX, Henry A. In.: FREIRE, Paulo e MACEDO, Donald. Alfabetização: leitura da palavra leitura do mundo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

GRANADA, Juan Fernando Vélez, La Construcción de ciudadanía: Institucionalidad y juventud. Última década. Viena del mar: CIDPA, n. 19, 2003.

HABERMAS, Jurgen. Theory of communicative action. Boston. Beacon Press, vols, 1 e 2, 1987.

HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda. A democratização no final do século XX*. São Paulo. Editora Atica, 1994.

HENSTSCHEL, Hartmut. ¿Quién salva a los partidos políticos? In. Revista Contribuciones, 2002

HIGGINS, Silvio Salej. O capital social está na moda: Análise para sua reconstrução teórica. Dissertação Mestrado em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

IANNI, Octavio. As Ciências Sociais na Época da Globalização. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.13, n.37, 1998.

INGLEHART, R. "The Renaissance of Political Culture". American Political Science Review, vol. 82, nº 4, 1988.

_____. Modernization and Posmodernization: Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies. Princeton, NJ, Princeton University Press, 1997.

IORIO, Cecília. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: www.desarrollolocal.org. Acesso em outubro de 2004.

JIMÉNEZ, Raúl M. Latinoamericanizar las leyes educativas de globalización – ciudadanos del mundo, pero también hijos de la aldea, desiguales y excluidos. In.: Baquero, Rute e Broilo, Cecília. (Orgs.). Pesquisando e gestando outra escola: desafios contemporâneos. Ed. Unisinos. São Leopoldo, 2001

JORGE, J; CENSI, F e BERTUCCI, J. Capital social y pobreza: casos y métodos en la construcción comunitaria. In: www.cambio cultural.com.ar. Acesso em abril de 2004.

KEIL, Ivete Manetzeder Dos jovens contestadores aos jovens de hoje. Uma nova forma de participação na polis? In: BAQUERO, Marcello (Org.) Democracia, juventude e capital social no Brasil. Editora da Universidade da UFRGS, Porto Alegre, 2004

_____. Capitalismo, ordem social e exclusão: por uma discussão de teorias. IN.: Baquero, Marcelo (Org.). Reinventando a sociedade na América Latina. Editora da Universidade/UFRGS e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Porto Alegre, Distrito Federal, 2001.

KINGSLEY, T; MCNEELY, J e GIBSON, J. Community building: Coming of age, Urban Institute, 1997.

KLIKSBERG, Bernardo. El rol del capital social y la cultura en el proceso de desarrollo. In.: Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. Revista de la Cepal, n.69, 1999.

_____. KLIKSBERG, Bernardo e Tomassini, Luciano (Orgs.) Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. Banco Interamericano de desarrollo Buenos Aires, 2000.

KNACK, S. e KEEFER, P. Does social capital has an economic payoff? A cross country Investigation. In.: Quarterly Journal of Economics, v. CXII, n.4, Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 1997.

KRAUSKOPF, Dina. Dimensiones críticas en la participación social de las juventudes. In.: Balardini, Sergio (Coord.).La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

KRISCHKE, Paulo J. Perfil da juventude Brasileira: Questões sobre cultura política e participação democrática. In. Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

KRISHNA, Anirudh. Enhancing political participation in democracies: What is the role os social capital. Comparative Political Studies. Vol. 35, N.4, 2002.

KUSCHNIR, Karina e CANEIRO, Leandro Piquet. As dimensões da Ciência Política: Cultura Política e Antropologia da Política. IN.: Revista Estudos Históricos. Cultura política, n. 24. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1999.

LABORDE, Colete. Duas Utilizações Complementares da dimensão Social nas Situações de Aprendizado da Matemática. In: Após Vygotsky e Piaget: Perspectivas Social e Construtivista Escolas Russa e Ocidental. Artes Médicas, Porto Alegre, 1996.

LAGOS, Marta. Between stability and crises in Latin American. In: Journal of democracy, v.1, n.1, january, 2001.

LAMOUNIER, Bolívar. Democracia e Reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In.: Dados - Rev. de Ciências Sociais, v. 34, n.3, Rio de Janeiro, 1991

LIPSET, Martin Seymour. Election: who votes and who doesn't. In.: J. Bell, C. Deustch and S. M. Lipset (eds). Issues in politics and government. Boston: Hoyghton Mifflin, 1970.

MARSHALL, Thomas H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MARTINS, Luciano. Instabilidade política e governabilidade na construção democrática. In: VELLOSO, João Paulo dos reis. Governabilidade, Sistema Político e violência Urbana. Rio de Janeiro: José Olympo, 1994.

MELILLO, A.; ESTAMATTI, M. e CUESTAS, A. Alguno fundamentos psicológicos del concepto de resiliencia. In: MELILLO, Aldo e OJEDA, Elbio (orgs). Resiliencia. Descubriendo las propias fortalezas. Buenos Aires, Paidós, 2001.

MOISES, José Álvaro. Os Brasileiros e a democracia. Bases sociopolíticas da legitimidade democrática. São Paulo, Ática, 1995.

MOUFEE, Chantal. El retorno de lo político. Comunidade, ciudadanía, pluralismo, democracia radical. Buenos Aires. Paidós, 1999.

NAZZARI, Rosana K. Capital social, cultura e socialização política: a juventude brasileira. Tese (Doutorado em Ciência Política) -Universidade Federal do Rio grande do Sul, agosto de 2003.

NEUMAN, W. Russel. The paradox of mas politics: Knowledge and opinion in the American electorate. Cambridge e London: Harward University Press, 1986.

NORRIS, Pipa. Young people and political activism: Fron the politics of loyalties to the politics of choice? In: www.pipanorris.com . Acesso em janeiro de 2004.

NOVAKOVSKY, Irene. Capital social y ética aplicada en proyecto de desarrollo. In.: Claves para una agenda integral de desarrollo. Caracas, Venezuela. Setembro de 2003.

O'DONNELL, Guillermo. Delegative Democracy. Journal of democracy. N.5, Vol. 1, 1994.

OJEDA, Elbio. Una concepción latinoamrecicana: la resiliencia comunitaria. In: MELILLO, Aldo e OJEDA, Elbio (orgs). Resiliencia. Descubriendo las propias fortalezas. Buenos Aires, Paidós, 2001.

PAGÉ, Michel et CHASTENAY, Marie-Hélène. Jeunes citoyens du Québec, du Nouveau-Brunswick et de l'Alberta. Département de psychologie et Greap, Université de Montreal, 2003.

PAIS, J.M. Culturas Juvenis. Lisboa: Imprensa nacional, 1993.

PALUDO, Conceição. Educação popular em busca de alternativas: uma leitura deste o campo democrático popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PATMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERES, Fernando C. Capital Social: a nova estrela do crescimento econômico. In.: Revista Preços Agrícolas, 2000. <http://www.pa.esalq.usp.br>

PINTO, Carla. Empowerment: uma prática de serviço social. In: *Política Social* -1998, Lisboa, <http://www.dhnet.org.br>. Acesso em 21 de março de 2003

PORTES, Alejandro e LANDOLT, Patrícia. The downside of social capital. In.: *The American Prospect*, n.26, 1996. <http://www.epn.org/prospect>

PORTO, Mauro Pereira. A crise de confiança política e suas instituições: Os mídia e a legitimidade da democracia. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Condicionantes da consolidação democrática: Ética, mídia e cultura política*. Ed. da Universidade/UFRGS, 1996.

PRÁ, Jussara Reis. (Re) socializar é preciso: aportes teóricos para uma releitura sobre gênero e juventude no Brasil. In: BAQUERO, Marcello (Org.) *Democracia, juventude e capital social no Brasil*. Editora da Universidade da UFRGS, Porto Alegre, 2004.

_____. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: Baquero, Marcelo (org.). *Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Editora da Universidade/UFRGS e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Porto Alegre, Distrito Federal, 2001.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *La democracia en América Latina: Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos*, Buenos Aires, 2004

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna. Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996.

PUTNAM, Robert D. Making democracy work. Princeton: Princeton University Press, 1993.

_____. Bowling Alone. The Collapse and revival of American Community. New York. Simon and Schuster, 2000.

ROTHSTEIN, Bo. Trust, social dilemmas, and strategic construction of coletives memories. Department of political science. Gotenborg University: Suécia, 2001.

SANCHEZ-PARGA, J. ¿Por qué se deslegitima la democracia? El desorden democrático. In: Ecuador Debate, Quito, n.62, agosto, 2004

SANDOVAL, Mario. La relación entre los cambios culturales de fines de siglo y la participación social y política de los jóvenes. In.: La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo. Buenos Aires: CLACSO, 2000

SCHMIDT, João Pedro. Juventude e política nos anos 1990: um estudo da socialização política no Brasil. Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

SCHULTZ, T. W. O capital humano: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SEMERANO, G. Gramsci e a questão da sociedade civil. Rio de Janeiro. Tese de doutorado em educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 1998.

SHOR, Ira e FREIRE, Paulo. Medo e Ousadia. O cotidiano de um professor. Rio de Janeiro. Paz e terra, 1986.

SKOCPOL, Theda. Bringing the stat back. In: Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 3-35.

SOUZA, Ayda Connia. Socialização política: a família e a escola na formação de atitudes políticas dos adolescentes de Porto Alegre. (Dissertação de mestrado em Ciência Política) - Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983.

SOUZA, Janice Tirelli Ponte de. As insurgências juvenis e as novas narrativas políticas contra o instituído. Caderno de Pesquisa, PPGSP-UFSC, n.32, Outubro 2002.

SPOSITO, Marília .Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. In.: Tempo Social - Revista de Sociologia da USP, v. 5, 1994.

_____. Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação. In. SPOSITO, Marília.Pontes (Coord). Juventude e Escolarização (1980-1998). Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.

TERRA, Juan. La juventud uruguaya en el proceso nacional en los últimos veinte anos, CEPAL, Montevidéo, 1985.

VALDIVIESO, Patricio. Capital Social, crisis de la democracia y educación ciudadana: La experiencia chilena. In.: Revista de Sociología Política, n. 21, Curitiba, 2003.

VILLELA, Milú. Uma revolução silenciosa. Em Folha de S. Paulo, São Paulo, 7-8-2003.

ZANETI, Hermes. Juventude e revolução: uma investigação sobre a atitude revolucionária juvenil no Brasil. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2001.

WOOLCOCK, Michael. The place of social capital in understanding social and economic outcomes. ISUMA. Vol. 2, n.1, 2001.

WOOLCOCK, Michael e NARAYAN, Deepa. Social capital: Implications for Development Theory, Research, and Policy. In.: World Bank Research Observer, v. 15 (2), 2000.

ANEXOS

ANEXO A - Questionário

PESQUISA CAPITAL SOCIAL E JUVENTUDE - 2004

Número do Questionário: _____

Escola: _____ Turma: _____

Série: _____ Turno _____

1. Em primeiro lugar gostaríamos de saber qual a sua idade?

2. Qual o seu sexo?

masculino feminino

3. Em que cidade e Estado você nasceu?

4. Qual a idade do seu pai?

5. Qual a idade de sua mãe?

6. Qual a sua religião?

7. Você é Praticante?

1. Sim 2. Não

8. Você participa de alguma associação religiosa?

1. Sim. Qual? _____

2. Não

9. Você possui título eleitoral?

1. Sim 2. Não 7. NSA

10. **SE SIM**, você tirou este ano?

1. Sim . Não, quando? _____
(ano)

11. Qual dos fatores abaixo mais influenciou você na decisão de fazer seu título eleitoral?

1. A campanha veiculada na Mídia
2. Sua família
3. O partido político em que você confia
4. O político que você confia
5. A igreja a qual você pertence (Padre, Pastor)
6. Sua escola

12. Você acredita que o seu voto pode contribuir para melhorar a situação do país?

1. Concorda
 2. Concorda em parte
 3. Discorda
- _____

FALANDO SOBRE MERCADO DE TRABALHO

13. Você conhece os programas ou projetos dos governos estaduais/federal de geração de emprego para jovens?

1. Sim 2. Não

SE SIM, RESPONDA AS PERGUNTAS 14, 15, 16, 17 E 18.

14. Quais dos seguintes programas você conhece?

1. primeiro Emprego
2. Consórcios Sociais da Juventude
3. nacional de Qualificação Profissional
4. lei de Aprendizagem 7. NSA

15. Como ficou sabendo deles? (**Marque apenas uma opção**)

1. Jornal
2. TV
3. Internet
4. Associação de bairro
5. Orçamento Participativo
6. Grupos juvenis de Igrejas
7. Partido Político
8. Outro. Qual? _____

16. Estes programas ou projetos estão sendo bem divulgados pelo governo?

1. Sim 2. Não 8. NS

17. Você conhece alguém que já participou de algum destes programas ou projetos?

1. Sim 2. Não 8. NS

18. Para você estes programas cumprem com o objetivo de promover o ingresso do jovem no mercado de trabalho?

1. Sim 2. Não 8. NS

AGORA FALANDO EM EDUCAÇÃO

19. Na Sua opinião os alunos deveriam participar mais das decisões tomadas em sua escola?

1. Sim 3. Às vezes
2. Não 8. NS

20. A quem você recorre quando tem problemas na escola?

1. à direção
2. ao Serviço de orientação educacional
3. ao grêmio estudantil
4. aos professores
5. não faço nada
6. Outro. Qual? _____

21. Você costuma discutir os problemas de sua escola com colegas?

1. () Sim 2. () Não
3. () Às vezes 8. () NS

22. Na sua opinião quais os principais problemas enfrentados pela educação brasileira hoje?

EM RELAÇÃO À SUA ESCOLA, GOSTARÍAMOS DE SABER:

23. Você já teve aulas de sociologia?

1. () Sim 2. () Não

24. A sua escola tem ensino de sociologia?

1. () Sim 2. () Não

25. **SE SIM**, dentre os assuntos abaixo quais foram abordados em aulas de Sociologia?

1. () Sexualidade
2. () preconceito
3. () Tv e internet
4. () Mercado de Trabalho
5. () Violência
6. Outros. Quais? _____

26. E, desses, quais você achou mais importante discutir?

27. Se você não tem aula de sociologia, suas outras disciplinas costumam discutir temas sociais?

28. Na sua opinião o ensino deve ser voltado para:

1. () Discussões relacionadas às questões sociais, culturais e políticos do país
2. () O vestibular
3. () O mercado de trabalho
4. () Outra. Qual? _____

29. A sua escola tem Grêmios Estudantil?

1. () Sim 2. () Não

30. Você participa das atividades desenvolvidas por seu Grêmios Estudantil?

1. () Sim 2. () Às Vezes 3. () Não

31. Você já pensou em realizar algum trabalho voluntário?

1. () Sim, realizo/já realizei
2. () Sim, porém ainda não tive oportunidade
3. () Não me interesso por trabalho voluntário
4. () Não sei o que é.

32. Você acredita que os jovens cooperem entre si?

1. () Sim 3. () Às vezes
2. () Não 8. () NS

33. Na sua opinião o que deve ser feito para que os jovens cooperem entre si?

34. Você acredita que se as pessoas participassem mais das atividades associativas poderia mudar muita coisa no nosso país?

1. () Sim 2. () Não
3. () Depende. De que? _____

35. Se fosse convidado a participar de alguma atividade, você:

1. () Participaria
2. () Depende.
3. () Não Participaria.
Porquê? _____

36. Com que frequência você participa das atividades listadas abaixo:

| | 1. | 2. | 3. |
|----------------------------|----|----|----|
| a)Festas dançantes | | | |
| b)Passeios | | | |
| c)Associações desportivas | | | |
| d)Associações religiosas | | | |
| e)Partidos Políticos | | | |
| f)Associações estudantis | | | |
| g)Associações sindicais | | | |
| h)Associações comunitárias | | | |
| i)Ongs | | | |

1. Sempre 2. Às vezes 3. Não participa

AGORA FALANDO SOBRE SEXUALIDADE

37. Para você qual a melhor forma de abordar temas relacionados com a sexualidade na escola?

1. () Palestras
2. () Aulas específicas
3. () Esse tema não deve ser tratado

38. Como você costuma buscar informações quando tem alguma dúvida sobre sexo?

1. () Internet
2. () Família
3. () Livros e Revistas
4. () Televisão
5. () Ter que trabalhar

39. Diante de uma gravidez indesejada, qual seria sua maior preocupação?

1. () Reação dos pais
2. () Discriminação social
3. () Condições econômicas
4. () Interromper os estudos
5. () ter que trabalhar
6. () Outras. _____

40. Na sua opinião qual a melhor maneira de evitar uma gravidez? _____

41. Para você a gravidez na adolescência é resultado de/a: *(marque quantas achar necessário)*

1. () Inexperiência
2. () Descuido, pensam que não vai acontecer com eles
3. () Falta de diálogo com os pais sobre sexo e prevenção
4. () Falta de informação na escola sobre sexo, camisinha e pílula
5. () Falta de campanha de prevenção
6. () Falta de acesso à atendimento médico
7. () Dificuldades de acesso a métodos contraceptivos
8. () Rejeição à camisinha e/ou pílula

42. A sua escola oferece informações sobre sexo, gravidez, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e homossexualidade?

1. () Sim
2. () Não

43. Falando sobre homossexualidade, diante de alguém homossexual, você:

1. () Trata a pessoas como qualquer outra
2. () Deixar clara sua insatisfação
3. () Procura manter distância

44. na sua opinião, a homossexualidade é

| | 1 | 2 | 8 |
|----------------------|---|---|---|
| a) Doença | | | |
| b) Desvio de conduta | | | |
| c) Pecado | | | |
| d) Crime | | | |
| e) problema social | | | |

1. Sim 2. Não 8. NS

45. você percebe em sua escola a existência de preconceito em relação aos alunos que são ou apresentam um comportamento homossexual?

1. () Sim. Qual? _____
2. () Não
8. () NS

46. Com que freqüência em sua escola esse tipo de questão é abordada?

1. () Sempre
2. () Às vezes
3. () Nunca

47. Gostaríamos de saber a sua opinião a respeito da seguinte afirmação:

“O homossexualismo é uma doença.”

1. () Concordo
2. () Discordo, pois é uma orientação pessoal
8. () NS

48. Se uma pessoa da qual você gosta manifestasse tendências homossexuais, como você reagiria?

1. () Apoiaria
2. () Não apoiaria
3. () Seria indiferente

49. Se por acaso alguém insinuasse que você é ou apresenta um comportamento homossexual, sua reação seria de?

1. () Indignação
2. () Indiferença
8. () NS

50. Como você se sentiria se tivesse de conviver com um homossexual em seu grupo escolar?

1. () Não aceitaria
2. () Não me importaria, mas eu não seria seu amigo/a.
3. Aceitaria a convivência e poderia, inclusive, ser seu amigo/a

Finalizando esse bloco de questões

51. A sexualidade em sua vida tem:

1. () Pouca importância
2. () Muita importância
3. () nenhuma importância

FALANDO SOBRE COMPORTAMENTO

5. viver em sociedade exige que as pessoas observem uma série de direitos e deveres. Na sua opinião as pessoas tem consciência da importância de

| | Sim | Não | NS |
|-------------------|-----|-----|----|
| a) Pagar impostos | | | |
| b) Votar | | | |
| c) Obedecer leis | | | |
| d) Trabalhar | | | |
| e) Estudar | | | |

53. Se você assistisse a destruição de alguma propriedade pública como um orelhão, abrigo de ônibus ou placa de sinalização, o que você faria:

1. () Tentaria falar com as pessoas que estão fazendo isso.
2. () Formaria um grupo para conscientizar as pessoas que isso não deveria ser feito.
3. () Não faria nada.
4. () Se as pessoas não se importam porque eu deveria me importar.
5. () Outra. Qual? _____

54. De acordo com o comportamento das pessoas na sociedade você acredita que elas:

1. () São egoístas
2. () Respeitam a opinião do outro
3. () São egoístas mas não demonstram por medo de serem excluídas
4. () São solidárias

55. Atualmente os índices de violência vêm aumentando. Você:

1. () Concorda
2. () Discorda
8. () NS

56. **SE SIM**, a que você atribui esse fato:

| | | |
|--------------------------|-----|-----|
| a) Aumento do desemprego | Sim | Não |
| b) baixa escolaridade | | |
| c) Desigualdade social | | |
| d) Aumento populacional | | |
| e) Desvio de caráter | | |
| f) Falta de policiamento | | |
| | | |

57. Você conhece alguém que já tenha sofrido algum tipo de violência física?

1. () Sim 2. () Não

58. SE SIM, essa pessoa alterou sua rotina?

1. () Sim 2. () Não 8. () NS

59. Você já sofreu algum tipo de violência (assaltos a mão-armada, seqüestro relâmpago, seqüestro tentativa de homicídio, estupro, etc)?

1. () Sim 2. () Não

60. Você conhece algum jovem que apresenta um comportamento violento?

1. () Sim 2. () Não

61. **Falando um pouco sobre política**, gostaríamos de saber se você:

1. () Se interessa por política
2. () Às vezes procura se informar a respeito
3. () Não se interessa por política
4. () não costuma se informar
5. () Outro. Qual? _____

62. Na sua opinião democracia significa: **(Marque apenas duas alternativas).**

1. () Votar
2. () Poder criticar
3. () Governar para a maioria
4. () Respeitar os direitos de todos
5. () Não ter pobreza
6. () A competição entre partidos
7. () A igualdade entre os cidadãos
8. () A paz

63. Qual dos partidos políticos listados abaixo seu pai prefere?

- | | |
|----------------|--------------|
| 1. () PPB | 9. () PPR |
| 2. () PFL | 10. () PTB |
| 3. () PL | 11. () PMDB |
| 4. () PT | 12. () PDT |
| 5. () PSDB | 13. () PSB |
| 6. () PCB | 14. () PV |
| 7. () PC do B | 15. () PPS |
| 8. () PSTU | 16. () NS |

64. Outro. Qual? _____

65. E dos listados na questão anterior qual a sua mãe prefere? _____

() NS

66. E você prefere algum destes partidos?

1. () Sim. Qual? _____

2. () Nenhum.

67. E dos partidos citados anteriormente, qual o que você menos gosta? Por quê?

68. Na sua opinião, o que é um Partido político?

8. () NS

69. Principalmente em época de eleições as pessoas costumam dizer que tem opiniões de direita,

Direita _____

() NS

Esquerda _____

() NS

Centro _____

() NS

70. Numa escala de 1 a 10, onde o 1 corresponde ao ponto mais a esquerda e o 10 ao ponto mais a direita, onde você se situaria?

(Marque um X no número correspondente).

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|

71. Relacione as palavras da primeira coluna com as da segunda, de acordo com o seu significado:

- | | |
|--------------|-----------------------|
| (1) Esquerda | () social-democracia |
| (2) Centro | () socialismo |
| (3) Direita | () liberalismo |

72. Pontue as legendas segundo sua posição na escala abaixo, que representa um modo tradicional de classificar partidos políticos. Se não souber a resposta, responda com "X":

- | | |
|-----------------------------------|--------------------------------------|
| 1. <input type="checkbox"/> PP | 9. <input type="checkbox"/> PL |
| 2. <input type="checkbox"/> PRONA | 10. <input type="checkbox"/> PT |
| 3. <input type="checkbox"/> PCO | 11. <input type="checkbox"/> PFL |
| 4. <input type="checkbox"/> PMDB | 12. <input type="checkbox"/> PV |
| 5. <input type="checkbox"/> PSTU | 13. <input type="checkbox"/> PC do B |
| 6. <input type="checkbox"/> PTB | 14. <input type="checkbox"/> PSB |
| 7. <input type="checkbox"/> PDT | |
| 8. <input type="checkbox"/> PSDB | |

73. Identifique a ação de governos de esquerda, de centro e de direita com progresso ou atraso, conforme a codificação abaixo, podendo repetir sua resposta:

1. progresso 2. Indiferente 3. Atraso

1. governos de esquerda
2. governos de centro
3. governos de direita

74. Alguns dos fatores abaixo podem influenciar na decisão do voto. Qual a importância que você dá para:

| | 1 | 2 | 3 |
|--------------------------------------|---|---|---|
| a) Qualidade do programa de na TV | | | |
| b) tempo de duração do programa | | | |
| c) Propostas do candidato | | | |
| d) Chance de vitória do candidato | | | |
| e) Desempenho nos debates | | | |
| f) Confiança no candidato | | | |
| g) Confiança no partido | | | |
| h) Identificação religiosa | | | |
| i) Identificação com time de futebol | | | |
| j) Doação de alimentos ou materiais | | | |
| k) Opinião apresentada pela mídia | | | |

1. Muito Importante 2. Pouco Importante
3. Nada importante

75. De que atividades socio-políticas listada abaixo você costuma participar? (Marque as duas que você mais participa)

1. Comícios
2. manifestações
3. Discussões do centro comunitário
4. Conselhos escolares
5. Orçamento participativo
6. Grêmios estudantil
7. Outro. Qual? _____
8. Não participa. Por quê? _____

76. Você acha importante que os jovens participem da política?

1. Sim.
2. Depende
3. Não. Porquê? _____

77. Algumas pessoas afirmam que atualmente não há motivação para os jovens participarem de atividades com outras pessoas, você:

- Concorda
 - Discorda
- Porquê? _____

78. Você concorda com a seguinte afirmação: **“Os assuntos relacionados à política são muito complicados e não despertam interesse das pessoas.”**

1. Concorda
2. Concorda em parte
3. Discorda
8. NS

79. E com a próxima declaração:

“Os políticos prometem as coisas e depois não cumprem”.

1. Concordo
2. Concordo em parte, alguns cumprem mais a maioria não.
3. Discordo, os políticos cumprem o que prometem.
8. NS

80. AGORA, GOSTARÍAMOS DE SABER:

Como Você costuma se manter informado sobre o que está acontecendo no Brasil?

1. Jornal
2. rádio
3. TV
4. revistas
5. Internet
6. Amigos da escola
7. trabalho
8. todos os citados

81. Falando ainda sobre política, você concorda ou discorda com as seguintes afirmações:

| | 1 | 2 | 8 |
|--|---|---|---|
| a) Democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. | | | |
| b) Em algumas circunstâncias é preferível um governo autoritário a um democrático. | | | |
| c) Não faz diferença para mim se temos um governo democrático ou não. | | | |
| d) o que o Brasil precisa é um político que atue com firmeza. | | | |
| O que o país necessita é um político que saiba dialogar com todos os setores da população. | | | |

1. Concorda 2. Discorda 8. NS

82. Agora, poderia nos dizer se você confia no (a) (s)

| | 1 | 2 | 8 |
|-----------------------------------|---|---|---|
| a) Nos senadores | | | |
| b) Deputados Federais | | | |
| c) Governo Federal (LULA) | | | |
| d) Governo Estadual (Rigoto) | | | |
| e) Governo Municipal (João Verle) | | | |
| f) Deputados Estaduais | | | |
| g) Vereadores | | | |
| h) Partidos Políticos | | | |
| i) Padres/Irmãos | | | |
| j) Vizinhos | | | |
| k) Direção de sua escola | | | |
| l) Professores | | | |
| m) Colegas | | | |
| n) Pessoas | | | |

1. Confio sempre 2. Confio às vezes
3. Não confio

83. na sua opinião, qual o principal problema enfrentado pelo Brasil hoje? (**Marque somente uma alternativa**)

1. () A crise econômica
2. () O desemprego
3. () A corrupção
4. () As incertezas em relação ao futuro
5. () Outro. Qual? _____
8. () NS

84. E dos problemas listados na questão anterior, algum deles afeta a sua família?

1. () Sim. Qual? _____
2. () Não
8. () NS

Falando sobre o futuro:

85. Você acha que a situação econômica das pessoas nos próximos 5 (cinco) anos vai:

1. () melhorar
2. () ficar igual
3. () piorar
8. () NS

86. Você acha que as oportunidades para os jovens no Brasil:

1. () Vão melhorar
2. () Vão ficar iguais
3. () Vão piorar
8. () NS

87. Quanto ao seu futuro você o vê com:

1. () Otimismo
2. () Incerteza
3. () Pessimismo
8. () NS

88. Qual a profissão você pretende seguir? _____

Agora falando sobre sua família gostaríamos de saber...

89. Quantas pessoas moram com você?

90. Você mora com:

1. () Pais
2. () Pai
3. () Mãe
4. () Outros. Quais? _____

91. Das pessoas que moram com você quais trabalham?

92. Qual o grau de instrução do seu pai?

93. Qual o grau de instrução de sua mãe?

94. CASO VOCÊ NÃO MORE COM SEUS PAIS, qual o grau de instrução da pessoa responsável por você?

95. Que é o principal responsável pelo sustento de sua família?

1. () pai
2. () mãe
3. () Ambos
4. () Você
5. () Outros? Qual? _____

96. Quem decide sobre as coisas mais importantes na sua família?

1. () pai
2. () mãe
3. () os dois
4. () toda família
5. () eu mesmo

97. A que classe social você pertence?

1. () Classe alta
2. () Classe média
3. () Classe baixa
4. () Outra. Qual? _____
8. () NS

Agradecemos a sua participação